

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

SIRLEY BIAGE MALDONADO

**HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE
JANDAIA DO SUL-PR (1940-1980)**

SIRLEY BIAGE MALDONADO

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE
JANDAIA DO SUL-PR (1940-1980)**

SIRLEY BIAGE MALDONADO

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE
JANDAIA DO SUL-PR (1940-1980)**

Dissertação apresentada por SIRLEY BIAGE MALDONADO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Analete Regina Schelbauer.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado.

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M244h	<p>Maldonado, Sirley Biage</p> <p>História da escola primária rural de Jandaia do Sul - PR (1940-1980) / Sirley Biage Maldonado. -- Maringá, PR, 2021. 131 f.figs., tabs., maps.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer. . Coorientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.</p> <p>1. História da educação. 2. História da educação (Zona rural). 3. Escola primária rural (Jandaia do Sul). 4. Educação - Jandaia do Sul. I. Schelbauer. , Analete Regina, orient. II. Machado, Maria Cristina Gomes, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 370.9</p>
-------	--

SIRLEY BIAGE MALDONADO

**HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE
JANDAIA DO SUL - PR (1940-1980)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Analete Regina Schelbauer (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Cardoso
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof^a. Dr^a. Ligiane Aparecida da Silva
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (suplente)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^a. Dr^a. Simone Burioli Ivashita (suplente)
Universidade Estadual de Londrina – UEL

MARINGÁ, 17 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dedico este trabalho aos e às estudantes das
escolas primárias rurais de Jandaia do Sul.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me atribuiu forças para que eu não desistisse no meio do caminho. Por estar ao meu lado, ter me concedido a vida e os dons, oportunizando-me realizar este sonho.

À minha mãe Aparecida Lourenço Biage e ao meu pai José de Biage (*in memoriam*) aos meus irmãos Sonia Biage, Cirlene Biage e Antonio Luiz Biage, aos meus sogros Pedro Maldonado e Aparecida Maldonado e meu esposo Pedro Carlos Maldonado, e à minha filha Carla Mariane Maldonado pela paciência, compreensão, força e amor concedidos nos instantes em que o medo tentava abalar as estruturas.

Gostaria de agradecer aos meus amigos e amigas por todo apoio e motivação que, foram fundamentais para este processo: a Irmã Deonísia Diadio, Gabriela Sacchelli, Jaqueline Gomes Zamferrari, Paula Moya, Rosana Cazadei, Sueli Dias, Marlene Mariotto, Camilla Bolonhezi, Ana Paula Foganholi, Alisson Sano, Bete Barros, Tatiane Galhardo, Tauane Amanda Galhardo, Zélia Marson, Tereza Marson que me incentivaram desde a inscrição de seleção, sempre com conselhos e ensinamentos valorosos, sendo grandes parceiros e parceiras nesta fase de minha vida.

Às funcionárias do Departamento de Educação e Cultura de Jandaia do Sul, que disponibilizaram um momento de seus afazeres do trabalho para me dar atenção, permitindo meu acesso aos documentos escolares, minha gratidão.

Aos amigos e amigas do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, essenciais, motivadores e inspiradores, obrigada pelo acolhimento e compreensão, pelo material compartilhado, pelo auxílio e troca de conhecimentos e cada lágrima derramada, vocês são inspiração, motivação e aprendizado.

Ao secretário do PPE-UEM Hugo Alex da Silva, sempre atencioso com os alunos e alunas, a forma como trata os estudantes faz toda a diferença na nossa rotina de trabalhos, obrigada por tudo!

Agradeço à minha banca de qualificação e defesa professora Dr^a Analete Regina Schelbauer, professora Dr^a Maria Cristina Gomes Machado, professora Dr^a Maria Angélica Cardoso, professora Dr^a Ligiane Aparecida da Silva, professor Dr^o Marco Antônio de Oliveira Gomes pela leitura e pertinentes observações a respeito do meu trabalho. Vocês tiveram papel fundamental para a análise e desdobramento desta dissertação, foram apoio, alento e luz.

Aos professores doutores do programa de pós-graduação, pelo incentivo, sabedoria e ensinamentos valiosos, dentre eles destaco: Terezinha Oliveira, Célio Juvenal Costa, Elaine Rodrigues, bem como por me inspirarem nesta caminhada.

À minha orientadora, professora Dr^a Analete Regina Schelbauer e co-orientadora professora Dr^a Maria Cristina Gomes Machado, pela sabedoria, incentivo, dedicação e amor. Agradeço por terem confiado e acreditado no meu trabalho, sei que tenho muito a aprender como pesquisadora, mas o que conquistei devo a vocês. Minhas orientadoras são pessoas que, além de cumprirem com suas funções profissionais, nos fazem refletir sobre a nossa existência e evolução, obrigada pelos conselhos e as conversas, vocês me possibilitaram grandes aprendizados que eu levo para minha vida.

“Um povo que preserva sua história, sua memória e seus habitantes está possibilitando diretamente a construção de um futuro para com sua gente e sua cultura. E por mais que estejamos em outro tempo (com a tecnologia de ponta, as novas mídias, a internet, era digital, etc.), um povo se torna “rico” mantendo seus traços e requintes culturais dos seus antepassados, fazendo um encontro do velho com o novo, do erudito com o popular, do local/regional com o nacional, da literatura com os casos regionalistas, do simples com o complexo”.

Joelson Ramalho Rolim

MALDONADO, Sirley Biage. **HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE JANDAIA DO SUL-PR (1940-1980)**. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Coorientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, PR, 2020.

RESUMO

A história da Escola Primária Rural de Jandaia do Sul-PR constitui-se como o tema central da presente dissertação que objetiva reconstituir a história da criação, expansão e nucleação das escolas primárias rurais no município de Jandaia do Sul, localizado na região do norte do Paraná. O recorte temporal inicia-se em 1940, década da construção das primeiras escolas rurais no município de Jandaia do Sul, e finaliza no ano de 1980, com a nucleação das escolas rurais, mediante a transferência dos alunos para as escolas da zona urbana. A pesquisa de caráter bibliográfico e documental está amparada em fontes documentais e na produção historiográfica na área de história da educação rural. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a realização da investigação consistiram no levantamento, catalogação e digitalização das fontes documentais, revisão da literatura sobre o tema e análise de fontes localizadas nos acervos da Secretaria Municipal de Educação de Jandaia do Sul: fotografias, leis, relatórios, atas de reuniões escolares, fichas de matrículas, boletins, livros de chamadas e livros-ponto. Pretende-se com este trabalho suscitar reflexões e contribuições para o campo da história da educação, em especial, da história da educação rural, a partir do olhar para a temática, tendo como foco a identidade da escola primária rural desenvolvida no processo de escolarização da população jandaiense, a qual corroborou a formação desses sujeitos no período histórico delimitado.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Primária Rural. Jandaia do Sul-PR.

MALDONADO, Sirley Biage. **THE HISTORY OF THE COUNTRY ELEMENTARY SCHOOL OF JANDAIA DO SUL-PR (1940-1980)**. 131 p. Dissertation (Master Degree in Education) – State University of Maringá – UEM. Supervisor: Analete Regina Schelbauer. Co-supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, PR, 2020.

ABSTRACT

The History of the Country Elementary School of Jandaia do Sul-PR is the main subject of this dissertation that has the objective of rebuilding the history of the creation, expansion and nucleation of the Country Elementary School in the city of Jandaia do Sul, located in the north region of Paraná. The period began in 1940, the decade of the building of the first country schools in the city of Jandaia do Sul and it was finished in 1980, with the nucleation of the country schools, by the reallocation of the students to the urban area. The research based on the biography and documents is supported by documental sources and on the historiographical production in the area of the History of the Country Elementary School. The methodological procedures developed for the accomplishment of the investigation is formed by the surveying, cataloging and digitalizing of the documents, reviewing the literature on the theme and analyzing sources from the collections of the Municipal Education Secretariat of Jandaia do Sul: photographs, laws, reports, schools meetings' records, registration forms, report cards, attendance books and employees books. The aim of this work is to cause thoughts and contribute to the History of Education, especially, the History of the Country Education, from the view of the subject focusing on the identity of the country elementary school developed in the schooling process of the jandaiense population, that lead to the formation of the people in the delimited period.

Key words: The History of Education. Country Elementary School. Jandaia do Sul - PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Ata de Exame – 1959.....	39
Figura 2 –	Ata de Exame – 1962.....	40
Figura 3 –	Ata de Exame – 1960.....	41
Figura 4 –	Arquivos de documentos das Escolas Primárias Rurais.....	43
Figura 5 –	Livro ata sobre a incineração dos livros de chamada.....	47
Figura 6 –	Capa do livro ata.....	48
Figura 7 –	Termo de posse de professores.....	48
Figura 8 –	Registro do livro-ponto.....	49
Figura 9 –	Capa do livro ata de reuniões.....	49
Figura 10 –	Relatório final das escolas isoladas e grupos escolares – 1974.....	53
Figura 11 –	Certificado de conclusão da 4ª série – 1966.....	54
Figura 12 –	Desbravamento do norte do Paraná.....	58
Figura 13 –	Primeira casa de Jandaia do Sul.....	60
Figura 14 –	As primeiras casas de Jandaia do Sul e seus colonizadores.....	61
Figura 15 –	Distrito de Jandaia do Sul – pertencia ao município de Apucarana.....	63
Figura 16 –	Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).....	65
Figura 17 –	Primeira eleição para prefeito de Jandaia do Sul – 1952.....	66
Figura 18 –	Estrada de ferro (1970) estação ferroviária.....	68
Figura 19 –	Grupo Escolar Rui Barbosa (1948).....	72
Figura 20 –	Inauguração do primeiro grupo escolar de Jandaia do Sul – 1948.....	73
Figura 21 –	Primeiras professoras da Escola Normal Regional General Osório.....	74
Figura 22 –	Foto de uma escola rural na fazenda dos Farinazzo (1942) – Jandaia do Sul.....	77
Figura 23 –	Escola Rural São Pedro – ao lado, a capela de São Pedro.....	79

Figura 24 –	Alunos da escola rural e a professora Zélia Marson – apresentação do dia do padroeiro “São Pedro”.....	80
Figura 25 –	Ata com as autoridades municipais, professores e comunidade escolar – reinauguração da escola consolidada São Pedro de Guaporé.....	81
Figura 26 –	Relatório final das escolas municipais rurais de Jandaia do Sul-PR.....	85
Figura 27 –	Documento de contratação de professores – 1970.....	94
Figura 28 –	Contrato de trabalho – 1969.....	94
Figura 29 –	Escola Rural – Comunidade Santo Antônio do Humaitá, Jandaia do Sul-PR.....	102
Figura 30 –	Prédio da antiga Escola Municipal Américo Barbieri – 2019.....	105
Figura 31 –	Planta da Escola Municipal Rural Américo Barbieri.....	106
Figura 32 –	Registro da solenidade de instalação da Escola Normal Regional.....	111
Figura 33 –	Primeiras formandas da Escola Normal Regional de Jandaia do Sul.....	112
Figura 34 –	Normalistas – Escola Normal Álvares de Azevedo – 1965.....	116
Figura 35 –	Normalistas – 1966.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Demonstrativo: população paranaense de 1940 a 1980.....	70
Gráfico 2 –	Demonstrativo: mobilização da população da área rural para área urbana.....	84
Gráfico 3 –	Demonstrativo: número de alunos matriculados por ano nas escolas rurais de Jandaia do Sul, no período de 1969 a 1979.....	86

LISTA DE MAPA

Mapa 1 –	Localização do município de Jandaia do Sul e seus limítrofes.....	67
----------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações que abordam a temática da escolarização rural paranaense.....	24
Quadro 2 – Teses que abordam a temática “Escola Rural”.....	28
Quadro 3 – Livros Ata de exames das Escolas Rurais – 1967 a 1979.....	44
Quadro 4 – Quadro das Escolas Rurais de Jandaia do Sul.....	45
Quadro 5 – Dados sobre os processos de cessação das escolas rurais de Jandaia do Sul – 2019.....	51
Quadro 6 – Comparativo entre os documentos/disciplinas ministradas nas escolas primárias rurais de Jandaia do Sul – 1962-1980.....	97
Quadro 7 – Relação de escolas rurais e sua localização.....	100
Quadro 8 – Escolas construídas e reformadas – 1964-1968.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Subdivisões em municípios e o crescimento populacional.....	69
Tabela 2 –	Número e percentual aproximado de alunos aprovados (AP), reprovados (RP) e ausentes por ano, de 1969 a 1980.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMNP	Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
DEC	Departamento de Educação e Cultura
HISTEDBR	História, Sociedade e Educação do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

MEMORIAL	18
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 INVENTÁRIO DAS FONTES DOCUMENTAIS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL-PR.....	38
3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL.....	57
3.1 PANORAMA HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL	57
3.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL.....	70
3.3 A ESCOLA RURAL NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL ...	75
3.3.1 As escolas rurais e a escolarização primária no município de Jandaia do Sul.....	82
4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS	91
4.1 O ESPAÇO ESCOLAR RURAL	98
4.2 MAPEAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL	101
4.3 O CORPO DOCENTE E SUA FORMAÇÃO	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	122

MEMORIAL

Ao analisar o percurso transcorrido até aqui, sinto que não há como separar identidade pessoal e profissional. Desde criança, fui estudante de escola pública, onde tive excelentes professores que me ensinaram que a leitura é a base de uma educação sólida. Não tenho grandes recordações do tempo de estudo, mas minha mãe sempre zelou pelas nossas memórias e guarda, até hoje, fotos e documentos escolares, o que me faz ter lembranças de minha educação escolar. Não participei da educação infantil, porque, nesse período, isso não era obrigatório e a lei nº 5.692/71 não contemplava a obrigatoriedade nessa etapa (BRASIL, 1971).

Iniciei meus estudos em 1970, no primário, assim denominado o atual ensino fundamental I, no Grupo Escolar Rui Barbosa, onde estudei até o 4º ano, uma escola que fez a diferença na minha formação, pois, nos anos seguintes, percebi que tive boa base de estudos e disciplina impecável. Recordo-me de momentos na escola como leituras na biblioteca, o recreio com brincadeiras, a merenda, a hora do hino nacional (obrigatório todos os dias), entre outros.

No ginásio fui para outro colégio, Colégio Estadual de Jandaia do Sul, nele cursei a 5ª série, recordo-me de alguns professores que tive, Gerciony Turke, João Welter Junior, Conceição, entre outros. Quando fui para a 6ª série, minha família se mudou de casa. Nesse contexto, o governo estava construindo uma escola modelo no bairro, “Unidade Polo de Jandaia do Sul”, que atendia aos alunos da redondeza e aos da zona rural, com tendência pedagógica tecnicista, havia disciplinas profissionalizantes tais como: técnicas agrícolas, técnicas comerciais, técnicas industriais e educação para o lar.

No ano de 1978, ingressei no curso do Magistério, no Colégio Estadual de Jandaia do Sul, realizando a primeira etapa de meu sonho de ser professora. Em 1980 me formei e iniciei a minha carreira como professora primária rural, na Escola Primária Rural de São Pedro do Guaporé, em Jandaia do Sul. Eu era ajudante da professora Zélia Marson, a sala era multisseriada, com alunos nos 3º e 4º anos no período matutino e 1º e 2º anos no período vespertino, a escola atendia, no período noturno, a jovens que não haviam tido oportunidade de estudar.

O ano de 1981 marca o momento em que não pude realizar um sonho, o de prestar vestibular para um curso de licenciatura, pelas condições financeiras.

Ingressei na Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), no curso de Ciências Contábeis, e me formei em 1984. Nesse período atuava como professora primária na cidade de Apucarana.

Somente em 1996 consegui ingressar na Faculdade de Licenciatura em Geografia, em Jandaia do Sul, concluindo o curso em 1998. Atuava como professora regente no Colégio Nossa Senhora da Glória, 3ª e 4ª séries, na disciplina de geografia. Mais tarde, cursei Pedagogia e fui convidada para ser coordenadora pedagógica do ensino fundamental I do mesmo colégio, onde trabalho há 32 anos como professora e coordenadora. Em 2008, iniciei minha carreira no curso superior, na Faculdade de Apucarana (FAP), nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Biológicas.

Determinada em seguir a carreira no curso superior, retomei os estudos, participei do processo de seleção do programa de pós-graduação, mestrado em educação, da Universidade Estadual de Maringá, e fui aprovada para desenvolver uma pesquisa sob a orientação da professora doutora Anaete Regina Schelbauer.

Ao iniciar as atividades do programa, em 2018, comecei a estudar as disciplinas que me oportunizaram novas reflexões, estudos e discussões sob a ótica da história e historiografia da educação. A disciplina “história da formação e do trabalho docente”, era ministrada pela professora orientadora Dr.^a Anaete Regina Schelbauer, e, a partir de suas orientações no decorrer dos estudos, o projeto de pesquisa foi reestruturado. Vale ressaltar que a participação na disciplina “seminários de pesquisa” e os encontros com o “Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares” (GEPHEIINSE), juntamente com a troca de experiências com os integrantes do grupo, foram fundamentais para o desenvolvimento de meu trabalho de pesquisa. Tal experiência veio ao encontro do que ressaltaram Buffa e Nossella (2005) sobre a necessidade de que o pesquisador faça parte de um grupo de pesquisa ou de estudo por cujo assunto se interesse para alcançar o nível rigoroso da pesquisa.

É fundamental compreender os aspectos peculiares da região escolhida como objeto de pesquisa, ou seja, a história da educação rural primária do município de Jandaia do Sul, sendo primordial entender as relações da cultura cafeeira que sempre influenciaram diretamente no processo de ocupação das terras habitadas. Dessa forma, fazem-se necessárias a reconstrução histórica, a reflexão sobre os

fatores que levaram à criação, à expansão e à nucleação das escolas rurais, em sua totalidade.

Esta pesquisa intenciona somar esforços junto àqueles que se preocupam com o incentivo, cuidado com a guarda e a preservação dos documentos e materiais escolares. Esses são os vestígios com os quais os historiadores da educação realizarão suas investigações e produzirão diferentes narrativas históricas. Além disso, esta pesquisa visa contribuir para a construção da história do ensino primário rural no Paraná.

1 INTRODUÇÃO

A escolinha era uma casinha de duas águas de atravessado, tinha uma porta onde a entrada e a saída era a mesma, e duas janelas. Escada não tinha, só tinha degrauzinho, o assoalho era de terra. A escola era feita de madeira bruta, tábuas e telha feita a “marreta”, não tinha cerca e ficava à beira da estrada. Havia, então, muita poeira. As crianças lanchavam na sala e depois saíam para brincar nos fundos da escola (DARIENSO, 1988, p. 140).

O retrato narrado pela pioneira Rosa Darienso, ao descrever a primeira “escolinha” do município, nos inspirou a narrar a história das escolas primárias rurais no município de Jandaia do Sul-PR, definindo-a como tema central da presente dissertação.

A escolha do município de Jandaia do Sul, como recorte espacial da pesquisa se deu, primeiramente, porque esse município faz parte da minha história de vida, meus pais se mudaram para Jandaia do Sul quando eu tinha três meses, cresci nessa cidade, onde constituí parte de minha vida escolar e iniciei a carreira como professora. Mas, foi a partir da atuação como estagiária em escolas primárias rurais desse município, juntamente com o fato de que a história das instituições escolares da zona rural ainda se constituía como um objeto a ser investigado, que fui conduzida à definição da presente temática.

Acerca do recorte espacial, tendo em vista o processo de colonização do território onde se localiza Jandaia do Sul, no norte do Estado, destacamos os estudos de Kohlhepp (2014), Noelli e Mota (1999), Steca e Flores (2002) e Tomazi (1999) que evidenciam a presença de habitantes no local antes do processo de (re)ocupação e de momentos conflitantes no decorrer do povoamento dessa região.

O recorte temporal se inicia em 1940, década em que foram construídas as primeiras escolas rurais no município de Jandaia do Sul. O início do processo de escolarização se deu nas fazendas ou nas casas dos professores, ficando caracterizada essa modalidade de escola primária rural como Casa Escolar. Nesse contexto, as escolas primárias rurais paranaenses foram constituídas para atender à população residente nas áreas afastadas: “A escola rural teve papel relevante no movimento de colonização do Estado do Paraná, uma vez que as famílias se concentravam na zona rural e lutavam pela educação de seus filhos” (LIMA; SCHELBAUER, 2015, p. 55).

Schelbauer (2014, p. 79) destaca que,

A colonização e urbanização das terras do Norte do Paraná foram marcadas pelo planejamento urbano e rural e que a Companhia Terras do Norte do Paraná, ao implantar os núcleos urbanos, seus patrimônios, distritos e sedes de comarcas, desenhava, concomitantemente, o mesmo traçado planejado para a área rural.

O recorte investigativo se encerra no ano de 1980, justificado que neste período várias escolas rurais são cessadas, acentuado pela crise cafeeira, a qual provocou acentuadas mudanças nas pequenas e médias propriedades e nos ambientes rural e urbano. Citamos a geadada de 1975, a diversificação das atividades agrícolas, que deixaram de ser monoculturas para serem policultoras, o uso de maquinários que substituíram a mão de obra rural, fato pelo qual muitos trabalhadores ficaram sem emprego, dando início o êxodo rural.

A pesquisa de caráter bibliográfico e documental está amparada em fontes documentais e na produção historiográfica na área de história da educação rural. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a realização da investigação consistiram no levantamento, catalogação e digitalização das fontes documentais, revisão da literatura sobre o tema e análise de fontes localizadas nos acervos do Departamento de Educação e Cultura de Jandaia do Sul (DEC) tais como: fotografias, leis, relatórios, atas de reuniões escolares, fichas de matrículas, boletins, livros de chamada e livros-ponto.

Além dos acervos do DEC, encontramos, na Biblioteca Municipal e na Faculdade de Jandaia do Sul, alguns materiais publicados sobre a história do município como obras de autores memorialistas, autobiografias, revistas e jornais que circulavam em períodos específicos. Tais arquivos nos permitiram ter acesso a informações sobre os acontecimentos publicados, a partir da ótica de autores e editoras que divulgaram tais informações. Essas fontes, como as demais, também necessitam de análise contextual.

As fontes de autores memorialistas são de grande valia para a presente pesquisa, os trabalhos autobibliográficos trazem riquezas de informações, como fotos e documentos delineados pelos próprios autores e ouvindo a comunidade local, contudo não seguem a rigorosidade metodológica da pesquisa historiográfica, fazendo-se indispensáveis a explanação e a problematização desses trabalhos.

Para iniciarmos a pesquisa, foram realizados um mapeamento das instituições, o inventário das fontes e as visitas ao Departamento de Educação, para acesso aos documentos das escolas municipais. As fontes documentais estavam em uma sala, separadas em oito pastas e organizadas em um armário, o que nos permitiu observar o cuidado com o acervo. A partir daí, demos início ao processo de seleção dos documentos, catalogação, digitalização e análise amparada nos escritos da historiografia sobre o tema. A convivência com os funcionários do departamento possibilitou a criação de um vínculo de confiabilidade e a permissão do acesso a inúmeras informações empíricas. Dessa forma, entrar em arquivos, procurar e manusear documentos, ouvir depoimentos é de suma importância para a reconstituição da história das instituições escolares.

Sobre a pesquisa em história das instituições escolares, Nosella e Buffa (2013) destacam os fundamentos sobre o aprender a pesquisar, que giram em torno da seleção do objeto de estudo, das fontes e de sua acessibilidade, de procedimentos teóricos metodológicos, do envolvimento emotivo, de modo a nos esclarecer a importância de conectarmos tais elementos conforme os objetivos que pretendemos atingir, para um resultado satisfatório com a pesquisa. O objeto de estudo “nunca é dado; é construído” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 58) pelo olhar, sensibilidade, criatividade, experiência, estudos, necessidades, contexto envolvidos em torno do próprio objeto e do pesquisador.

Em relação à análise das instituições escolares, Sanfelice (2009), no artigo “História e historiografia de instituições escolares”, aponta as diferentes abordagens, em especial com a indicação que foi feita ou não de suas categorias de análise. O autor ressalta que nenhum objeto, por mais singular que seja, está interdito a um pesquisador que queira se comprometer com a visão de totalidade histórica; os objetos são o que são e se manifestam pela sua aparência e/ou essência (SANFELICE, 2009).

Magalhães (2005) nos mostra caminhos para entendermos as relações que a instituição escolar estabelece com a comunidade e como encontrarmos lacunas que podem fazer parte da análise crítica de determinado momento histórico. No conhecimento das trajetórias políticas e das práticas educacionais, sabemos que os documentos, por serem produtos históricos do homem, nem sempre se encontram facilmente disponíveis para tornar inteligíveis as ações deste no tempo e no espaço.

De acordo com Lombardi (2004), são exatamente esses registros históricos que constituem os documentos, os testemunhos, os momentos, usados pelo historiador para se aproximar e tornar inteligível o seu objeto de estudo.

Para a realização da pesquisa, a partir dos apontamentos de Alves-Mazzotti (1992 *apud* BIANCHETTI; MACHADO, 2006), faz-se necessária a revisão da literatura sobre o tema. Diante disso, elaboramos dois quadros representativos desse levantamento. O Quadro 1 e 2 abrangem as dissertações e as teses que abordam a temática da escolarização rural paranaense.

Quadro 1 – Dissertações que abordam a temática da escolarização rural paranaense

(continuação...)

Ano	Universidade	Autor	Título e Orientador (a)
2019	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	SACCHELI, Gabriela da Silva	Educação Rural no Município de Apucarana-PR (1940-1990): Espaços, Instituições Escolares e Professores Orientadora: Analete Regina Schelbauer
2018	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	FARIA, Jordana Ferreira	A Cultura Escolar como produto de um lugar: uma escola primária rural do interior paranaense (1950-1970) Orientadora: Ednéia Regina Rossi
2017	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	RODRIGUES, Ronir de Fátima Gonçalves	A Expansão das Escolas Rurais no Distrito de Itaioca no Município de Ponta Grossa-PR (1930-1960) Orientadora: Vera Lúcia Martiniak
2017	Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	NURMBERG, Maricélia Aparecida	História da Educação do Município de Enéas Marques 1960 A 1992: Das Escolas Rurais a Nuclearização Orientador: André Paulo Castanha
2015	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	LIMA, Rosangela	História do ensino Primário rural em Cianorte (1950-1990) Orientadora: Analete Regina Schlbauer
2015	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	CORNICELLI, Elena Pericin Gomes	História da Educação Rural de Astorga: Práticas Educativas e Organização Institucional da Escola Rural Água de (1957-1980) Orientadora: Ednéia Regina Rossi
2014	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	CATELLAN, Carla	Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada. Orientador: André Paulo Castanha
2012	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro	O processo de escolarização no Município de Mandaguari – PR 1949 -1988 Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado
2011	Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	TIBUCHESKI, Jaqueline Kugler	Educação Rural no Município de Araucária-PR: De Escolas Isoladas a Escolas Orientadora: Maria Antonia de Souza

Ano	Universidade	Autor	Título e Orientador (a)
2010	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	BERTONHA, Vitorina	Da Escola Isolada ao Grupo Escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981) Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado Coorientadora: Analete Regina Schelbauer
2009	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	RITT, Cibele Introvini	Da escola isolada ao grupo escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR (1947 a 1971) Orientadora: Analete Regina Schelbauer

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A ponderação sobre as produções realizadas até este momento da pesquisa considera o material publicado entre os anos de 2009 a 2019, serve de base para novas pesquisas, além de proporcionar informações necessárias para o presente estudo.

Desta forma, ao elencar os trabalhos publicados, é imprescindível atentar para o contexto de cada um pesquisado, assim como seu objeto de estudo, servindo como ferramenta de leitura. Estes elementos, por serem interpretados sob momentos históricos e políticos determinados, devem ser considerados na análise.

Sacchelli (2019) destaca que a escola primária rural tem suas singularidades, assim como outros espaços, existindo uma cultura e diversidade que nos permite estudos enriquecedores no campo da História e, ao embrenhar-se neste espaço, demanda comprometimento teórico e respeito à identidade cultural. Segundo a autora, “além do contexto histórico, o espaço geográfico contempla ainda um emaranhado de especificidades” (SACCHELLI, 2019, p. 27).

O Quadro 1, que organiza os trabalhos de dissertações produzidos no Paraná sobre as temáticas já descritas anteriormente, resultou da consulta aos bancos de teses e dissertações das seguintes Instituições de ensino superior: Universidade do Estado do Paraná (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), totalizando 11 trabalhos publicados sobre as áreas pesquisadas até o ano de 2019. Vale salientar que optamos em focalizar as produções do Estado do Paraná entre as décadas de 1940 a 1980, reconhecendo as pesquisas realizadas.

A dissertação de Gabriela da Silva Sacchelli, “Educação Rural no Município de Apucarana-PR (1940-1990): Espaços, Instituições Escolares e Professores”, traz um estudo sobre as histórias que constituem a formação escolar da população apucaranesa. A pesquisa ressalta a identidade escolar rural no campo da história da

educação e congrega com o quadro de pesquisas acerca das atividades de escolarização da população paranaense, colaborando para a representação histórica desses sujeitos (SACCHELLI, 2019).

A pesquisa de Jordana Ferreira Faria, apresentou como lócus de investigação uma escola primária rural denominada Epitácio Pessoa, localizada em Nova Altamira, distrito do município de Faxinal no Paraná, nas décadas de 1950 a 1970, a qual propõe identificar o que implicava ser uma escola isolada na década de 1950/1960 no interior paranaense e observar o que rompeu e o que permaneceu com a mudança de Casa Escolar Epitácio Pessoa para o modelo de escola graduada, ou seja, quando ela foi transformada no Grupo Escolar Epitácio Pessoa (FARIA, 2018).

Sob a mesma perspectiva, a dissertação de Maricélia Aparecida Nurmberg, intitulada “História da Educação do Município de Enéas Marques (1960 A 1992): Das Escolas Rurais a Nuclearização”, possibilita um panorama sobre a constituição histórica, política, social, local, regional e nacional, visando identificar as escolas rurais em consonância com a história do município (NURMBERG, 2017).

A dissertação de Ronir Fátima Gonçalves Rodrigues contribuiu com a produção de conhecimento na área da história da educação rural brasileira, buscando analisar o processo de escolarização primária rural e a organização pedagógica das escolas rurais, no distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa, PR, no período de 1930 a 1960; contextualizando o processo de escolarização brasileira da população rural, baseado nas legislações brasileiras vigentes no período delimitado para a pesquisa; investigando a institucionalização das instituições escolares rurais no Paraná, evidenciando os determinantes econômicos, políticos, sociais e históricos que influenciaram a instrução pública do Estado; reconstruindo o processo de expansão das escolas públicas rurais e a organização pedagógica no distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa, PR (RONIR, 2017).

A pesquisa de Rosangela Lima, do mestrado em Educação, “História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)” na Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação, contribui com um grupo de pesquisas sobre a história do ensino primário rural no Estado do Paraná, especificamente no município de Cianorte, no período de 1950-1990, inventariando a fundação do patrimônio. Na análise das fontes, foi caracterizado como o ensino primário rural esteve presente no processo de escolarização primária no município de Cianorte, durante o período

de colonização e de expansão desse município, por meio de um inventário de documentos escolares encontrados e organizados pela pesquisadora (LIMA, 2015).

Na mesma perspectiva, Elena Pericin Gomes Cornicelli investigou a história da educação rural do município de Astorga, contada por meio das práticas educativas da Escola Rural Água Astorga no período de 1957 a 1980. A delimitação temporal se fez a partir de 1957, ano do início das atividades dessa escola, e 1980, período de mudanças nas práticas educativas, tendo em vista a implantação das novas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71. A cultura escolar é tomada como categoria de análise buscando-se discutir componentes como o tempo e espaço escolar; a materialidade; as relações interpessoais; os métodos de ensino e de avaliação; o disciplinamento dos atores; a profissão docente (CORNICELLI, 2015).

A pesquisa de Carla Catellan teve como objetivo estudar as escolas multisseriadas, construídas e implementadas entre os anos de 1948 e 1981, no município de Francisco Beltrão. A pesquisa analisou a construção histórica educacional que permitiu a estruturação das escolas rurais multisseriadas, compreendendo os desafios enfrentados nas questões pedagógicas e administrativas articuladas aos aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais que alicerçaram esse processo de transformação da vida do campo (CATELLAN, 2014).

Na dissertação de Jaqueline Kugler Tibucheski (2011), o objeto de estudo foi o processo de consolidação das escolas isoladas na área rural, no município de Araucária, região metropolitana de Curitiba. O município tinha seis escolas rurais no ano de 2011. Os objetivos da pesquisa foram analisar como ocorreu o processo de nucleação das escolas e como se deu a relação entre comunidade e governo municipal, além de identificar as principais modificações ocorridas na organização e prática pedagógica nessas escolas consolidadas (TIBUCHESKI, 2011).

O trabalho dissertativo de Silvana Rodrigues Malheiro, organizou o conjunto de fontes sobre a história do município de Mandaguari, por intermédio de fontes documentais e iconográficas, aliado aos depoimentos dos sujeitos que participaram, e de alguns que continuam participando, do processo educacional mandaguariense, possibilitando a compreensão não só do desenvolvimento educacional no município, como do processo educacional brasileiro, em específico, o paranaense, contribuindo para a história da educação e não apenas para a educação em Mandaguari-PR, por

reunir apontamentos para outros pesquisadores que desejam aprofundar estudos sobre como ocorreu o processo educacional, histórico e econômico no norte novo paranaense (MALHEIRO, 2012).

A pesquisa de Vitorina Bertonha teve como objetivo investigar a história da primeira escola primária oficial, fundada no patrimônio de Sarandi-PR, norte do Estado do Paraná, “Escola Isolada de Sarandi”, no movimento de criação e consolidação do município, quando essa região estava sendo colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Dessa forma, a pesquisadora reconstruiu a história da criação da instituição escolar, propiciando um olhar diferenciado para a educação oficial primária no município de Sarandi, contribuindo para a compreensão de como ocorreu a integração da escola com a comunidade (BERTONHA, 2010).

Cibele Introvini, em sua dissertação, investigou sobre o processo de escolarização primária em Campo Mourão-PR, a partir da história do “Grupo Escolar Marechal Rondon”. Sua problemática consiste em compreender o que representou esse grupo escolar para a cidade de Campo Mourão no processo de consolidação do município, reconstruindo a história dessa instituição escolar (INTROVINI, 2009).

O Quadro 2, que organiza os trabalhos de teses produzidas sobre as temáticas já descritas anteriormente, resultou da consulta aos bancos de teses das seguintes universidades: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Pontifícia Universidade de Curitiba (PUC), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP), totalizando quatro trabalhos publicados sobre as áreas pesquisadas até o ano de 2018.

Quadro 2 – Teses que abordam a temática “Escola Rural” no Paraná

Ano	Universidade	Autor	Título e Orientador (a)
2018	Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR)	AKSENEN, Elisângela Zarpelon	A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996) Orientadora: Maria Elizabeth Blank Miguel
2017	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	FARIA, Thais Bento	Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968) Orientadora: Analete Regina Schelbauer
2000	Universidade de Campinas (UNICAMP)	CAPELO, Maria Regina Clivati	Educação, Escola e Diversidade Cultural no Meio Rural de Londrina: Quando o Presente Reconta o Passado Orientadora: Zeila de Brito Fabri Demartini

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A tese de Aksenen, “A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996)”, apresenta a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a sua influência sobre as escolas rurais brasileiras no período que abarca os anos de 1936-1996. A investigação procurou analisar em que medida as recomendações da UNESCO interferiram nos rumos da educação rural no Brasil e, conseqüentemente, no Estado do Paraná e no município de Prudentópolis. Dessa forma, buscou compreender o cenário educacional rural brasileiro, articulando-o aos contextos político, econômico e social, analisando como as diretrizes da UNESCO se incorporaram às políticas públicas para a educação rural no Brasil (AKSENER, 2018).

A pesquisa de Faria, “Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)”, ressalta a história o Curso Normal Regional no Estado do Paraná, com foco no processo de interiorização; contempla a institucionalização e expansão dos Cursos Normais Regionais no Paraná, centralizados em três municípios: Londrina, Rolândia e Sertanópolis; defende que, no diálogo entre as esferas internacional, nacional e estadual, o Paraná, compreendido como um território de “vocação agrícola”, creditou ao Curso Normal Regional (1946-1968) a função de formar o professor primário rural, elaborou uma série de estratégias e conviveu com a contrariedade entre o prescrito e o praticado (FARIA, 2017).

A linha de pesquisa de Capelo, “Educação, Escola e Diversidade Cultural no Meio Rural de Londrina: Quando o Presente Reconta o Passado”, revela a dinâmica cultural que possibilitou a estruturação do sistema escolar rural de Londrina (PR), com as características que apresenta na atualidade. Para tanto, o pesquisador optou pelo uso de fontes orais e documentos de época. O período entre 1950 e 1970 constitui o tempo do auge e declínio da cafeicultura, quando o sistema escolar adquiriu características nacionais/brasileiras, fazendo emergir um passado rural, plural e diverso (CAPELO, 2000).

As pesquisas descritas enriquecem a história da educação paranaense e orientam a atual pesquisa ao abordarem estudos voltados à história das instituições escolares rurais do Estado do Paraná, contribuindo para os grupos de estudos e pesquisas, sendo significativa para compor a história e historiografia da Educação Nacional. Vale salientar a importância do diálogo dos/das autores/autoras com

outras pesquisas já defendidas, corroborando o trabalho do/da historiador/historiadora.

Fez-se necessário a leitura de outros autores sobre a temática da “Escola Rural”, publicados nos periódicos e congressos que debatem a história da educação. O levantamento foi feito por meio de pesquisa nos *sites* específicos de história da educação, revista Brasileira de História da Educação, Cadernos de História da Educação, História da Educação *on-line*, Revista HISTEDBR *on-line* e Congressos de História da Educação.

As contribuições da historiografia da educação são recentes no Brasil, pois se iniciaram por volta das décadas de 1960 e 1970, como destacam Vidal e Faria Filho (2003, p. 37-38):

A partir do fim dos anos 1960 e início dos 70, com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país (o da PUC-Rio, em 1965, e da PUC-SP, em 1969, foram os primeiros a se constituir), e dos anos 1980, com a criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 1984, e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), em 1986, cresceu substantivamente a produção de trabalhos em História da Educação no Brasil. Ao mesmo tempo foi-se constituindo uma certa identidade, ainda que multifacetada e plural do historiador da educação. No entanto, já desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam no país e no exterior.

Esses aportes favoreceram não somente o campo da história da educação, como o campo da história e de outras áreas; (re)contar ou (re)escrever a história da humanidade é indispensável para um fazer individual e beneficia o pensar social.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com artigos que foram de suma importância para o desenvolvimento do trabalho. O artigo intitulado “Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): Representações sobre a Escola Rural”, publicado por Ivashita e Schelbauer (2017), ressalta o debate em torno da escola primária rural, com base nas representações de professores e professoras publicadas no Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, editado entre os anos de 1951 e 1953, apoiando-se no conceito de representação, desenvolvido pelo francês Roger Chartier.

Aksenen e Miguel (2017) publicaram nos Anais do IX – Caderno Brasileiro de História da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, o artigo “A Educação Rural no Paraná no Início do Século XX: A Voz Dos Documentos Oficiais” apontam e analisam a educação no meio rural brasileiro presente na legislação de ensino no período compreendido entre 1927 e 1971. Para tal, “[...] debateram sobre os aspectos presentes nas Constituições Brasileiras de 1934, 1937, 1946 e 1967, nas Leis Orgânicas dos Ensinos Primário, Normal e Agrícola e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação: Leis 4.024/1961 e 5.692/1971” (AKSENEEN; MIGUEL, 2017, p. 705).

Na mesma linha de pensamento, o artigo “As escolas rurais e a organização do ensino primário em Cianorte-PR (1950-1990)”, publicado pelas pesquisadoras Lima e Schelbauer (2015) na revista HISTEDBR *on-line*, abarca a história do ensino primário rural do município de Cianorte-PR, entre as décadas de 1950 e 1990, sob uma perspectiva regional. As pesquisadoras ponderam que o ensino primário rural teve papel relevante frente à escolarização primária do município.

Desta forma, o artigo de Schelbauer (2014), em “Da Roça para a Escola: Institucionalização e Expansão das Escolas Primárias Rurais no Paraná (1930-1960)”, apresenta a institucionalização e a expansão das escolas primárias rurais no Estado do Paraná, no período 1930-1960. “Os documentos que deram suportes à investigação constituem-se das mensagens e relatórios de governadores estaduais e interventores federais, analisadas a partir da produção historiográfica sobre o tema” (SCHELBAUER, 2014, p. 71). Segundo a autora, há necessidade de pesquisas em história da educação rural paranaense, constatando deficiência de pesquisa nessa área, deixando um vazio na história da educação brasileira.

Para abranger os desdobramentos do ensino primário rural no Estado do Paraná, retornamos o olhar para as produções historiográficas sobre o tema no Estado. As leituras de Schelbauer (2014) e Schelbauer e Gonçalves Neto (2013) abarcam conhecimentos das modalidades de escolas primárias rurais e os processos históricos, políticos e econômicos que envolveram a expansão dessas instituições, entre eles, a política econômica voltada para a colonização e o povoamento do interior; a preocupação com a agricultura e, conseqüentemente, com o transporte para o escoamento da produção; e as discussões em torno da necessidade de se democratizar o acesso à educação para o desenvolvimento do Estado.

O artigo “Escolas Isoladas Rurais Londrinenses (PR): Primeiras Reflexões”, publicado pela pesquisadora Faria (2013) nos Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Cuiabá-MT, “[...] tem como finalidade compreender a constituição da escolarização primária neste município, portanto considera os diferentes formatos institucionais escolares existentes no período: o grupo escolar, a escola étnica e a escola isolada rural” (FARIA, 2013, p. 2). Para tal, o estudo abrange desde o processo de institucionalização das primeiras escolas primárias públicas, em 1937, até o início da década de 1970.

Diversas obras poderiam ser ressaltadas com esse tema, contudo, pela proximidade com os objetivos da pesquisa, essas produções se fazem referência para o trabalho com a história das escolas rurais no Brasil. Alves-Mazzotti (1992 *apud* BIANCHETTI; MACHADO, 2006, p. 27) afirma que:

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado, mas uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema.

A discussão acerca das escolas rurais do município de Jandaia do Sul-PR remete a estudos que norteiam essa questão em âmbitos nacional e estadual, de modo a capturar aspectos elementares para o objeto em questão assim como a respeito das formas de abordagem.

Para fundamentarmos a presente pesquisa, foram estudadas publicações sobre a temática e sua contribuição para a área de história da educação, além disso destacamos algumas leituras relevantes e suas contribuições para a temática. É imprescindível abordar as perspectivas atuais das pesquisas em história da educação, bem como as tendências contemporâneas em historiografia da Educação no Brasil, e, para tais temas, utilizaremos as contribuições de Schelbauer, Lombardi e Machado (2006).

Para ponderarmos sobre a escola pública brasileira associada às pesquisas em história da educação, levando em conta a análise de fontes bibliográficas e documentais, utilizamos Saviani (2005), Nascimento e Lombardi (2004). A análise foi também amparada nas pesquisas dos autores Nunes e Carvalho (2005) em historiografia da educação e fontes. Dessa forma, destacamos a questão relativa à separação entre o ensino e a pesquisa na disciplina de história da educação. A

respeito da influência cultural na criação da escola primária, da construção de monumentos e das datas comemorativas ou leis, temos as produções de Werle (2012).

Em se tratando de uma pesquisa em história das instituições escolares, há necessidade de um planejamento que organize roteiros e categorias de análise. Neste estudo, foram observados o espaço físico de funcionamento das instituições por meio de fotografias e plantas arquitetônicas, o currículo escolar, as disciplinas e os conteúdos trabalhados em sala de aula. Utilizamos como fonte arquivos como livros-ata, os livros de chamada que existiam foram incinerados e consta em livros-ata, boletins e históricos escolares, depoimentos escritos, ata sobre contratação de professores (cadastro funcional).

A produção historiográfica, qualquer que seja o espaço de sua produção, está na dependência das fontes que darão subsídios para que esta aconteça. Se a universidade, pelo trabalho de seus pesquisadores, vem conseguindo incrementar a produção historiográfica brasileira, estes têm retirado as fontes do contexto social mais amplo; algumas vezes, tais fontes estão cuidadosamente preservadas em arquivos; outras demonstram a precariedade de cuidados, de verbas, de pessoal especificado e mesmo de ambiente apropriado para a sua conservação (MIGUEL, 2004, p. 112).

Nessa perspectiva, é de suma importância elucidarmos o papel das fontes na pesquisa historiográfica, pois é pelo acesso ao arquivo que se (re)escreve a educação, dando-se norte para a pesquisa, que só é possível pela preservação das fontes, assim sendo, são fundamentais os cuidados de preservação. Esses documentos são dotados de historicidade, de identidade dos sujeitos que fizeram parte da escolarização, portanto, da memória escolar. Mas é indispensável destacarmos que essas fontes devem ser manuseadas, estudadas, interpretadas e associadas a outros documentos, sendo fundamental a interferência do pesquisador ou pesquisadora nesse processo. A seleção daquilo que será aproveitado é um exemplo dessa interação entre pesquisador e fonte (SACHELLI, 2019).

Desse modo, com o intuito de contribuirmos para a produção de conhecimento na área da história e historiografia da educação rural paranaense, deparamo-nos com a seguinte problemática: em que medida o ensino primário rural esteve presente no processo de escolarização primária no município de Jandaia do Sul durante seu período de colonização e expansão? Dessa forma, outros questionamentos

surgiram: como ocorreu a organização do ensino nessas escolas? Quais fatores propiciaram a institucionalização e expansão das escolas primárias rurais de Jandaia do Sul e, posteriormente, a nucleação dessas instituições?

Diante de tais indagações, foi traçado como objetivo geral reconstituir a história da escola primária rural no município de Jandaia do Sul-PR, pela análise de seus processos de institucionalização, expansão e nucleação, no período de 1940 a 1980, por meio dos documentos oficiais e escolares, período que marca a chegada dos primeiros colonizadores na região, o início da construção da cidade de Jandaia do Sul e sua emancipação em 1951. O recorte investigativo encerra-se em 1980, justificado pelo fato de que é nessa data que as escolas rurais desse município passaram pelo processo de nucleação, sendo encerrada a última escola rural no ano de 2001 (JANDAIA DO SUL, 2001).

A primeira iniciativa de nucleação de escolas rurais em Jandaia de Sul data de 1980. A justificativa para a nucleação de escolas rurais era minimizar os gastos com as escolas isoladas dispersas na área rural, concentrando professores e alunos em um único espaço físico, o que possibilitaria a organização seriada nessas instituições.

No decorrer da pesquisa, foram utilizadas fontes iconográficas, com o intuito de representarmos o cenário primário rural, assim como outras realidades relevantes para o trabalho de pesquisa. Ressalvamos, entretanto, que, quando empregamos imagens, é necessário levarmos em consideração a produção da imagem, visto que, ao mesmo tempo em que a fotografia pode retratar os cenários e os personagens daqueles contextos, elas podem conter armadilhas, como apontam Sato e Costa (2007, p. 3):

As iconografias não são exatamente o reflexo direto da realidade, mas também não constituem um sistema de signos independente dessa realidade. Elas ocupam, sim, várias posições entre esses dois extremos. Devem ser entendidas como uma mistura de natureza, técnica e cultura.

Com base nas leituras e nos levantamentos de fontes, o presente trabalho foi organizado em seções cada qual com uma temática e com um objetivo específico, a fim de responder ao problema da pesquisa.

Portanto, a fim de estruturarmos a história da escola primária rural de Jandaia do Sul, no período delimitado, outros objetivos específicos foram construídos:

inventariar os acervos documentais preservados, encontrados na documentação escolar do Departamento de Educação e Cultural do Municipal de Jandaia do Sul; analisando a educação escolar e no panorama histórico da formação deste município, refletindo sobre a contribuição das instituições escolares rurais para a escolarização primária da população jandaiense a organização do ensino e o funcionamento das escolas rurais; evidenciando o corpo docente dos professores/professoras jandaienses, como sua formação e atuação nas escolas primárias rurais.

A justificativa pela escolha de Jandaia do Sul é pela ausência de conhecimentos estruturantes no campo da historiografia da educação rural em Jandaia do Sul-PR, assim como pelo volume de fontes documentais que se encontram resguardadas no município. Além disso, vale destacar a importância desse patrimônio histórico escolar tanto para a comunidade local como para a comunidade científica, tendo em vista a possibilidade de outras averiguações como os acervos existentes sobre a escolarização primária do município.

Assim sendo, a presente dissertação foi organizada da seguinte maneira: a primeira seção constitui-se na introdução, que é apresentada para iniciarmos um diálogo acerca da temática, do objeto, dos objetivos da pesquisa e que aponta uma interlocução com o estado da arte do tema em questão, porque, como aponta Alves-Mazotti (2002 *apud* BIANCHETTI; MACHADO, 2006), a fragilidade da revisão bibliográfica é um dos problemas enfrentados pela pesquisa de campo da história da educação, uma vez que “[...] a má qualidade da revisão da literatura compromete todo o estudo”. Segundo a autora, a revisão da literatura “[...] não se constitui em uma seção isolada, mas, ao contrário, tem por objetivo iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados” (ALVES-MAZOTTI, 2002 *apud* BIANCHETTI; MACHADO, 2006, p. 26). De acordo com essas ideias, o estado da arte desta investigação é um processo contínuo que se prolonga por toda a extensão do estudo.

A segunda seção do trabalho é resultado da leitura de dados presentes nos documentos inventariados, cujas atividades possibilitaram a descrição, análise e interpretação das características dos espaços escolares rurais e a organização institucional. Para isso, foram pesquisadas, nos documentos textuais e iconográficos, as evidências do espaço físico e sua documentação. Durante esse processo,

descobrimos que não há um modo único de escrever, que o pesquisador cria formas mais adequadas para o seu objeto e problema de pesquisa.

Assim sendo, transitamos entre documentos da época, a memória do município e a historiografia produzida por entendermos que, na análise documental, o diálogo com as referências especializadas também é importante para construção da análise. As inferências que construímos durante o processo de investigação e sistematização dos textos que compõem esta dissertação tentaram se encadear nesse diálogo (LIMA, 2015).

O material encontra-se desgastado pela ação do tempo, contudo, em geral, não compromete a leitura. Grande parte dos documentos encontra-se em pastas, com identificação de cada escola rural.

Na terceira seção, é traçado um olhar panorâmico sobre a constituição do município de Jandaia do Sul de acordo com o recorte temporal estabelecido. Essa seção tem como objetivo compreender o panorama histórico do município de Jandaia do Sul e a influência histórica que mobilizaram a criação da Escola Primária Rural, a fim de identificar as necessidades locais de criação, institucionalização, expansão e nucleação das escolas rurais associadas aos movimentos migratórios para a zona urbana nas décadas de 1970 a 1980.

Sobre a implantação das escolas rurais paranaenses, a partir do processo de colonização de suas terras, principalmente na região do Paraná norte pioneiro, os estudos de Cattelan (2014) apresentam a implantação das escolas rurais no município de Francisco Beltrão, nas décadas de 1948 a 1981. Bertonha (2010) investigou a história da primeira escola primária de Sarandi, no período de 1953 a 1981, e contextualizou a criação e a consolidação das escolas do norte paranaense, bem como sua trajetória escolar. De acordo com a autora, o processo da história da educação do município de Sarandi decorreu de diferentes edificações e organizações existentes nas instituições, dado o contexto histórico da época.

A quarta e última seção discute a organização do ensino rural, o corpo docente bem como sua formação para atuar no ensino das escolas rurais do município de Jandaia do Sul-PR. A seção tem como objetivos evidenciar os/as professores/professoras jandaienses, a sua formação, a carreira e atuação das professoras das escolas primárias rurais e a sua importância na formação da população jandaiense.

Ao concluirmos o trabalho, são tecidas considerações acerca dos principais aspectos que configuram a história do ensino primário rural do município, na tentativa de respondermos aos questionamentos que nos mobilizaram para a pesquisa. No entanto, há a certeza de que não se esgotaram as possibilidades de leitura dos documentos históricos e que outros pesquisadores podem investigar, questionar ou complementar o presente estudo.

Este trabalho suscita reflexões e contribuições para o campo da história da educação, em especial, da história da educação rural, a partir do olhar para a temática, tendo como foco a identidade da escola primária rural desenvolvida no processo de escolarização da população jandaiense, a qual corroborou a formação desses sujeitos no período histórico delimitado.

2 INVENTÁRIO DAS FONTES DOCUMENTAIS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL-PR

[...] Se bem ou se mal organizados, cumprem bem ou menos bem o seu papel de dar o necessário suporte de atos dispositivos e de provas e de circulação da informação, que uma entidade necessita no dia-a-dia de sua atuação (BELLOTO, 2002, p. 10-11).

A afirmação de Belloto (2002) nos remete à importância que os arquivos têm, mesmo estando dispersos ou guardados informalmente nas instituições. Nessa perspectiva, as pesquisas sobre o ensino primário rural em documentos preservados no acervo histórico do município de Jandaia do Sul nos colocam diante de atas de exames, reuniões pedagógicas, matrículas, boletins, livro de registro nos quais nos deparamos com subsídios históricos que nos auxiliam na compreensão da prática educativa vigente. Há documentos iconográficos que se referem ao tema estudado. Dessa forma, organizamos um acervo digitalizado das principais fontes documentais e iconográficas existentes e disponibilizamos as instituições em que a pesquisa foi realizada.

Na sequência, teremos a descrição dos documentos encontrados nos arquivos da Secretaria de Educação de Jandaia do Sul, com os objetivos de analisar e descrever os documentos existentes sobre a escolarização primária rural nas décadas mencionadas a fim de identificarmos a concepção de ensino primário que norteava as instituições próprias.

a) Livros ata de exames

Os “Livros Ata de Exames”, catalogados em pesquisa, referem-se aos livros nas décadas de 1950, 60, 70 e 80, acervados na Divisão de Documentos Escolares, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na sede da Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul. Esses documentos eram destinados aos registros de aplicação de exames finais das escolas, ano letivo, número de alunos presentes, notas dos alunos e resultados de aprovação e reprovação (JANDAIA DO SUL, 1979).

Foram encontrados registros relacionados às disciplinas vigentes, nos históricos escolares e frequências dos alunos nos relatórios finais ou em outros

documentos referentes a esse período. Sobre os livros de chamada, que indicam a presença dos alunos, encontramos um livro ata que indica que existiram livros de chamada, mas foram incinerados, de acordo com a deliberação nº 031/86.

A Figura 1, a seguir, refere-se a uma ata de exame final, com a indicação referente ao livro de chamada e matrícula mencionado. Além dessa informação, registra a presença de três professores regentes, nesse período, de acordo com a LDB 4024/61 que exigia uma comissão da qual os professores deveriam fazer parte. Os alunos citados referem-se aos do 1º ano, do 2º ano e do 3º ano.

Figura 1 – Ata de exame – 1959

Secretaria de Educação e Cultura
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

final do ano de 1959
escola Municipal Bela Vista do Maracaná
(Nome do estabelecimento)
Distrito Jandaia do Sul
Distrito Jandaia do Sul
Modalidade de ensino primário

ALUNOS	Pre-Pri		1.º Ano		2.º Ano		3.º Ano		4.º Ano		5.º Ano	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
matriculados			25	18	2	5	3	2				
presentes			10	9	2	5	3	2				
que compareceram			15	9	-	-	-	-				
aprovados			4	4	1	3	3	2				
reprovados			6	5	1	2	-	-				
concluíram o curso												
TOTAL												

ATA DE EXAMES

vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove na escola classe de Bela Vista do Maracaná do distrito de Jandaia do Sul município de Jandaia do Sul sob a presidência do professor (a) Maria Ester Galvão, presentes (e) Maria Espaciola Silva e professores (as) Sede Maria Gasparotto Autoridade que presidiu

realizaram-se os exames do presente ano. Pelo livro de matrícula e chamada verificou-se a presença de 19 alunos do 1.º ano, 7 do 2.º ano, 5 do 3.º ano, do 4.º ano e do 5.º ano, num total de 37 alunos, dos 55 matriculados. Concluídos os exames apurou-se o seguinte resultado: 8 aprovados e promovidos para o 2.º ano, 4 para o 3.º ano, 2 para o 4.º ano e 1 para o 5.º ano. Concluíram o curso 11 alunos do 1.º ano, 3 alunos do 2.º ano, 1 do 3.º ano, 1 do 4.º ano e 1 do 5.º ano. Não compareceram 24 alunos do 1.º ano, 1 do 2.º ano, 1 do 3.º ano, 1 do 4.º ano e 1 do 5.º ano, num total de 24 alunos. Nada havendo a constar, eu, professor (a) da escola, lavrei a presente ata em livro próprio da escola, será assinada pela autoridade escolar que presidiu os exames, pela banca examinadora e por

Maria Ester Galvão
Sede
Maria Espaciola Silva

Fonte: JANDAIA DO SUL (1959).

Figura 2 – Ata de Exame – 1962

**RELAÇÃO NOMINAL DOS ALUNOS PRESENTES E AUSENTES
NO DIA DA REALIZAÇÃO DOS EXAMES**

N.º	NOME DO ALUNO	Idade	Série	Repe- tente	OBSERVAÇÕES
1.	Clair Bento Pereira	9	1ª	não	aprovado
2.	Luiz de Bento Pereira	7	1ª	não	aprovado
3.	Apasieido Bento	4	1ª	não	aprovado
4.	Antonio Quintino	9	1ª	não	aprovado
5.	Olga Bento	13	1ª	não	aprovado
6.	Marina Sabina	11	1ª	não	aprovado
7.	Flávia Andrassi	10	1ª	não	aprovado
8.	Viola Julia Bento	7	1ª	não	aprovado
9.	Alcides Rezende	7	1ª	não	aprovado
10.	Suzia Sassi	11	1ª	não	aprovado
11.	Antonio Ferreira Jari	10	1ª	não	aprovado
12.	Roberto Gomes de	7	1ª	não	aprovado
13.	Benedito V. Rodrigues	10	1ª	não	aprovado
14.	Clair Bento Pereira	7	1ª	não	reprovado
15.	Arizio Bento Pereira	8	1ª	não	reprovado
1.	Orlando Ferreira P.	11	2ª	não	aprovado
2.	José Rezende	12	2ª	não	aprovado
3.	Elizabete Mendes de	9	2ª	não	aprovado
4.	Erasmio Rezende	9	2ª	não	aprovado
5.	Luís Encarnação de	12	2ª	não	aprovado
6.	Luiz Bento	12	2ª	não	aprovado
7.	Luiz Bento	10	2ª	não	aprovado
8.	Marina Rezende	12	2ª	não	aprovado
9.	Antônia Sassi	11	2ª	não	aprovado
10.	Carlos J. Nascimento	10	2ª	não	aprovado

Bairro Pedro Dias em 17 de novembro de 1962
 Rafaelo Espanhol
 Professor(a)

Na coluna de OBSERVAÇÕES fazer constar se o aluno foi aprovado, reprovado, ou estava ausente.
 No livro de atas de exames do estabelecimento, deverá constar o nome dos alunos aprovados e o grau de aprovação, alunos

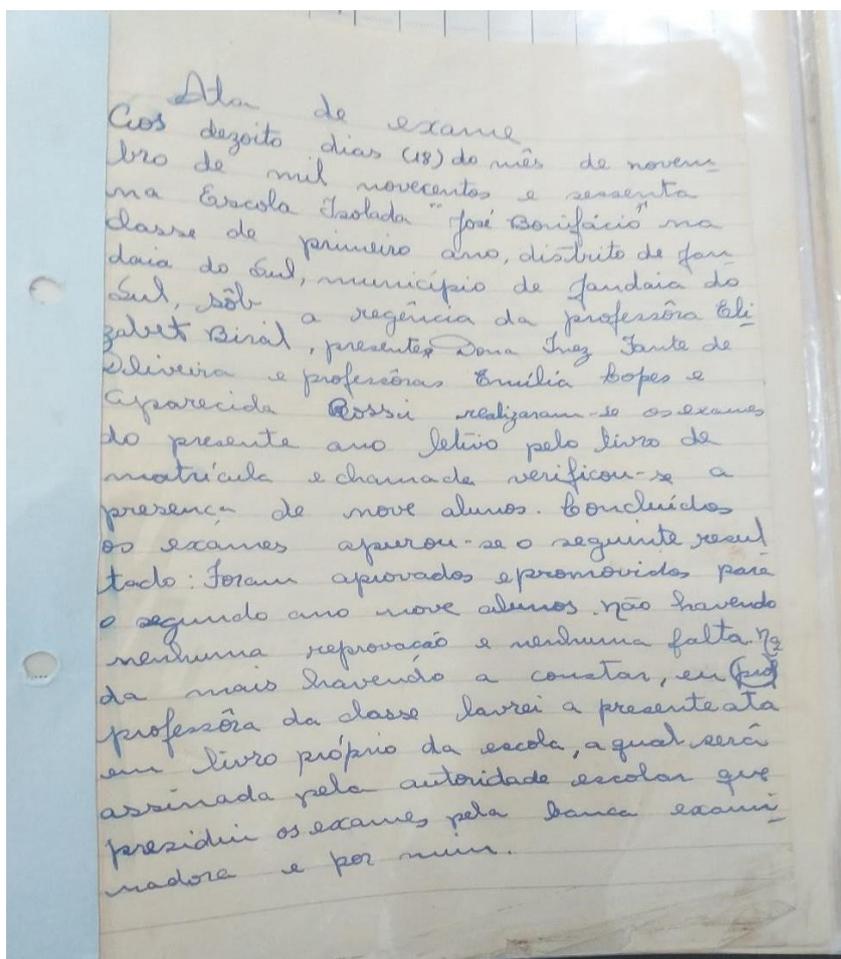
Fonte: JANDAIA DO SUL (1962).

Na Figura 2 observamos que os nomes dos alunos estão divididos por série, não segue o gênero, primeiramente os alunos da 1ª série e, a seguir, os alunos da 2ª série. Entendemos que se trata de uma antiga prática, uma vez que as classes

multisseriadas das escolas rurais eram mistas. Além disso, não há permanência desse procedimento em todos os documentos analisados.

Verificamos que, em 1962, como na imagem anterior, entre as informações nas atas sobre os presentes, o número de alunos e as séries correspondentes, constam registros do nome do aluno, a idade, a indicação se o aluno já é repetente ou não, o resultado final: aprovado (a) ou reprovado (a) e assinatura da professora da turma. As figuras sofreram algumas deformações por estarem arquivadas em pastas com plásticos, não sendo possível, assim, tirá-las, em razão da fragilidade das folhas.

Figura 3 – Ata de exame – 1960



Fonte: JANDAIA DO SUL (1960).

A Figura 3, exposta acima, traz o documento de 1960, escrito com o próprio punho, referente ao exame da 1ª série da Escola Isolada José Bonifácio, localizada na estrada Velha de Marumbi, no Km 3, ali constam a professora regente, Elizabete Biral, e a banca examinadora, três professoras, para acompanhar a aplicação do

exame, Inez Fante, Emília Lopes e Aparecida Rossi. Na presente ata apresenta-se que ficaram nove alunos para exame e que todos foram aprovados. Há o registro de uma ata de 1961 e 1962, deixando uma lacuna entre 1963 e 1966, em razão de um incêndio que ocorreu na Prefeitura de Jandaia do Sul.

A partir de 1967, temos registros de todos os documentos em ordem. Até os anos 1970, passou-se a anotar as notas gerais em ata de exame. O registro da idade aparece em todas as séries documentais, observando-se que as crianças e adolescentes com idades distintas frequentavam a mesma classe. Nesses históricos escolares, aparece a Lei nº. 4.024/61, mantendo a estrutura do ensino primário em quatro anos, podendo se estender até seis anos de duração, e do ginásio com duração de quatro anos, com o aluno podendo cursá-lo mediante o curso de admissão, no qual se excluía grande parte dos alunos, como salienta Nunes e Carvalho (2005, p. 45):

O exame de admissão mobilizava os estudantes, seus pais e irmãos. Obter a aprovação nas provas tinha uma importância equivalente à aprovação nos exames vestibulares ao ensino superior. Era uma espécie de senha para ascensão social. A seletividade do ensino secundário era agravada por esse exame, pois cada escola secundária organizava seus programas e não os divulgava, de modo que os candidatos e sua família não sabiam se o nível de exigência das provas acompanhava o nível do conteúdo da quarta série das escolas primárias. O fracasso nos exames era praticamente inevitável, o que acarretou a disseminação dos cursos de admissão organizados por particulares, mantidos à custa de altas taxas e dificultando condições às populações mais pobres de particular do processo seletivo.

Segundo os autores o exame de admissão foi por algumas décadas a linha divisória decisiva entre a escola primária e a secundária. Funcionou como um rito de passagem cercado de significados e simbolismos, carregado de conflitos para os adolescentes ainda incapazes de lidar com fracassos. Os autores ressaltam que “[...] não menos importante que o exame de admissão eram o curso preparatório ao exame e o grande livro que, contendo todo conteúdo a ser averiguado nas provas, era freneticamente manipulado pelos ansiosos estudantes durante um ano ou alguns meses” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 46). Nesse mesmo contexto, os autores advertem que os livros eram enormes e caros, cuja aquisição resultava em sacrifício para algumas famílias que desejavam que seus filhos ingressassem para o curso ginásial.

A partir da Lei nº 5.692/71, modificou-se a estrutura do ensino no país, no qual o curso primário e o antigo ginásio se tornaram um só curso de 1º grau. Foi uma lei promulgada no contexto da ditadura militar e que trouxe permanências e mudanças nas concepções de educação que vinham se desenhando no período. O ensino de 1º grau se tornou obrigatório de quatro para oito anos, suas atividades anuais passaram a ter 720h e unindo-se às séries finais a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões que passaram a ter lugar importante nas discussões em todas as esferas: municipal, estadual e federal.

A Figura 4 nos permite visualizar como o material está disponibilizado para pesquisa, a maioria já amarelado, mas percebemos o cuidado com os documentos das escolas rurais. Essa organização de arquivos escolares mostra que a preservação ainda é um desafio para o estudo da história da educação.

Figura 4 – Arquivos de documentos das escolas primárias rurais



Fonte: Pastas de arquivos de documentos das Escolas Rurais

Merece registro o fato de que as pastas foram organizadas de acordo com as datas e a maioria como escola isolada, escolas rurais e escolas municipais. As pastas apresentam as atas de exames de todas as escolas rurais de 1959 a 1980, organizadas da seguinte maneira:

Quadro 3 – Livros Ata de exames das escolas rurais – 1967 a 1979

Ano	Atas de abertura	Escolas	Número e Localização		Total
			Rural	Urbana	
1967	Atas de exames das escolas rurais de Jandaia do Sul	Escola Rural	1967 - 30	06	36
		Grupo Escolar			
		Ginásio Estadual			
		Escola Paroquial São José			
		Escola Normal			
1968/1969	Atas de exames das Escolas Rurais de Jandaia do Sul	Escola Rural	1968 - 30	06	1968 -36
		Grupo Escolar	1969 - 30		1969 -36
		Colégio Comercial			
1970	Atas de exames das Escolas Rurais de Jandaia do Sul	Escola Rural	1970 - 30	06	36
		Grupo Escolar			
1971/72	Atas de Exames	Escola Municipal	1971 - 30	10	1971 - 38
		Rural	1972 - 30		1972 - 38
1973/1974	Atas de Exames	Escola Municipal	1973 - 30		1973 - 41
			1974 - 30	11	1974 - 41
1975/1976	Atas de Exames	Escola Municipal	1975 - 28	11	1975 - 41
			1976 - 28		1976 - 41
1977/1978	Atas de Exames	Escola Municipal	1977 - 26	14	1977 - 40
			1978 - 26		1978 - 40
1979/1980	Atas de Exames	Escola Municipal	1979 - 23	14	1979 - 37
			1980 - 20		1980 - 30

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de JANDAIA DO SUL (1980a).

Embora o quadro anterior apresente registros do Grupo Escolar Jandaia do Sul e de escolas particulares e confessionais, estas instituições funcionavam em área urbana. As demais escolas, denominadas rurais, municipais ou apenas escolas, tinham seus prédios localizados no patrimônio de São José e na zona rural de Jandaia do Sul. O Quadro 4¹ com o rol das escolas rurais do município de Jandaia do Sul e sua localização:

¹ Até o ano de 1980 essas escolas denominavam-se **escola rural municipal**..., como consta no Quadro 4.

Quadro 4 – Escolas rurais de Jandaia do Sul

Estrada da amizade	Ariri ou Pica-Pau Amarelo
01 - Manuel Ribas	01 - Escola Rural Costa e Silva - Gleba Ariri
02 - João Pagliarini - KM 4	
03 - José de Alencar - Fazenda Farinazzo	
04 - São Pedro - Gleba Guaporé	
05 - Joana D'arc - Gleba Guaporé	
06 - São Sebastião - Capela São Sebastião	
07 - Paulo Pimentel - Fazenda Mãe Joana	
08 - Luiz Antonio dos Santos - Gleba Keller	
Estrada Humaitá	Estrada Velha para Marumbi
01 - Nossa Senhora Auxiliadora - BR 369	01 - José Bonifácio - KM 3
02 - Nilo Cairo - Gleba Humaitá	02 - Ney Braga - KM 6
03 - Américo Barbieri - Bairro Sto. Antonio	03 - Silva Jardim - KM 8
04 - Moisés Lupion - Estr. Humaitá	04 - Orlando Mincachi - Gleba Serrinha
05 - Antonio Machado - Gleba Pouso Alto	
Estrada do Bagre	Cooperval (Gleba Cambará)
01 - Escola Rural São João - Córrego do Bagre	01 - Escola Rural Thereza Fábris Pereira - Gleba Cambará
Estrada do 20	IBC - I
01 - Escola Rural Francisca de Souza - Gleba Simiré	01 - Escola Rural Padre José de Anchieta (antiga)
Canutã	IBC - II
01 - Escola Rural Ivalino Turke - Gleba Canutã	01 - Escola Rural Duque de Caxias - Estrada São João
Maracanã	ESTRADA SÃO JOÃO
01 - Escola Rural Salvador Valera Sanches - Gleba Maracanã	01 - Escola Rural Rui Barbosa - Gleba Dourado
Estrada do Barro Preto	Estrada São Roque
01 - Escola Rural João Welter Junior - Gleba Dourado	01 - Escola Rural São Roque - Estrada São Roque

Fonte: JANDAIA DO SUL (1980b).

O Quadro 4 ressalta o número expressivo de escolas rurais em funcionamento, registrado em cada livro ata. No entanto, as escolas rurais existentes no Estado do Paraná não atendiam a toda a demanda por escolarização. Na década de 1960, o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou que havia 378.429 crianças entre dez e 14 anos que residiam na zona rural. Destas, 163.375 se apresentavam sem instrução primária em todo o Estado (IBGE, 1960).

Ferraro (2009) destaca que os recuos e avanços das soluções da questão ao analfabetismo são marcados pelo descompromisso da vontade política em valorizar a educação dos jovens, indicam que a modalidade de educação, universal e articulada a outras políticas educacionais, permaneceu marginalizada. Segundo o autor, os motivos dos fracassos das ações e campanhas contra o analfabetismo, em zonas

rurais, se deram aos preconceitos aos analfabetos, suas possibilidades de aprendizagem e seus saberes.

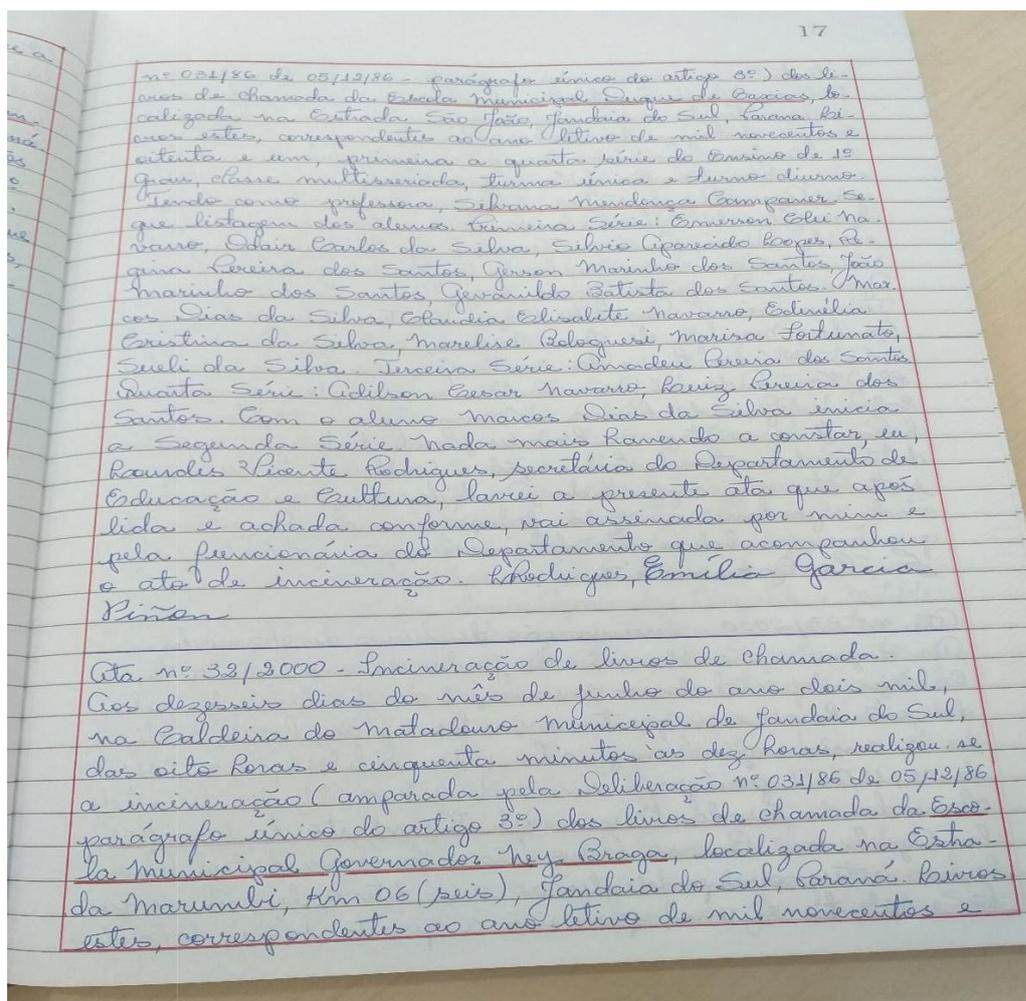
Nos levantamentos sobre o município de Jandaia do Sul não foram encontrados documentos sobre ações referentes ao analfabetismo rural até a década de 1970. Essas ações parecem ter sido iniciadas com a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pela Lei nº 5.379/67. Com a Lei nº 5.692/71, no artigo 24, o ensino supletivo tem como finalidade: suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria, desta forma, as escolas rurais passaram a oferecer supletivo rural para alunos que não concluíram o ensino de 1º grau.

b) Livros-registro sobre a escolarização primária rural

No acervo encontrado no Departamento de Educação e Cultura em Jandaia do Sul, havia documentos datados nos anos de 1959, 1960, 1967 a 1980, sendo um deles denominado “Livro de Matrículas” referente às matrículas das escolas primárias rurais do município. Neste único exemplar, encontramos registros de dados como nome, nacionalidade, sexo, filiação e profissão dos pais nos anos de 1970 a 1980 (JANDAIA DO SUL, 1972-1980).

Não havia livros-registro arquivados, mas a secretária do Departamento de Educação e Cultura (DEC) lavrou no livro ata o registro de incineração dos livros de chamada das escolas rurais do município, no ano de 2000. No documento constam o número da ata e o ano, inicia-se com o dia, mês e ano e o local onde ocorreu a incineração, na caldeira do matadouro municipal de Jandaia do Sul, horário e a deliberação nº 031/86, de 05 de dezembro de 1986, parágrafo único do artigo 3º., em seguida, a identificação da escola, sua localização, município e Estado. Nesse documento, observamos a descrição dos livros de chamada, que correspondem aos anos de 1980 a 1982, as séries ofertadas, da 1ª à 4ª série do ensino de 1º grau, classe multisseriada, turma única e turno diurno. No registro, também, apresentam-se o nome da professora e a listagem dos alunos por série. Finalizando, a secretária lavra a ata, assina e as funcionárias do departamento assinam como testemunhas.

Figura 5 – Livro ata sobre a incineração dos livros de chamada



Fonte: JANDAIA DO SUL (2000).

Durante a catalogação desse material, percebemos que não havia registro de alunos cursando “Pré-Escola” na área rural, como na zona urbana, somente na 1ª à 4ª série. No período, estava vigente a Lei nº 5.692/71 que estabelecia obrigatoriamente o ensino de 1º grau, 1ª a 8ª séries, dos sete aos 14 anos. Os livros de registro incinerados datam da década de 1980, uma vez que não localizamos livros-registro de outros anos.

c) Cadastro funcional

Para apresentarmos informações sobre professores e funcionários que atuaram no setor de educação, recorreremos ao documento intitulado “Cadastro Funcional”. Ao adentrarmos nas documentações dos recursos humanos,

constatamos dois livros-ata, um de 1957, em que está a posse do professor, e outro de 1960 no qual consta a contratação dos professores e funcionários da escola.

Figura 6 – Capa do livro ata

Júlia Soares	104
Luiz de Oliveira	112
Lúcia Teresa Sobrinho	116-125
Luiz de Oliveira	135-153
Rosário Maria Teresa Gomes	134
Luiz de Oliveira	142
Lúcia Tonin	153-162
Luiz de Oliveira	160
Yolanda Polizelli	162

Fonte: JANDAIA DO SUL (1957).²

Figura 7 – Termo de posse de professores

Termo de Posse.

No 2 (dois) dias do mês de fevereiro de 1957 (mil novecentos e cinquenta e sete) compareceu ao gabinete da Inspetoria de Jandaia do Sul, a sra. Lúcia Raddi, professora Padrão C, nomeada pelo decreto nº de 12 de fevereiro de 1957, pela Prefeitura Municipal.

Tendo a professora prometido cumprir seus deveres de modo regular e satisfatório.

Tendo mais tendo a constar, eu, Luiz de S. Junqueira, Inspetor e o presente termo que será assinado pela sra. Inspetora e

Fonte: JANDAIA DO SUL (1957).

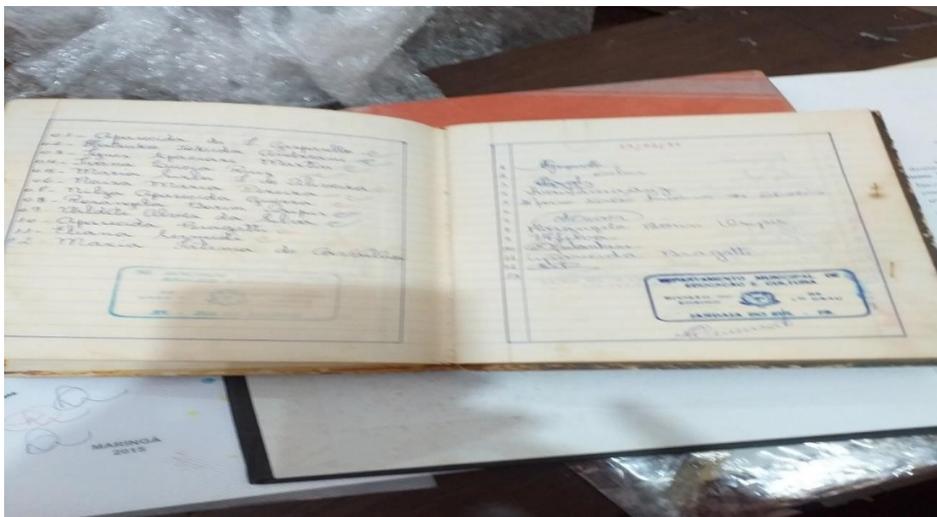
A Figura 6 apresenta a capa do livro de contratação dos professores e na frente os nomes de alguns professores. Já a Figura 7 identifica o documento de contratação, de 1957, nesse período era feito por meio de livro ata, no qual são citados a data da contratação, a identificação da professora, a nomeação pela Prefeitura municipal e o compromisso da professora na realização de seu trabalho.

Conforme a Figura 8, encontramos, em meio aos arquivos e de forma dispersa, um livro-ponto, de 1984, no qual estavam registrados os nomes dos

² Ata de contratação de professores – 1957 – Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul – Departamento de Recursos Humanos (2020).

professores e suas respectivas assinaturas, identificando a entrada e a saída, o carimbo do Departamento de Educação para que este pudesse verificar as faltas.

Figura 8 – Registro do livro-ponto



Fonte: JANDAIA DO SUL (1980b).

d) Livros-ata de reuniões

Os livros-atas de reuniões apresentam registros de orientações aos professores das escolas rurais municipais, organização do calendário escolar, encerramento de semestres e anos letivos, recursos da caixa escolar, reunião de pais, entre outros.

Figura 9 – Capa do livro ata de reuniões



Fonte: JANDAIA DO SUL (1980b).

e) Históricos escolares

No mesmo acervo, deparamo-nos com outros históricos escolares dos anos de 1976, 1978 e 1979. Os documentos tinham o timbre do Departamento de Educação, nome do aluno, filiação, data de nascimento, nacionalidade, identificação da escola e lei em vigor.

Constavam nos documentos a série, o ano em que o aluno estudou e as disciplinas, comunicação e expressão, iniciação às ciências e integração social, além das notas bimestrais, anuais e do exame. No rodapé dos documentos, a assinatura da secretária e da diretora.

f) Documentos textuais e iconográficos sobre o processo de nucleação das escolas rurais

Em meio aos arquivos, encontramos um único documento para nos auxiliar a compreender o processo de nucleação das escolas rurais em Jandaia do Sul, precisamos entender o sentido do projeto intitulado “Nucleação das Escolas Rurais Municipais”. Dessa forma, podemos dizer que este tem como intuito viabilizar, por meio do uso intensivo do transporte escolar, o deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária.

O Quadro 5 apresenta o ato de funcionamento, a prorrogação de autorização de funcionamento e a suspensão temporária que datam a partir dos anos 1980. Nesse período foram desativadas 16 escolas rurais. O quadro nos traz informações sobre cada processo.

Quadro 5 – Dados sobre os processos de cessação das escolas rurais de Jandaia do Sul – 1980
(continuação...)

Denominação das escolas	Ato de funcionamento	Prorrogação de Aut. de Funcionamento	Suspensão Temporária
Escola Rural Municipal Antonio Machado	Res. nº 2390/82 de 31/08/82 – DOE de 05/10/82	Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85 Suspensão	Res. nº 902/89 de 11/04/89
Escola Rural Municipal Costa e Silva		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 901//89 de 11/04/89
Escola Rural Municipal Duque de Caxias		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 1522/90 de 25/05/90 – DOE de 18/06/90
Escola Rural Municipal Governador Ney Braga	Res. nº 2775/83 de 01/08/83 – DOE de 10/08/83	Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85 Res. nº 1980/90 de 19/07/90 – DOE de 07/08/90	Res. nº 1353/91 de 25/04/91 – DOE de 10/05/91
Escola Rural Municipal Humberto de Campos	Res. nº 2390/82 de 31/08/82 – DOE de 05/10/82	nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85 Res. nº 1980/90 de 19/07/90 – DOE de 07/08/90	Res. nº 3912/96 de 09/10/96 a partir do início de 1996
Escola Rural Municipal Joana D'Arc		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 900/89 de 11/04/89
Escola Rural Municipal João Pagliarini		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85 Res. nº 1980/90 de 19/07/90 - DOE de 07/08/90	Res. nº 5872/93 de 01/11/93
Escola Rural Municipal José Bonifácio		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 –DOE de 10/01/85 Res. nº 1980 de 19/07/90 – DOE de 07/08/90 Res. nº 743/95 de 06/03/95	Res. nº 3502/95 de 04/09/95
Escola Rural Municipal José de Alencar		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 900/89 de 11/04/89
Escola Rural Municipal Luiz Antonio dos Santos		Res. nº 8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 900/89 de 11/04/89
Escola Municipal Manoel Ribas		nº 2750/83 de 01/08/83 – DOE de 16/08/83	Res. nº 2750/83 de 01/08/83 – DOE de 16/08/83

Denominação das escolas	Ato de funcionamento	Prorrogação de Aut. de Funcionamento	Suspensão Temporária
Escola Rural Municipal Moisés Lupion	Declara regular o Funcionamento em 1980		Res. nº 2390/82 de 31/08/82 – DOE de 05/10/82
Escola Rural Municipal Nilo Cairo		8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 902/89 – DOE de 11/04/89
Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida		Res. nº 1980/90 de 19/07/90 – DOE de 07/08/90	Res. nº 5872/93 de 01/11/93
Escola Municipal Nossa Senhora Auxiliadora		8455/84 de 27/12/84 – DOE de 10/01/85	Res. nº 902/89 de 11/04/89

Fonte: JANDAIA DO SUL (1980a).

Com base nas informações contidas no Quadro 5 e em atas de registros finais, os processos de cessação das escolas rurais ocorrem nas décadas de 1980 a 1990. Mas de acordo com os dados do Departamento de Educação de Jandaia do Sul permaneceram em funcionamento três escolas: Escola Municipal São Pedro, Escola Salvador Valera Sanches e Escola Municipal Américo Barbieri (tendo sido a última escola cessada em 2001), todas do ensino fundamental – de 1ª a 4ª série.

A justificativa pela nucleação das escolas, segundo o Departamento de Educação do município, era concentrar alunos e professores em um mesmo espaço físico, a fim de diminuir as despesas e aumentar a qualidade do ensino, que se daria pela organização seriada.

Não por coincidência, foi no início dos anos de 1990 que a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries se efetivou no Paraná, pressionando por uma regionalização administrativa na esfera municipal, a fim de se distribuir os recursos para se atender à demanda que foi imposta. Entre os objetivos do Estado para tal processo de municipalização estava a questão da descentralização da responsabilidade com a educação, em especial com relação ao financiamento desta. Assim, o percentual de investimentos por parte da esfera estadual diminuiu consideravelmente nos anos posteriores, de 14%, antes da municipalização, para 3% em 1995 (SANTOS, 2003).

g) Relatórios finais das escolas rurais

Figura 10 – Relatório final das escolas isoladas e grupos escolares – 1974

(CANETA AS ATAS DE EXAME)
RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS NAS ESCOLAS ISOLADAS DO ESTADO E GRUPOS ESCOLARES
ANO LETIVO DE 1974

NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAS MUNICIPAIS DE JANDAIA DO SUL

MUNICIPIO	MATRIC.		APROV.		REPROV.		AUSENT.		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º							
	M	F	M	F	M	F	M	F	APROV.	REPRO	APROV.	REPRO	APROV.	REPRO	APROV.	REPRO	APP							
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M							
Tereza F. Pere.	10	11	07	09	-	-	03	02	04	06	-	-	01	-	-	01	01	-	-	01	02	-	-	
Paulo Pimental	22	10	17	08	03	01	02	01	02	02	02	-	07	03	01	01	04	02	-	-	04	01	-	-
Ivaline Turke	25	14	23	13	-	-	02	01	05	01	-	-	08	06	-	-	04	04	-	-	06	02	-	-
Duque de Caxias	16	14	12	13	04	-	-	01	03	-	02	-	06	04	02	-	03	03	-	-	06	-	-	-
Jeanes D'Arc	20	19	14	14	04	02	02	03	05	03	-	-	03	08	03	01	04	02	01	01	02	01	-	-
São João	21	11	21	09	-	-	-	02	10	02	-	-	05	-	-	-	04	04	-	-	02	03	-	-
Moisés Lupion	16	16	13	16	03	-	-	-	03	06	02	-	06	06	01	-	04	04	-	-	-	-	-	-
Antônio Machado	08	10	08	-	-	-	01	-	04	02	-	-	01	03	-	-	05	02	-	-	-	01	-	-
José Bonifácio	21	20	20	19	01	01	-	-	11	03	01	08	03	02	-	-	06	14	-	-	-	-	-	-
São Sebastião	17	25	13	16	-	-	04	09	-	04	-	-	04	07	-	-	07	05	-	-	02	-	-	-
Silva Jardim	20	21	19	20	-	-	01	01	07	04	-	-	01	03	-	-	04	06	-	-	07	07	-	-
Manuel Ribas	08	10	07	05	-	-	01	05	04	01	-	-	-	01	-	-	02	01	-	-	01	02	-	-

Fonte: JANDAIA DO SUL (1980a).

A Figura 10 demonstra que os relatórios finais das escolas rurais referem-se ao ano de 1974 e que além dos resultados de aprovação, reprovação, transferência, desistência ou outras movimentações dos alunos, apresentam as seguintes informações:

- De 1967 a 1969: LDB nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, o nome do estabelecimento, relação nominal dos alunos, sexo, resultado final: AP ou REP. Nesse período não aparecem conceitos dos alunos. Todos os documentos eram preenchidos pela professora, à caneta;
- De 1970 a 1973: constam as mesmas informações relacionadas anteriormente, exceto quanto aos registros de conceitos;
- A partir de 1970, verificamos o registro de notas, utilizando a caneta azul para os alunos que tiraram notas acima da média 5,0 e caneta vermelha para se destacar a reprovação;
- 1974 a 1980: os registros são os mesmos relacionados anteriormente, exceto a legislação: Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Verificamos o registro de notas, mas não manuscritas, utilizando-se a máquina de escrever, mas destacando-se as cores preta e vermelha. Em cada relatório constam os resultados das escolas rurais, informações de 32 escolas até o

ano de 1980, mas este número foi diminuindo gradativamente até 2001, restando três instituições.

h) Documentos diversos

Verificamos a existência de outros documentos isolados:

- Certificado de ex-aluno, com data de 1966: refere-se à certificação da 4ª série, documento padronizado do Estado do Paraná.

Figura 11 – Certificado de conclusão da 4ª série – 1966



Fonte: JANDAIA DO SUL (1966).

Finalizada a descrição dos documentos arquivados das escolas rurais de Jandaia do Sul, concluímos o inventário das fontes documentais sobre a história da escolarização primária rural do município Jandaia do Sul.

Ponderando sobre a variedade de documentos existentes, lembramos que, frequentemente, existem queixas dos pesquisadores no campo da história da educação com relação à escassez de arquivos escolares. Quando existentes, não estão preservados e arquivados aleatoriamente, não é o caso de Jandaia do Sul.

Segundo Lima (2015), não podemos reportar tais argumentos em sua totalidade com relação aos arquivos históricos encontrados em Jandaia do Sul sobre a escolarização primária. Gonçalves e Schelbauer (2011) e Gonçalves (2012) inventariaram as fontes documentais, entre a década de 1950 e 1970, sobre esse

nível de ensino no município, por averiguarem um número expressivo de documentos existentes. Dessa forma, nossa pesquisa nos permite organizar o presente inventário de fontes, direcionando-nos à escolarização primária rural do município, somando, assim, um riquíssimo material para futuras investigações.

Podemos dizer, que, além de catalogar e descrever os documentos para esta pesquisa, tivemos o cuidado de proteger o patrimônio histórico escolar, pois esses arquivos escolares são considerados “celeiros da história” (MORAES, 2002, p. 20).

Para Lima (2015, p. 83) “há muito a ser feito em relação a esses acervos documentais”. O mais imprescindível abarcarmos, o desenvolvimento de trabalhos para a “[...] localização, higienização, referenciação, catalogação, acondicionamento e preservação de documentos” (MORAES; ALVES, 2002, p. 17) de modo correto.

Nossa tentativa é de que as indicações aqui realizadas possam despertar outros pesquisadores que tenham como interesse a história e a memória dos documentos. A preservação e estudos destes podem esclarecer muitas questões que estão ofuscadas em função da carência de fontes para a pesquisa na área da educação e no município de Jandaia do Sul, não consta um local de memória ou algo parecido para a preservação da história das instituições escolares e culturais. Esperamos que as pesquisas citadas, bem como esta, possam ser o primeiro passo para outros trabalhos.

Para concluir esta seção, apropriamo-nos da afirmação de Moraes (2002, p. 20) quando ressalta a importância e a necessidade do inventário de documentos das instituições escolares públicas.

[...] este inventário tem por finalidade contribuir para o avanço do conhecimento da realidade educacional do país, por meio da divulgação de novas fontes a respeito do ensino [...] e, principalmente, o objetivo pedagógico de sensibilizar os agentes escolares das instituições públicas. – professores, funcionários, alunos e pais de alunos – em relação à importância do documento histórico, contribuindo tanto para sua preservação e incorporação ao patrimônio da escola quanto para sua utilização na atividade educacional.

Desse modo, entendendo a importância dos documentos aqui inventariados, seguiremos trabalhando com as fontes, no sentido de construirmos uma representação da história do ensino primário rural do município. De acordo com Miguel (2004, p. 112), a “[...] relação que se estabelece entre o pesquisador e o

objeto de pesquisa é mediada pela atitude de busca, de desvendar o que não se sabe, de procurar explicações para o que ainda não está explicado” (MIGUEL, 2004, p. 112). Dessa forma, é relevante o estudo sobre as escolas primárias rurais de Jandaia do Sul.

3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

As pesquisas sobre a educação primária rural perpassam pela história do município de Jandaia do Sul influenciada pelas políticas educacionais e pelos contextos social e econômico do Brasil e do Estado do Paraná. Ante essa interdependência, faz-se necessário acompanharmos a trajetória da educação de modo contextualizado até o recorte temporal elencado. A presente seção visa compreender o panorama histórico do município e a construção de escolas rurais nesse contexto.

3.1 PANORAMA HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

Nossa cidade de Jandaia

No altar da Pátria aqui está,
Pra que seu nome sobressaia

Neste Estado do Paraná

Teus cafezais bem verdejantes,
Te conferiram primazia,

Orgulho de seus habitantes,

És a Cidade Simpatia
(WELTER JUNIOR, 1988).

A epígrafe traz a letra de uma música cantada pelos alunos das escolas jandaienses, o hino de Jandaia do Sul, de autoria do professor João Welter Junior, professor respeitado no município. Confirmado no depoimento do pioneiro José Vicente Rodrigues, “um dos idealizadores do primeiro ginásio da cidade foi o professor João Welter Junior. Ele foi o fundador, diretor e professor” (RODRIGUES, 1988, p. 36).

A história de Jandaia do Sul começa a se formar quando os primeiros pioneiros chegaram ao município. Damásio Brito Silva relata que “nessa região era uma mata muito bonita e todos estavam aqui a procura de terra para o plantio do café”

Contar sobre a história de Jandaia do Sul não é tarefa fácil, para tanto, foi necessário resgatarmos registros de pioneiros e fontes iconográficas. Não podemos

deixar de argumentar sobre o início do processo de (re)ocupação da região norte-paranaense, é importante destacarmos a diferença entre OCUPAÇÃO – o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do Estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE)OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar essas terras, “consideradas “vazias”, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (TOMAZI, 1997, p. 52).

Esse processo de (re)ocupação do território localizado no norte do Estado do Paraná iniciou-se por volta do ano de 1920, com a extensão dos cafeeiros paulistas, pelas políticas de restrição da produção de café, pelo governo de São Paulo, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Em função desse problema, os fazendeiros paulistas procuraram novas terras para o plantio do café, optaram pelas terras do norte do Paraná, desenvolvendo a agricultura na região. As terras roxas do Paraná eram conhecidas pela sua rentabilidade e um terreno apropriado para o desenvolvimento do café, este que era conhecido como “ouro negro” e “ouro verde” (NOELLI; MOTA, 1999).

Figura 12 – Desbravamento do norte do Paraná



Fonte: JULIANI (1930).

A Figura 12 nos remete ao desbravamento e desmatamento da vegetação nativa pela empresa colonizadora da América do Sul, Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), em parceria com a Paraná Plantations Ltda. No ano de 1929,

George Craig Smith (inglês) veio de Ourinhos (SP) para Londrina (PR), presidindo uma caravana com mais ou menos 12 pessoas. Tais empresas eram de origem inglesa e privada, fundadas por Lord Lovat. A sede da CTNP era em São Paulo e tinha como objetivos a compra, exploração das terras e sua colonização. Usualmente, todos os lotes eram planejados de forma a terem a sua água. E era de costume a própria companhia abrir as primeiras estradas e carregadores (SANTOS, 1988). A forma de pagamento dos lotes obedecia mais ou menos ao seguinte: 40% de entrada e o restante em dois anos.

Conta-nos Damásio Brito da Silva que a Companhia mantinha um serviço bem organizado e que mesmo que morressem as pessoas proprietárias, muitos anos depois poderiam aparecer os filhos ou parentes que o fichário da Companhia mostrava a autenticidade e os direitos reclamantes (SILVA, 1988, p. 52)

Cabe ressaltar que a fundação do município de Jandaia do Sul esteve vinculada ao processo de (re) ocupação do norte do Paraná (STEINKE, 2007). A região é apresentada como uma mata virgem, que os “pioneiros” desmataram e desenvolveram economicamente. O pioneiro Padoan (1988, p. 89) relata que, em 1936,

[...] quando veio comprar um pedaço de terra onde hoje é a cidade de Jandaia do Sul, havia ali apenas uma casa localizada na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves. Ele ainda afirma que passou seus primeiros dias em Jandaia do Sul num cômodo cedido pelo Senhor Natal Prosdócimo, já falecido.

As primeiras moradias dos colonos que aqui chegaram eram ranchos de uma só peça, construídos com troncos de palmito. Quando adquiriam melhores condições financeiras, esses colonos já podiam mandar serrar a madeira, construir uma casa maior e mais cômoda. O pioneiro Cavalari (1988, p. 56) relata que,

Nossa primeira casa era um rancho de palmito com cobertura bem precária. Foi construído no sítio vizinho que já estava aberto. Após um ano, quando abrimos nossa propriedade é que fizemos um rancho com pranchas de peroba com aproximadamente 40 metros [...].

Figura 13 – Primeira casa de Jandaia do Sul



Fonte: SILVA (1988, p. 13).

A Figura 13 confirma o relato do pioneiro Altézio Cavalari que descreve sua primeira casa no município de Jandaia do Sul:

Era um tosco rancho feito de troncos de palmitos de uma só peça, coberto de palha ou de lasca de tábuas sobrepostas. Muitos desses ranchos não tinham portas e nem janelas, alguns panos ou pedaços de lonas fechavam as aberturas durante a noite (CAVALARI, 1988, p. 14).

Conforme apontam as pesquisas sobre o tema, no local ocupado pelos pioneiros, já era local de ocupação humana. Mota relata que o lugar era habitado por populações indígenas de cerca de oito mil anos, podendo mesmo chegar a 13 mil anos. No sul do Brasil e no norte do Paraná revelam-se três formas de ocupação: entre 8000 e 2.000 anos atrás, a região foi ocupada por populações de caçadores-coletores, cujos vestígios arqueológicos predominantes são artefatos e resíduos de lançamento lítico, cujos padrões tecnológicos foram denominados de Tradição Umbu e Tradição Humaitá (NOELLI; MOTA, 1999).

A chegada dos primeiros pioneiros integrou a comitiva de George Craig Smith, da Companhia Paraná Plantation, em 1929; primeiramente, vieram, para Londrina, Artur Frediani, pai de Orlando Frediani e avô de Aurélio Frediani,

conhecido como Aurélio mecânico. Orlando veio para Jandaia como funcionário da Paraná Plantation na função de abridor de picadas e enfrentou animais ferozes que existiam na região.

Segundo o pioneiro Padoan (1988, p. 90), a companhia privada “Paraná Plantations Ltda.” teve importante papel no “povoamento” da região, revendendo terras compradas do governo. O plano de povoamento desse território se deu por essa via.

No entanto, foi a partir da década de 1930 que a região onde se encontra o município de Jandaia do Sul passou por um processo de loteamento, comercialização e (re)ocupação do solo, dando início à denominada ocupação capitalista. “O primeiro prefeito de Londrina, Dr Joaquim Vicente de Castro, relata que os primórdios do desbravamento da região onde foi implantado um picadão – A Boiadeira “que avançou até um pequeno riacho que a turma denominou de Mata-Sede”, nas suas margens, hoje situa-se Jandaia do Sul (APUCARANA, 1994). Lembramos que esta área pertencia ao município de Mandaguari e posteriormente passou a pertencer ao município de Apucarana, sendo composta pela região rural deste município.

Figura 14 – As primeiras casas de Jandaia do Sul e seus colonizadores



Fonte: VINHOLI (1945).

A Figura 14³ retrata os primeiros moradores que vinham das regiões sul do Estado de Minas Gerais e oeste do Estado de São Paulo, a área tinha uma mata densa e fechada, utilizava-se da matéria prima, a madeira, que foi empregada para construções, e, paulatinamente, essa mata foi sendo derrubada e substituída por casas e lavouras de café. Essas atividades resultaram em impactos ambientais, ressaltado por Kohlhepp (2014, p. 194), “desflorestamento radical no norte do Paraná teve consequência uma crescente instabilidade de fatores climáticos, bem como erosões extremamente fortes, cujas consequências são imprevisíveis”.

As frentes de trabalhos atraíram aventureiros que chegavam de diversas regiões do Brasil, os quais buscavam melhores condições de vida. O desenvolvimento econômico foi trazendo diversificação de atividades, mas o café continuou como base de toda a estrutura tanto econômica como social da região. Camargo (2006, p. 4-5) faz uma análise socioeconômica da região:

Nem só o café proporciona o ganho espetacular. Os negócios imobiliários urbanos, a indústria madeireira, o beneficiamento ou a simples compra e venda de cereais, as diversões, o comércio, a pequena e média indústria, enfim tudo ou quase tudo encontrava aqui um mercado amplo e dinâmico.

A diversidade étnica e a multiprocedência da população caracterizavam, em parte, o processo de ocupação do norte do Paraná. Até próximo a 1953, a população se apresentava em fase de intensa mobilidade; em Jandaia do Sul, continuavam as correntes migratórias procedentes de outros Estados e do exterior, participando da miscigenação que se processava nesse ambiente. Assim, do povoamento decorrente, de grande diversidade de origens nos grupos humanos, perduravam certos fragmentos tradicionais, sem afetarem os costumes gerais. Os costumes paulistas eram os mais expandidos, pois o estilo das moradas rústicas de madeiras, a técnica de plantio do café e o modo de viver do interior paulista eram visíveis.

Dessa forma, os imigrantes desempenharam papel importante nessa transformação do espaço, desenvolvendo suas qualidades em áreas específicas de trabalho. De início, escolheram atividades que se ligavam, mais de perto, à lavoura: comprador de cereais, corretor de imóveis rurais, dono de armazém de secos e

³ Este local daria lugar à praça do Café.

molhados, de botequins, de pensões e habitantes que buscavam melhores condições de vida e independência financeira.

Figura 15 – Distrito de Jandaia do Sul – pertencia ao município de Apucarana



Fonte: JANDAIA DO SUL (1940).

A Figura 15 apresenta o distrito de Jandaia do Sul, em 1940, que, nesse período, pertencia ao município de Apucarana, e observamos que Jandaia do Sul foi se formando. A cidade tem sua origem ligada à presença da Companhia de Terras Norte do Paraná, que era subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantation Ltda. A fertilidade da terra paranaense e os baixos preços das glebas oferecidas à venda pelo governo do Estado do Paraná atraíram o interesse inglês em investir na região.

Nos anos de 1939 a 1945, a Inglaterra, arrastada no conflito da Segunda Guerra Mundial, se viu forçada a dispor de muitos de seus bens no exterior. O governo britânico, então, determinou o retorno automático dos capitais ingleses em aplicação fora do país, o que resultou na venda da até então denominada Companhia de Terras Norte do Paraná a um grupo de empresários paulistas, tendo à frente Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, e Gastão de Mesquita Filho. A Companhia de Terras Norte do Paraná, então sob o controle de investimentos nacionais, passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP, 1975).

Essa companhia promoveu a ocupação da grande gleba por meio do planejamento, loteamento e venda das terras, como também a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos para a formação de cidades e patrimônios.

De acordo com o plano geral de ocupação do norte do Paraná, a companhia fundou uma grande rede de cidades que se estendia desde Londrina até Umuarama. A fundação dessas cidades era parte do plano da companhia de lotear e vender glebas destinadas, principalmente, ao cultivo do café, tido como produto agrícola muito promissor naquele tempo. Foram implantados pela Companhia 62 núcleos urbanos, os quais hoje constituem nove patrimônios, 18 distritos e 23 sedes de município, das quais 12 são também sedes de comarca. Além destes, outros 48 núcleos urbanos foram instalados por iniciativa de particulares nas terras da companhia. Os critérios utilizados para o posicionamento dessas cidades na vasta extensão territorial estavam relacionados com o traçado da ferrovia, pois sua implantação acompanhava o caminho da estrada de ferro, que, por causa do relevo, se situava ao longo dos planaltos.

Essa ocupação estava voltada à criação de um conjunto de cidades e patrimônios e efetivou-se no decorrer de poucos anos. A primeira cidade fundada foi Londrina, sede do escritório da CMNP, seguida das cidades menores – Cambé, Rolândia, Araçongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Maringá.

A Figura 16 ressalta a promoção de venda das terras nas áreas loteadas, a companhia procurou realizar intensa propaganda, especialmente no Estado de São Paulo, exaltando a fertilidade das terras oferecidas e incentivando os pequenos agricultores a investirem na aquisição destas com promessas de alta produtividade na plantação de café, algodão e cereais. As estratégias publicitárias consistiam na distribuição de folhetos com explicações sobre as condições de aquisição das propriedades para exploração agrícola e na divulgação das vendas em jornais do Paraná e de São Paulo.

Figura 16 – Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)

Fonte: TERRAS... (1948).

Em letras grandes, no centro, lemos: “Terras roxas Magníficas”. A seguir, no lado esquerdo, encontra-se outra frase: “Livres do flagello da Saúva, em clima esplendido, altitude própria para o plantio do café”. O aspecto da terra era aproveitado como meio de propaganda para enfatizar a qualidade do solo que era indicada para o plantio dos produtos agrícolas. Essas foram estratégias utilizadas pela empresa para convencer seu público-alvo da grande vantagem em se plantar na região – região de terras roxas, intensamente férteis e produtivas, segundo o panfleto citado anteriormente.

Nesse contexto histórico nasceu o município de Jandaia do Sul, cujo nome é originado de um pássaro, um periquito muito comum na região, chamado Aratinga Jandaya, e o acréscimo “do Sul” ocorreu pela existência de outra cidade no Estado de Goiás, com o nome de Jandaia. O município de Jandaia do Sul foi elevado à

categoria de povoado em 1942 e a distrito de Apucarana, pela lei estadual nº 2, de 10/10/1947, até o governador Moysés Lupion sancionar, no dia 27 de janeiro de 1951, pela lei estadual nº 613, o desmembramento e a elevação à categoria de município. Este foi instituído por meio da lei estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, mas não tinha administração própria, isto é, não tinha uma sede (prefeitura), prefeito e vereadores. Somente em 14 de dezembro de 1952, Jandaia do Sul foi oficialmente emancipada, data em que se comemora o aniversário da cidade.

Figura 17 – Primeira eleição para prefeito de Jandaia do Sul – 1952

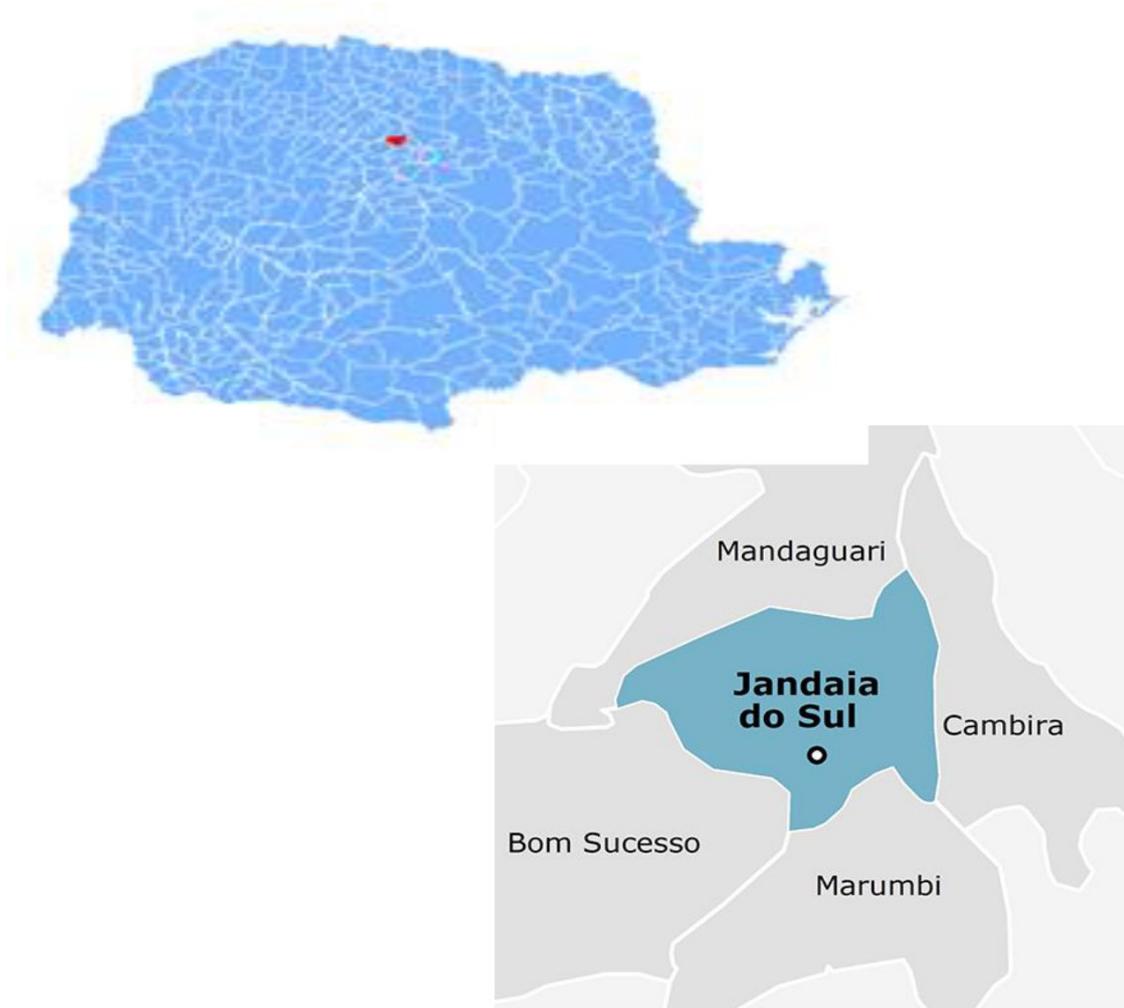


Fonte: JANDAIA DO SUL (1952).

A Figura 174 apresenta a primeira eleição para prefeito e vereadores, em 1952, na qual foram eleitos Lino Marqueti (não havia vice-prefeito) e nove vereadores, estes não tinham salário. Esse prefeito abriu estradas, construiu escolas municipais e colocou um gerador de energia elétrica movido a motor diesel que foi utilizado até 1957 na iluminação da cidade, quando chegou a energia elétrica. O prefeito abriu inúmeras estradas que são utilizadas na atualidade, muitas vezes, ele mesmo dirigia o trator e abria as estradas. Além disso, criou o Ginásio Municipal de Jandaia do Sul, por meio da lei estadual 131/1953, o qual teve como diretor o professor João Welter Junior (*in memoriam*).

⁴ Avenida Bom Sucesso, hoje, Avenida Getúlio Vargas.

Mapa 1 – Localização do município de Jandaia do Sul e seus limítrofes



Fonte: IPARDES (2010).

O mapa superior corresponde à localização do município de Jandaia do Sul, situada no norte central paranaense, sendo que sua localização a favorece em relação à maioria das cidades do vale do Ivaí quanto aos setores socioculturais, daí a denominação de “Porta do Vale”. Possui 185.067 km², com clima subtropical úmido, podendo ocorrer geadas ocasionais, chuvas regulares e temperaturas médias entre 22 e 18 graus. O mapa inferior nos indica os limítrofes de Jandaia do Sul que são: norte/oeste, Mandaguari; sul, Marumbi e Bom Sucesso; leste, Cambira. Lembrando que os municípios Marumbi e Bom Sucesso faziam parte da área territorial de Jandaia do Sul. O município de Bom Sucesso se emancipou no ano de 1954 e o de Marumbi, no ano de 1960.

Sobre a Figura 18, vale ressaltar que, com a elevação à categoria de município (lei nº 790), Jandaia teve seu desenvolvimento econômico, graças ao

desenvolvimento do plantio do café que determinou o prolongamento das estradas de ferro.

Figura 18 – Estrada de ferro (1970) estação ferroviária



Fonte: JANDAIA DO SUL (1970).

A construção da ferrovia foi feita à custa de picaretas e carrocinhas. As barrancas eram cortadas e carregadas. Em 1950, foi inaugurada a estação ferroviária e em 1952 começaram a circular os primeiros trens de passageiros. Em razão desse desenvolvimento houve crescimento expressivo da população jandaiense, cuja maioria presidia na zona rural.

Dessa forma, foi organizada uma tabela, de acordo com os dados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que possibilita a visão da área territorial do norte do Paraná, das subdivisões em municípios e do crescimento populacional.

Tabela 1 – Subdivisões em municípios e o crescimento populacional

	Município	Ano de Fundação	Data Elevação a Município	Área Km²	População 1960	População 1968
1	Londrina	1930	03-12-1934	2.119	134.821	226.332
2	Rolândia	1932	30-12-1943	589	44.461	74.639
3	Apucarana	1938	30-12-1943	563	66.091	79.645
4	Cambé	1930	10-10-1947	442	29.151	48.937
5	Arapongas	1935	10-10-1947	355	38.067	63.905
6	Mandaguari	1937	10-10-1947	343	24.630	41.348
7	Astorga	1945	14-11-1951	437	25.445	42.296
8	Jandaia do Sul	1951	14-11-1951	191	31.448	28.636
9	Maringá	1947	14-11- 1951	509	104.131	111.773
10	Marialva	1951	14-11-1951	600	35.866	46.184
11	Nova Esperança	1946	14-11-1951	396	43.095	45.016
12	Bom Sucesso	1954	26-11-1954	310	22.624	34.057
13	Sabáudia	1945	26-11-1954	199	10.145	17.031
14	S. J. do Caiuá	1951	26-11-1954	312	18.542	20.667
15	São Jorge	1946	26-11-1954	339	22.361	34.279
16	Floraí	1947	25-11-1955	200	13.566	20.189
17	Cruzeiro do Sul	1952	26-12-1955	240	10.159	17.054
18	Lobato	1948	31-07-1956	256	10.174	17.080
19	Atalaia	1953	25-07-1960	141	-	13.559
20	Flórida	1955	25-07-1960	91	-	5.563
21	Marumbi	1951	25-07-1960	167	-	17.219
22	Paiçandu	1960	25-07-1960	180	-	21.886
23	Inajá	1955	25-01-1961	173	-	20.439
24	Uniflor	1954	25-01-1961	94	-	8.748
25	S. A do Caiuá	1961	25-01-1961	190	-	10.460
26	Dr. Camargo	1964	02-03-1964	115	-	8.563
27	Pres. Castelo Branco	1954	21-12-1964	117	-	11.728
Soma				9.668	684.777	1.087.233

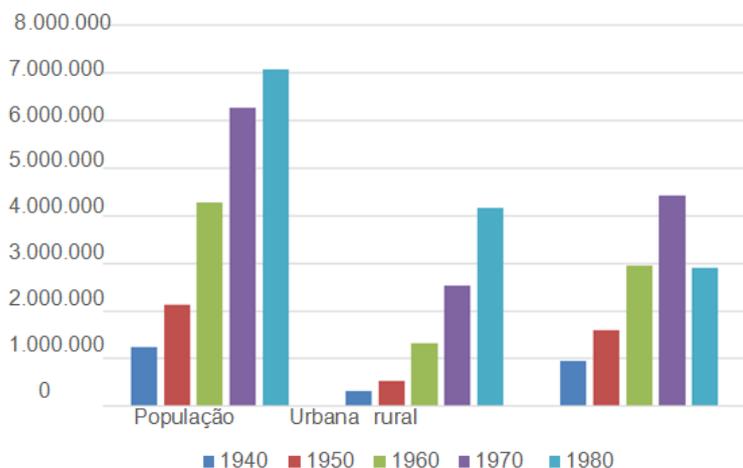
Fonte: CMNP (1975, p. 257, grifos da autora).

A Tabela 1 possibilita a comparação dos anos de fundação e de elevação de 27 municípios paranaenses, entre 1930 a 1964; em 1951 foram elevados à categoria de municípios Jandaia do Sul, Maringá e Marialva. Em 1954, foram desmembrados São Pedro do Ivaí e Bom Sucesso, que foram elevados à categoria de municípios. Em 1960, foi a vez de Marumbi de ser elevado à categoria de município. Em 1965, foi criado, pela lei estadual nº 5.149, de 07 de junho de 1965, o distrito de São José que continuou anexado ao município de Jandaia do Sul. “A proporção territorial e suas divergências populacionais nos anos de 1960 e 1968 podem ser notoriamente calculadas pela forma de organização territorial e pela emancipação de algumas cidades” (SACCHELLI, 2019, p. 49).

Assim como em outros municípios do Estado, inicialmente, a população habitava, em maior número, a zona rural. O Gráfico 1 apresenta essas modificações no decorrer dos anos que recortam a pesquisa, demonstrando a mobilidade do campo para a cidade. Entre as décadas de 1940 a 1975, dados do censo

demográfico, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstram o progressivo aumento da população rural: de 34 mil habitantes, 29 mil residiam na zona rural.

Gráfico 1 – População paranaense de 1940 a 1980



Fonte: Adaptado do IBGE (2007).

Nesse contexto, com a desocupação da área rural de Jandaia do Sul em grande escala, a educação tomou direções diferenciadas na política do município, já não havia necessidade de se investir em escolas na zona rural. Sobre essa questão, educação rural em Jandaia do Sul, será nosso próximo passo a “Contextualização das escolas rurais neste município”. Dessa forma, “há de se considerar que a história se constrói singularmente, porém sob influência de um contexto maior” (LIMA, 2015, p. 38). Assim sendo, na próxima subseção abordaremos a educação escolar do município de Jandaia do Sul e a necessidade da escolarização da população jandaiense.

3.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

Mediante o arquivo de documentos do município, as atividades escolares se iniciaram com a chegada dos primeiros imigrantes. Para estes, não bastavam a reunião informal de pequenos grupos para aprendizagem das primeiras letras ou o esforço de particulares na criação das escolas. Dentro desse contexto, surgiu a escola e, com ela, as mudanças operadas na comunidade. Os primeiros professores vieram do oeste paulista e sul de Minas, com filhos e filhas das primeiras famílias

que aqui residiram, improvisaram as primeiras escolas rurais no distrito de Jandaia do Sul. As condições de vida eram simples, faltavam comodidades, as casas eram improvisadas, os salários, insignificantes, os professores eram leigos, havia falta de materiais didáticos. Inicialmente as escolas eram construídas por particulares, em 1946, no Patrimônio São José (área rural de Jandaia do Sul), uma voluntária reuniu um grupo de crianças e improvisou uma escola, na qual ensinava a ler, a escrever e a contar.

Moisés Lupion governador do Estado do Paraná por duas gestões, de 1947 a 1951 e 1956 a 1961, “um típico ruralista” (FARIA, 2017, p. 41), inaugurou o primeiro grupo escolar no distrito de Jandaia do Sul, cuja diretora era Francisca de Lima Souza, normalista, estudou na Universidade de Coimbra, em Coimbra e na Escola Ana Neri, no Rio de Janeiro. O fato foi noticiado no rodapé do jornal Folha de Apucarana (ano 1, p. 6, 24/10/1948)

Inauguração da Usina Hidroelétrica Vale do Ivaí – O governador Lupion veio a Apucarana e foi a Jandaia do Sul para inaugurar o Grupo Escolar, recepcionado pelas professoras, alunos em desfile e o povo em geral. Um aluno declamou uma poesia e Diretora do estabelecimento proferiu um discurso, cortou a fita inaugural (FOLHA DE APUCARANA, 1948 *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 204).

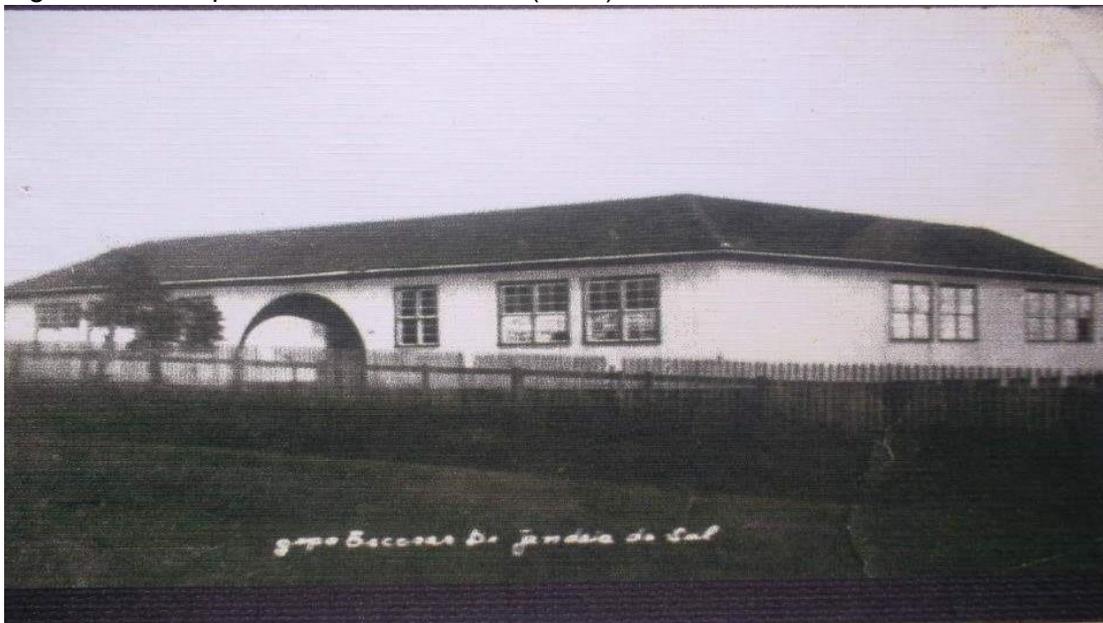
A Figura 19 apresenta a construção do primeiro grupo escolar, no distrito de Jandaia do Sul, que passou a funcionar no dia 01 de junho de 1948, com 480 alunos, em dois turnos, e com 12 professores. A ata de inauguração, datada de 20 de outubro de 1948, trazia que o Grupo Escolar Jandaia do Sul funcionava em uma construção de madeira.

A inovação representada pelos grupos escolares significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público do país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios, conforme observou Vidal:

Edificação de espaços próprios e adequados para funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a turmas mediante classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a doação de uma estrutura burocrática hierarquizada uma

rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseios, ordem, obediência, prêmios e castigos (VIDAL, 2006, p. 28).

Figura 19 – Grupo Escolar Rui Barbosa (1948)



Fonte: JANDAIA DO SUL (1948).

A Figura 205 a seguir, destaca o dia da inauguração do Grupo Escolar Rui Barbosa⁶ (1948), pelo governador Moisés Lupion, com a presença de uma ilustre comitiva, autoridades locais, meios de comunicação, professores, pais e alunos; houve hinos, discursos e muitas flores. Marcou presença o Sr. Hildebrando Pereira de Camargo, um dos fundadores do município; o secretário Adriano Corrêa lavrou a ata; outro fato interessante foi a visita do chanceler Dr. Ludovico de Nicolai e do cônsul-geral da Itália, Pitro Nóbili Vitetlesschi (estes vieram a convite da colônia italiana). O cônsul compareceu para prestigiar pessoalmente a inauguração da escola de Jandaia do Sul, vivamente impressionado com a organização do evento, apesar das restrições financeiras para se conseguir esse imponente prédio escolar, com o fim de se educar os jovens jandaienses. As primeiras professoras dessa escola foram:

⁵ Figura 20. Documentos históricos do Colégio Rui Barbosa – ao centro, o governador Moisés Lupion.

⁶ A escola aumentou para receber alunos da zona rural.

Clarice Gatti, Flora Custódio de Abreu, Alda Gomes, Valcira Morelo, Amira Prado, Ordália Assis, Josefa Luciano Sivestre, Maria Politi, Juvelina Marcondes Morales, Rosa Ruiz Darienso, Inês Politi e Egeni Mansur, com a primeira diretora, Francisca de Brito Lima e Souza (1950) (GUIMARÃES, 2006, p. 210).

Figura 20 – Inauguração do primeiro grupo escolar de Jandaia do Sul – 1948



Fonte: COLÉGIO RUI BARBOSA (1948).

Os grupos escolares empreenderam um novo modelo de escola primária, decretado e difundido assumindo todo o caráter educacional brasileiro entre os anos de 1894 e 1971. Toda uma organização estrutural foi desenvolvida para essa finalidade educativa: construções de prédios, organização administrativa, material didático e pedagógico era um ensino inovador do período. Esse modelo escolar consistia em professores com qualificação, como foi dito anteriormente, haviam poucos professores qualificados no distrito de Jandaia do Sul. Para tanto, criou-se, no município de Jandaia do Sul, a Escola Normal Regional, onde os professores ingressaram no referido curso de docentes.

Em Jandaia do Sul, em 19 de fevereiro de 1957, foi instalada a primeira Escola Normal Regional, tal acontecimento representou uma forma de se suprir as necessidades na formação de docentes para a região em expansão. Os cursos normais regionais foram instalados em algumas cidades do Paraná, tendo papel relevante na formação de professores, e passou por fases de mudança pós a LDB de 1961: “[...] em 1964, atingiu o número de 121 Cursos Normais Ginásiais. Em 1968,

apenas três cursos continuavam com a quarta série em funcionamento e estavam em processo de extinção” (FARIA, 2017, p. 47).

Figura 21 – Primeiras professoras da Escola Normal Regional General Osório



Fonte: JANDAIA DO SUL (1957).

A Figura 21 apresenta o quadro de professores de Jandaia do Sul, na década de 1950. Podemos observar o “fenômeno da feminilização do magistério” (FARIA, 2010, p. 41), que se alicerçou no final do século XIX, e as mulheres fundamentadas pela moralidade eram as principais indicadas para atuarem nessa profissão e designadas para a educação popular: “[...] modelar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade” (ALMEIDA, 2006, p. 75).

No Estado do Paraná, o Curso Normal Regional teve Erasmo Pilotto como seu defensor e difusor. Erasmo Pilotto foi secretário da Educação no ano de 1949 e, em sua gestão, atentou-se ao problema da educação rural. Um entusiasta da educação, nos anos em que esteve à frente da recém-criada Secretaria da Educação e Cultura:

[...] abriu mais de 1000 escolas na zona rural, beneficiando cerca de 25.000 crianças, criaram-se 249 Associações de Amigos da Escola e 20 Cursos Normais Regionais, ampliou-se a rede de ginásios do estado, com 25 novas unidades, os salários do magistério secundário e normal foram elevados de acordo “com a sua função de preparadores de uma elite”. Concluiu-se a construção de 100 unidades escolares rurais, pelo regime de acordo com o governo federal (MIGUEL, 1992, p. 209).

A escola rural, nesse contexto histórico e político, evidencia os interesses e necessidades daquele momento, e o Brasil, nesse espaço temporal, poderia ser interpretado como um país de economia predominantemente agrária, justificando a necessidade de implantação de escolas rurais, mas, para tanto, se fazia necessária a formação de professores.

A partir de 1930, a preocupação com a organização e qualidade do ensino no meio rural se fez mais presente. Problemas como precariedade da oferta de instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício eram insistentemente apontados (BAREIRO, 2007, p. 21).

Pelo exposto, e uma vez delineadas as características da formação da educação no município de Jandaia do Sul, demonstrando a sua expansão e a sua importância, nosso próximo passo intenciona refletir sobre as escolas rurais no contexto histórico do município de Jandaia do Sul.

3.3 A ESCOLA RURAL NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

Nos meados do século XX, grande parte da população brasileira vivia na zona rural. Segundo o censo de 1940, 69% dessa população residiam na zona rural e 31%, na zona urbana (IBGE, 1980). Ao darmos primazia ao estudo sobre as escolas rurais de Jandaia do Sul, nosso objeto de estudo, por meio das leituras dos depoimentos dos pioneiros, vimos que a construção das escolas rurais surgiu com a expansão do município. A escolarização das crianças que viviam na área rural era uma preocupação para o então governador do Estado Moisés Lupion que relatou em uma de suas mensagens:

No que se refere ao ensino primário, é sabido de todos o nosso profundo déficit em unidades escolares, em todo Estado. Evidentemente, tal déficit não pode ser sanado no primeiro instante e as medidas adotadas para enfrentá-lo tinham de ser medidas de emergência. Com essa preocupação, determinamos que, na abertura das aulas das escolas daquele grau, se procurasse recolher em nossos grupos e escolas isoladas existentes, tôdas as crianças que batessem às suas portas. [...]. Parece-nos que é mais justo dar um pouco a todos, do que recusar a muitos e muitos o que se dá a alguns (PARANÁ, 1956, p. 12).

A citação faz parte da mensagem do governador do Estado do Paraná, Senhor Moisés Lupion, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária no ano de 1956. Isso nos permite interpretar, primeiramente, o contexto da educação no Estado do Paraná na década de 1950, especialmente nos anos de 1950 e 1955, momento em que políticos jandaienses almejavam a emancipação política.

Segundo a mensagem, as escolas isoladas deveriam atender a todas as crianças, cuja famílias buscassem por escolarização. Provavelmente, a medida tomada pelo governo sobrecarregou as instituições que, por sua vez, não tinham os recursos necessários à sua manutenção. No caso de Jandaia do Sul, a primeira escola foi construída em madeira, na década de 40, do século XX.

Uma das primeiras professoras foi Rosa Rui Sanches Darienso (1988, p. 147) que relata em seu depoimento:

As primeiras professoras de Jandaia do Sul foram Inês Pollit, Anita Prado e depois eu. Viemos todas mais ou menos na mesma época, em 1941, neste mesmo ano comecei a lecionar. A escola era ali ao lado da Casa Azul e do Anunciato Sonni, onde atualmente é a Avenida Getúlio Vargas entre a Rua dos Patriotas e Souza Naves.

Nesse período, Jandaia apontava-se como núcleo em desenvolvimento, pertencia ao município de Apucarana, com sua elevação a município se dando em 1951. Darienso (1988) comenta em seu depoimento que, no início de sua carreira, lecionava pela Prefeitura, depois passou a lecionar pelo Estado. Lecionava os três períodos, com 84 alunos em cada turno, em três horários no mesmo dia: das 8 às 11h, do meio-dia às 14h e 14h30min às 16 h. Os horários eram feitos de acordo com a disponibilidade dos professores, porque havia escassez destes. Darienso (1988) conta que demorava para receber seu salário. Posteriormente, vieram outras professoras do Estado de São Paulo, Geni Mansur e Margarida Morales Azolini.

A pioneira Darienso descreve a primeira escolinha:

A escolinha era uma casinha de duas águas de atravessado, tinha uma porta onde a entrada e a saída era a mesma, e duas janelas. Escada não tinha, só tinha um degrauzinho, o assoalho era de terra. A escola era feita de madeira bruta, tábuas e telha feita a "marreta", não tinha cerca e ficava à beira da estrada. Havia, então, muita poeira. As crianças lanchavam na sala e depois saíam para brincar nos fundos da escola (DARIENSO, 1988, p. 147).

Figura 22 – Foto de uma escola rural na fazenda dos Farinazzo (1942) – Jandaia do Sul



Fonte: JANDAIA DO SUL (1942).

A Figura 22⁷ comprova o depoimento da professora Rosa Rui Sanches Darienso que relata sobre as características da escola a qual foi construída pelos fazendeiros locais. No depoimento de Antonio de Souza Silva (1988, p. 52), “lá na fazenda dos Farinazzo havia uma escola rural e inclusive a minha filha estudava lá”. No depoimento de Artézio Cavalari (1988, p. 61), no ano de 1942, “lá no sítio não havia escola e a meninada vinha estudar em Jandaia do Sul”.

Lima (2015) aborda que as escolas isoladas deveriam atender a todas as crianças, cujas famílias procurassem por escolarização. Essas escolas não conseguiram atender às necessidades do momento e se sobrecarregaram pela falta de recursos necessários à sua manutenção.

Segundo a autora, nesse cenário nacional, na primeira metade do século XX, ocorreram vários debates sobre as políticas educacionais da educação do campo, a necessidade da permanência do homem no campo a fim de se manter a economia do país pautada na agricultura, além de se delegar à escola pública o papel de formar o camponês para a lida com a terra por meio de conhecimentos sistematizados sobre as técnicas agrícolas. Schelbauer e Gonçalves Neto (2013) explicam que:

⁷ Memorial de Jandaia do Sul – postagem – filha da professora Rosa Rui Sanches Darienso.

O potencial agrícola da maior parte dos estados de federação conduzia o olhar sobre a vocação agrária do país, no qual o centro da questão consistia em criar estímulos ao trabalhador do campo para deixar a economia de subsistência e produzir dentro de novas regras de um mercado mundial. Sob este aspecto, a escola pública passava a ser concebida como saída emergente, especialmente pela difusão das escolas primárias por causa do alto número de analfabetos residentes no meio rural. Mas também, pelo ensino agrícola técnico-profissional e superior, o qual formava o trabalhador do campo, apto ao conhecimento das novas técnicas de produção e plantio, fundamentais ao desenvolvimento econômico do país (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 87).

Em Jandaia do Sul, as escolas rurais que permaneceram em funcionamento entre as décadas de 1940 a 1980 se ajustaram ao modelo de escola isolada, informado por Schelbauer (2014), com estrutura simples e edificada no meio rural, e, embora as várias denominações nos documentos, havia como organização classe multisseriada e unidocente.

As denominações encontradas nos arquivos escolares desse município foram escola isolada, escola rural, escola rural municipal, escola municipal ou apenas escola. Souza (2007, p. 192), ao analisar as condições dessas escolas no Estado de São Paulo entre 1890 e 1976, afirma que eram “[...] Casas de tábuas, barracos, casebres e algumas edificações em alvenaria”, nas quais os professores realizavam várias tarefas além de ensinar tais como fazer merenda e cuidar do asseio. Essas funções, muitas vezes desempenhadas pelos docentes, devem-se ao fato de que não havia funcionários para serviços gerais ou administrativos. Em Jandaia do Sul, os depoimentos dos primeiros professores, já citados anteriormente, e demais documentos existentes sobre as escolas rurais aproximam nosso entendimento da afirmação de Souza (2007) quanto às características da escola rural.

Com relação às primeiras atividades escolares do município, estas faziam parte de um pioneirismo voltado para o crescimento e o progresso, não bastavam a reunião informal de pequenos grupos para a aprendizagem das primeiras letras ou o esforço de particulares na criação de escolas. A experiência se tornava mais complexa e sentia-se a necessidade de um organismo unificador e este se fez presente por meio do ensino religioso e do estatal. Surgiu a escola e, com ela, as mudanças operadas na comunidade. Os primeiros professores foram verdadeiros heróis tendo em vista a falta de comodidades, casas improvisadas, luz de lampião,

material escolar deficiente, poeira, professoras leigas, com salários insignificantes e atrasados.

Mesmo diante desse contexto, as escolas rurais multisseriadas e unidocentes permaneceram em funcionamento por quase 40 anos. Dessa forma, tendo como base, nos registros de depoimentos dos pioneiros e as construções das primeiras escolas rurais no ano de 1940, consideramos que essa data marca o início das escolas rurais no município de Jandaia do Sul. Com relação à nucleação dessas escolas, podemos considerar a década de 1980 o último período em que as escolas tiveram seus prédios localizados na zona rural, atendendo a esta população, uma vez que os processos de nucleação das escolas rurais se efetivaram até o início da década de 1990, concentrando professores e alunos em seis unidades escolares. A tentativa, revelam os documentos analisados, era de que a nucleação favorecesse o fim das classes multisseriadas e que os alunos tivessem acesso a um novo modelo de ensino.

Figura 23 – Escola Rural São Pedro – ao lado, a capela de São Pedro



Fonte: JANDAIA DO SUL (1970).

A Figura 23 apresenta uma paisagem comum da zona rural, a escola primária rural, e ao lado a capelinha, geralmente com o mesmo nome. A existência de escola na zona rural tranquilizava a família dos moradores locais. Havia preocupação da população vinculada à tradição religiosa das igrejas evangélicas e católicas para a criação e viabilização de escolas nas vilas e zonas rurais.

Figura 24 - Alunos da escola rural e a professora Zélia Marson – apresentação do dia do padroeiro “São Pedro”



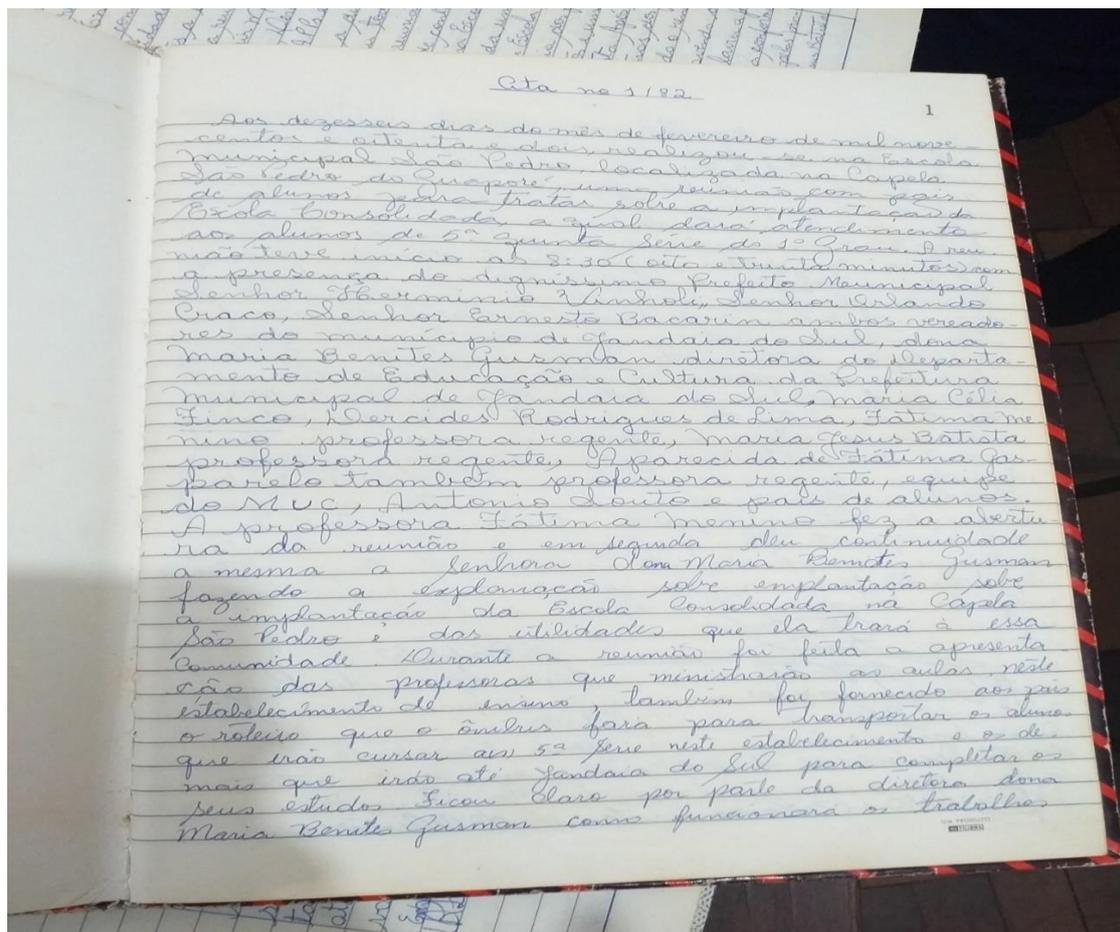
Fonte: Memorial de Jandaia do Sul (1972).

A Figura 24⁸ retrata a apresentação dos alunos da Escola Municipal Rural São Pedro do Guaporé, realizada durante a missa local, no período da comemoração do dia do padroeiro da igreja São Pedro do Guaporé. Participavam dos festejos a comunidade local, pais, a professora regente Zélia Marson, os alunos e a zeladora da escola.

Em 1982, a Escola Rural São Pedro do Guaporé foi reformada e ampliada para receber alunos de outras instituições que foram cessadas. A seguir, trazemos a ata que se refere à Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Pais e Mestres para reinauguração da Escola Primária Rural de São Pedro do Guaporé.

⁸ Figura 24 – Acervo pessoal da Professora Rural Zélia Marson – que consta no Memorial de Jandaia do Sul.

Figura 25 – Ata com as autoridades municipais, professores e comunidade escolar – reinauguração da escola consolidada São Pedro de Guaporé



Fonte: JANDAIA DO SUL (1982).

A Figura 25 registra uma reunião com autoridades do município, professores, pais, na qual apresentou a implementação da escola e capela de São Pedro, com data de 16 de fevereiro de 1982 (esta escola foi construída, em 1957, em madeira, foi desmanchada e, após, construída outra em material). A ata demonstra por qual processo isso ocorreu: comunicação da decisão, explicitação de motivos, apresentação das professoras, roteiro do transporte escolar para que os alunos pudessem completar seus estudos na área urbana.

Diversas escolas rurais do Estado do Paraná passaram pelo processo de nucleação, também entendido como consolidação das escolas rurais, o qual consistia em se concentrar professores e alunos em pequenas unidades escolares dispersas na zona rural em prédio maior e com melhor estrutura para o ensino, minimizando-se os custos. Isso era possível mediante a utilização do transporte escolar e favorecia a organização de classes unisseriadas (CAPELO, 2000; BAREIRO, 2007; TIBUCHESKI, 2011). Ramos (1991) esclarece que, além desses

objetivos, as escolas rurais consolidadas visavam ampliar o atendimento para oito anos

Vários recursos foram direcionados às escolas-núcleo, com reformas, ampliações e aquisições de materiais e equipamentos, além dos esforços empreendidos na tentativa de se convencer as famílias a enviarem seus filhos às escolas nucleadas, que, muitas vezes, ficavam distantes da área rural onde residiam. Além disso, as condições do transporte escolar eram precárias e as poucas unidades disponíveis ficavam superlotadas.

Com as reformas no ensino fundamental promovidas pela Lei nº 5.692/71, objetivando a universalização do ensino básico, optou-se pela cessação de inúmeras escolas multisseriadas, por meio do processo denominado de nucleação, que consistia em se reunir os alunos das escolas desativadas em centros maiores.

No entanto, a nucleação não garantiu a permanência dessas escolas na zona rural de Jandaia do Sul, sendo cessadas suas atividades a partir dos anos 1980 e os alunos foram transferidos para escolas da zona urbana.

Finalizada a contextualização das escolas rurais que são objeto deste trabalho, veremos, na sequência, a importância dessas escolas para a escolarização primária da população rural do município de Jandaia do Sul.

3.3.1 As escolas rurais e a escolarização primária no município de Jandaia do Sul

Nesta subseção, refletimos sobre o aporte das instituições escolares rurais para a escolarização primária no município. O termo “escolarização” é aqui referenciado segundo uma das definições conferidas por Faria Filho (2007), a qual implica na organização de mecanismos responsáveis pela educação formal, assegurada pela instituição de ensino e seus registros. Segundo o autor:

[...] a escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados (FARIA FILHO, 2007, p. 194).

Assim sendo, nosso objetivo é extrair das fontes históricas os dados que nos remetem ao ingresso das crianças nas instituições escolares estudadas, explorando os aspectos sobre a permanência do alunado nas escolas e os resultados do êxito e retenção nas séries cursadas. Vale ressaltar que não adentramos as questões dos sentidos e significados da aprendizagem, conforme marca Faria Filho (2007, p. 194), como “[...] implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização”, ao distinguir as formas de se entender o referido termo.

Com o escopo de entrelaçarmos os dados até aqui investigados, nossa finalidade é elencar dados quantitativos e qualitativos a respeito do período em que essa modalidade de ensino esteve em funcionamento. Essas escolas, muitas vezes construídas por meio da iniciativa da população e com subsídios da companhia colonizadora, contaram com a subvenção municipal. A instituição mantenedora de todas as escolas rurais de Jandaia do Sul era a Prefeitura do município, que tinha esta modalidade de ensino sob sua responsabilidade (JANDAIA DO SUL, 1980b).

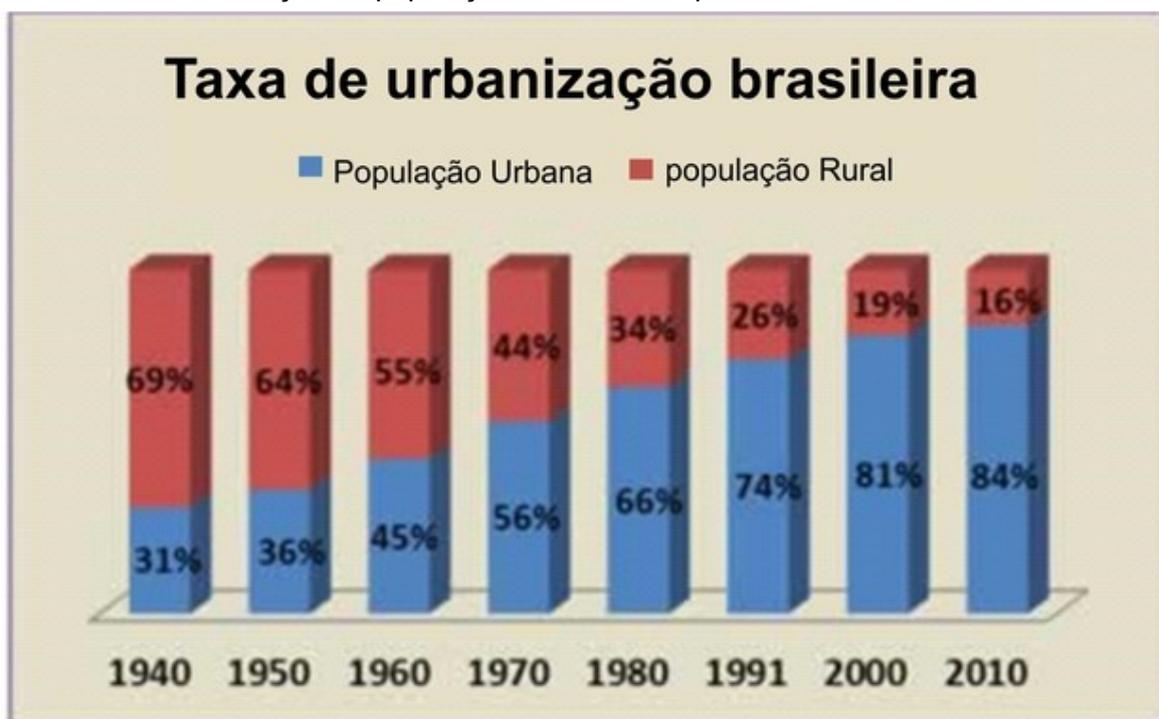
Portanto, não poderíamos excluir as questões que envolveram a gradativa desativação das atividades escolares nessas instituições, dentre elas, a organização de escolas-núcleo na zona rural do município, a municipalização do ensino de 1º a 4ª séries no Estado do Paraná e o subsídio das escolas.

Duas séries documentais apresentam informações acerca dos alunos atendidos nas escolas rurais no período em que estiveram em funcionamento no município. Tais documentos demonstraram a contribuição expressiva dessas instituições para a escolarização primária da população rural jandaiense.

Nesse sentido, os livros-ata de exames (JANDAIA DO SUL, 1959, 1961, 1962, 1967-1980) e os relatórios finais (JANDAIA DO SUL, 1967-1980) deram base para a elaboração dos dados elencados nesta subseção. Ao todo, foram analisados atas de exames finais, constantes nas cinco pastas de arquivos que registram a educação rural no período de 1959, 1960, 1961, 1962, 1967 a 1980, e relatórios finais, os quais estão ordenadas por ano, sequencial de 1967 a 1980. Em relação ao período anterior de 1952 a 1958, 1963 a 1966, a ausência de registros escolares inviabilizou a apuração de dados sobre a escolarização primária rural nesses anos.

Os dados apresentados anteriormente sobre a evolução da população urbana e da rural evidenciaram que ocorreram decréscimo gradativo da população rural e acréscimo da população urbana entre de 1970 a 1980.

Gráfico 2 – Mobilização da população da área rural para a urbana



Fonte: IBGE (2010).

O Gráfico 2 nos apresenta a evolução da população urbana e a da rural evidenciando que ocorreram decréscimo gradativo da população rural e acréscimo da população urbana entre 1970 a 1980 (recorte temporal da pesquisa). A urbanização na Região Norte do Paraná foi lenta até a década de 1970, em razão de suas características econômicas de predomínio da propriedade familiar e o plantio de café.

Com base nos documentos analisados, chamamos a atenção para a contribuição das escolas rurais para a escolarização primária de Jandaia do Sul. Encontramos dados de matrículas, número de aprovados e reprovados e ausentes nas fontes históricas, os quais nos permitiram quantificar o número de alunos atendidos por meio das relações nominais contidas nos documentos. Os relatórios apresentam diferenças de registros.

Figura 26 – Relatório final das escolas municipais rurais de Jandaia do Sul-PR

(ANEXAR AS ATAS DE EXAME)

RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS DAS ESCOLAS ISOLADAS DO ESTADO E GRUPOS ESCOLARES

ANO LETIVO DE 1972

8

NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLA MUNICIPALIS - ZONA RURAL

MUNICÍPIO	MATRIC.		APROV.		REPROV.		AUSENT.		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano											
	M	F	M	F	M	F	M	F	APROV	REPRO																		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F										
JANDAIA DO SUL	607	573	459	438	30	38	122	97	188	161	117	23	118	125	6	4	74	81	3	9	76	75	1	4	-	-	-	-

Fonte: JANDAIA DO SUL (1980a).

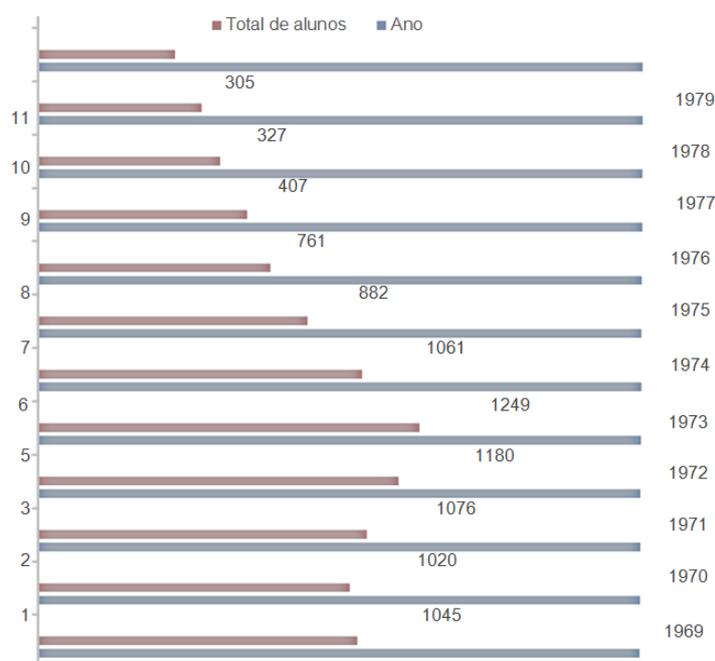
A Figura 26 apresenta a ata de exames finais, em geral, com dados de todas as escolas rurais de Jandaia do Sul, no ano de 1972, identificando o número de matrículas, sendo 573 do sexo feminino e 607, do masculino, totalizando 1.180 alunos, distribuídos nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Nesse sentido, inferimos que o número de alunos, entre aprovados, reprovados e ausentes, refere-se aos que permaneceram em atividade escolar durante o ano letivo. Os alunos provavelmente transferidos e desistentes não foram encontrados nessa série de documentos, questionando o departamento de educação, nos indicaram que computavam em ausentes. Os relatórios finais apresentam relações nominais, com os resultados “aprovados” e “reprovados”, “ausentes” e entre outros, porém trabalhamos, nesse momento, apenas com o número de alunos aprovados e reprovados registrados nessa série, a fim de construirmos a análise com base nas informações que os dois tipos de documentos têm em comum.

Além disso, as duas séries documentais selecionadas para reflexão nesta subseção apresentam registros referentes aos anos de 1970 a 1979. Por se tratar de um período de transição das formas de se realizarem os registros escolares,

conforme explicitado anteriormente, optamos por utilizar os dados livros-ata de exames, por conterem os números totais de escolas em funcionamento, desprezando os relatórios finais referentes a esses anos.

Com a intenção de quantificar o número de atendimentos realizados por essas instituições, o Gráfico 3 apresenta os dados referentes ao período de 1969 a 1979, com o indicativo do número de alunos atendidos que se encontravam na condição de aprovados e reprovados, em cada ano, nas escolas primárias rurais, durante os dez anos que as séries documentais nos permitiram mensurar.

Gráfico 3 – Demonstrativo do número de alunos matriculados por ano nas escolas rurais de Jandaia do Sul, no período de 1969 a 1979



Fonte: JANDAIA DO SUL (2019).

Com base no gráfico acima, é possível verificarmos o número de alunos que permaneceram nas escolas e visualizarmos o movimento de atendimentos ano a ano nas instituições.

No ano de 1969, ainda regido pela LDB 4.024/61, registraram-se 1.045 alunos que participaram dos exames finais, de 1ª a 4ª série. Analisando que essas crianças frequentavam as quatro séries primárias e que houve gradativo aumento do número de matrículas nas escolas, a partir desse ano, inferimos que, nos anos anteriores, de 1940 a 1967, as 28 escolas participavam ativamente no processo de escolarização da comunidade rural.

As escolas rurais alcançaram um crescente número de atendimentos realizados a partir do ano de 1969 até 1974. Em 1970, houve queda no número de matrículas, embora essas escolas estivessem em funcionamento. Essa situação ocorreu pela forte geada em julho de 1969 que causou sérios prejuízos às lavouras de café na região norte do Estado (KOHLHEPP, 2014), além disso, ao ano letivo de muitas crianças. A partir do ano de 1973, as matrículas de alunos nas escolas rurais voltaram a crescer e atingiram a maior quantidade, fato este presente nos exames finais, totalizando 1.249 estudantes.

No ano de 1975, a lavoura voltou a sofrer prejuízos com problemas climáticos. Segundo Kohlhepp (2014), a geada de 1975 atingiu 97% dos cafeicultores do Paraná, marcando um retrocesso na produção no plantio do café no Estado, uma vez que não houve somente prejuízos na colheita daquele ano, mas nos anos seguintes, tendo em vista o período denominado improdutivo que se seguiu até que as novas árvores atingissem a sua idade para produzir. Capelo (2000) traz outros fatores que contribuíram para o êxodo rural: o baixo preço do café e o aumento da produção internacional, especialmente em países do continente africano, junto às exigências do mercado com relação às técnicas produtivas, o que apontava o declínio da cafeicultura no norte do Paraná. Além disso, “[...] a introdução da legislação trabalhista no meio rural, as exigências legais, acrescidas ao encarecimento da mão de obra, agilizaram a opção por atividades rurais mais modernas e mecanizadas que dispensaram o uso do trabalhador braçal” (CAPELO, 2000, p. 42).

Podemos notar que o número de alunos foi diminuindo e as escolas foram sendo cessadas em sua maior parte. Nos anos 1980, 25 escolas foram cessadas e nucleadas, ficando somente três escolas, a de São Pedro do Guaporé, Salvador Valera Sanches e Américo Barbieri sendo a última escola rural primária de Jandaia do Sul a ser cessada, em 2001.

Portanto, por meio dos dados estatísticos, foi na década de 1960 que houve o maior número de construções de escolas na zona rural. A professora e secretária da Educação de Jandaia do Sul, em uma carta direcionada à nós, menciona que, quando assumiu o Departamento de Educação, havia várias escolas na zona rural, mas com péssimos cuidados, de madeira, com carteiras ruins, sem materiais didáticos e com a atuação de professores leigos. Juntamente com o prefeito do período, Hermínio Vinholi, com a professora Maria Benites Gusman e com a ajuda

do governador do Estado do Paraná, Ney Braga, foram reformadas e construídas mais dez escolas na zona rural, completando-se o número de 28 escolas.

Com intuito de melhorar o perfil profissional, a Lei nº 5.692/71 estipulou a formação dos professores leigos e determinou que fossem capacitados aqueles não habilitados no exercício do magistério nas séries iniciais, nas escolas de 1º grau brasileiras. Como projeto experimental, foi lançado o projeto Logos I que visava à qualificação dos professores leigos em nível de 1º grau mediante metodologias e de técnica de ensino a distância por meio dos módulos de ensino com a duração de 12 meses e com encontros pedagógicos mensais para a avaliação do cursista. O projeto Logos II foi lançado a partir do projeto Logos I para capacitar os professores leigos em nível do 2º grau magistério que estavam nas mais distantes e diversas salas de aula desse nosso extenso território brasileiro, sendo desenvolvido também no Estado do Paraná em vários municípios, inclusive em Jandaia do Sul.

Dessa forma, a partir da Lei nº 5.692/71, o Estado do Paraná avançava com relação à expansão de ensino, ampliando o número de matrículas e construindo novas salas de aula e escolas. Gonçalves (2005) sinaliza a preocupação existente com a educação paranaense e sua finalidade social de desenvolver o Estado e o país, comprovada nas falas dos governadores. Podemos evidenciar isso nas palavras da autora:

Em adesão aos discursos de modernidade administrativa e de esperança na construção de um país melhor e mais grandioso, a Educação tem um papel fundamental. Um elemento identificado em todas as mensagens é a sua função, nesse processo: colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social. Nesse sentido, a expansão do sistema de ensino, em todos os níveis, é outra ênfase contínua nos discursos do período (GONÇALVES, 2005, p. 8).

O contexto pode ser explicado pelo número expressivo de alunos quantificados em nossas análises. Foi na década de 70 que as escolas primárias rurais chegaram a seu ápice quanto ao número de alunos frequentes em Jandaia do Sul. Este número diminuiu gradativamente nos anos seguintes, porém foi a década em que essas escolas atenderam a um contingente maior de crianças na zona rural.

Vale ressaltar, na conjuntura do que foi o período militar, que houve significativa ampliação no processo de escolarização do Estado do Paraná, até mesmo, como vimos, nas escolas rurais de Jandaia do Sul. Não desprezamos o fato

de que o objeto deste estudo, as escolas primárias rurais, impregna nos próprios nomes características do período em questão.

Concluída a análise dos dados comuns às duas séries documentais, as informações contidas nos relatórios finais nos possibilitaram estabelecer outros critérios para explorarmos o material referente de 1969 a 1980. Para isso, analisamos a movimentação dos estudantes quanto à aprovação, reprovação e ausências. A tabela a seguir apresenta o número de alunos que passaram pelos bancos escolares das instituições estudadas e sua movimentação.

Tabela 2 – Número e percentual aproximado de alunos aprovados (AP), reprovados (RP) e ausentes por ano, de 1969 a 1980

Ano	AP	%	REP	%	Ausentes	%
1969	680	65,07	92	8,81	273	26,12
1970	785	79,13	59	5,95	148	14,92
1971	736	68,4	91	8,46	249	23,14
1972	893	75,68	68	5,76	219	18,56
1973	1001	80,01	37	2,96	213	17,03
1974	858	80,86	73	6,88	130	12,26
1975	960	88,72	29	2,68	93	8,60
1976	643	84,05	37	4,84	85	11,11
1977	271	70,94	53	13,87	58	15,19
1978	261	96,31	10	3,09	N/C	----
1979	251	82,29	51	16,72	03	0,99
Total	7.339	78	600	6,37	1.471	15,63

Fonte: Elaborada autora (2019), a partir de documentos do DEC (JANDAIA DO SUL, 1980a).

A Tabela 2 contém informações sobre alunos aprovados, reprovados e ausentes ou outros, nos relatórios finais, o que nos permitiu considerar que os registros nesses documentos se referem ao total de estudantes matriculados nas escolas.

Dessa maneira, constatamos o número de pouco mais de 9.410 matrículas nas escolas primárias rurais no período de 1969 a 1979. Mas a movimentação desses alunos foi significativa, uma vez que o número de ausentes aponta para mais de 1.471, o que pode estar relacionado à mobilidade da população rural para as áreas urbanas, muito presente nos anos de 1970 e 1971. Foi muito comum esse panorama, no cenário da educação rural no Brasil, diante das necessidades impostas pelas condições de sobrevivência das famílias que passaram a utilizar a mão de obra dos filhos nas lavouras (ÁVILA, 2013).

Em Jandaia do Sul, o percentual de ausências nas escolas rurais atingiu 15,73% de 1969 a 1980. Das crianças que ingressaram nas escolas rurais,

aproximadamente, 84,37% frequentaram as aulas durante todos os anos letivos e, destas, cerca de 78% concluíram a série escolar com êxito, obtendo aprovação. Isso significa que 6,37% dos que permaneceram na escola foram reprovados.

Além disso, do total de crianças matriculadas, temos o número que representa pouco mais de 6,37% reprovadas e de quase 15,63% que não permaneceram na escola fosse por motivo de desistência ou transferência; o quadro não indica as transferências, porque nos documentos estas contam como ausentes. Diante disso, verificamos que 22% não concluíram os estudos, sendo que, neste último percentual, estão contabilizados os ausentes e reprovados.

A questão dos altos índices de ausências e repetência era preocupante. As dificuldades de aprendizagem eram resolvidas na medida das condições, pois não havia apoio externo. A educação primária das áreas rurais enfrentava alguns percalços:

[...] Problemas de natureza pedagógica e administrativa, como a falta de provimento de professores para as escolas criadas, a precariedade dos locais de funcionamento das escolas, as condições de organização das escolas isoladas, a baixa frequência dos alunos e o abandono escolar, devido ao trabalho na lavoura (ÁVILA, 2013, p. 15).

Vale ressaltar que, no norte do Estado do Paraná, o município de Jandaia do Sul, no início da colonização (1940 a 1960), as escolas rurais ainda enfrentavam alguns problemas em relação ao ensino destinado à população camponesa, já que muitas dessas instituições “[...] funcionavam em condições precárias, sem estrutura física e material, seguindo os mesmos conteúdos e ideologias das escolas urbanas, fomentando ainda mais a discrepância existente entre o urbano e o rural [...]” (RODRIGUES, 2017, p. 68).

A partir desse entendimento, traremos os aspectos relacionados à organização do ensino e funcionamento das escolas, ao mapeamento das escolas rurais de Jandaia do Sul, aos sujeitos escolares, à sua identidade que dão significado ao que era produzido nesse lugar.

4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS

[...] dotar os professores de um instrumento metodológico para o ensino inicial da leitura e escrita; estabelecer técnicas simples para a aprendizagem, que possam ser assimiladas em massa; estabelecer um plano de treinamento minucioso, de repetições eficazes, para levar as professoras rurais a dominar aquelas técnicas, selecionar as monitoras necessárias e melhor capacitadas; treinar essas monitoras de maneira segura, para realização do referido plano (PILOTTO, 1954, p. 34).

Para iniciarmos a quarta e última seção, abordamos a citação de Pilotto (1954) que propõe um programa paranaense de solução original e de emergência visando à erradicação do analfabetismo, pela melhoria do ensino regular, destacando três pontos essenciais: considerações sobre as características psicossociais dos alunos, treinamento de professores, proposta metodológica para o ensino inicial da leitura e escrita. Nesta seção estão inseridas as questões relacionadas à organização e funcionamento das escolas rurais, notadamente: o agrupamento dos alunos e as séries correspondentes, a multisseriação, a jornada escolar e seu desdobramento em turnos, os cursos ofertados.

As escolas rurais de Jandaia do Sul foram paulatinamente criadas a partir do ano de 1943. Porém, os primeiros documentos referentes a elas datam de 1957, por ocasião de registros, em livros-ata (1957 a 1980), os livros de exames finais que eram feitos com a presença de uma comissão examinadora, da professora regente e de três professoras da zona urbana. Não por casualidade, esses documentos existem:

Art. 16. É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los. § 1º São condições para o reconhecimento: [...] c) escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar (BRASIL, 1961, p. 65).

Dessa forma, a lei ajustava as ações dos estabelecimentos educacionais criando a necessidade de se registrar a veracidade de seus atos e conseguir o reconhecimento dos órgãos oficiais. A partir de 1967, as escolas rurais de Jandaia do Sul passaram a registrar os resultados de sua competência: a instrução primária.

Em consonância com a LDB 4.024/61 e com os documentos sobre a organização da seriação e programas para os grupos e casas escolares e escolas isoladas do Estado do Paraná, os registros identificam a organização seriada, de 1ª a 4ª série, por intermédio dos exames finais. O documento do ensino primário no Paraná instituído pelo decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962, relata que:

[...] deu nova estrutura ao ensino primário no Estado do Paraná, aumentando a sua duração, a partir do ano letivo de 1963, de 4 para 6 séries anuais nos grupos escolares, de 4 para 5 séries nas casas escolares e de 3 para 4 séries nas escolas isoladas (PARANÁ, 1963, p. 3).

Nas escolas rurais de Jandaia do Sul, o ensino primário foi instituído em quatro séries, inserindo-as no modelo de escolas isoladas, explanado no documento anteriormente citado. Pela indicação, o ensino primário em escolas isoladas era ministrado, antes da lei, em três séries. É explícita a distinção da oferta de ensino entre os tipos de escolas e sua localização.

Miguel (2011, p. 134) ressalta que “[...] um Grupo Escolar com as cinco séries e uma escola isolada, ou seja, uma classe com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, correspondendo às três primeiras [séries] primárias”. De acordo com a autora, o objetivo da lei era reproduzir o funcionamento das classes multisseriadas das zonas rurais do Estado.

Em Jandaia do Sul, embora os registros apresentem a organização dos exames em cada série separadamente, os dados sobre os/as professores/as regente/s indicam a existência de classes multisseriadas e unidocentes. Muitos documentos como livros-ata de exame, histórico escolar, relatórios finais de 1969 a 1980 consolidam essa informação com dados sobre a escola, o/a professor/a regente, as séries atendidas e os horários de funcionamento (JANDAIA DO SUL, 1980a).

Sobre a organização multisseriada, Cardoso (2013, p. 33) assegura que “a nomenclatura escolas multisseriadas aparece no cenário educacional após os anos de 1970. Antes, as escolas que mantinham, na mesma sala, várias séries sob a regência de um só professor eram denominadas escolas isoladas”. Além disso, para Cardoso (2013), entender o significado do termo “multisseriado” requer que seja retomado o sentido do que significa o seu oposto, ou seja, seriado ou “unisseriado”. Destarte, o modelo de escola graduada pressupõe a divisão do ensino de maneira

que os alunos sejam distribuídos em classes supostamente homogêneas com relação ao grau de adiantamento, como uma forma de classificação (SOUZA, 2007). Cada turma ou classe se refere a uma mesma série em curso. Em seguida, as turmas multisseriadas seguem um sistema distinto, formado por alunos em diferentes níveis de aprendizagem, contudo sob a regência de um único professor.

Ainda que o modelo de escola graduada tenha se ampliado no país durante o século XX, em Jandaia do Sul, presentemente, não há turmas multisseriadas na rede pública. Estas foram gradativamente cessadas durante a década de 1980, substituídas com a nucleação das escolas rurais.

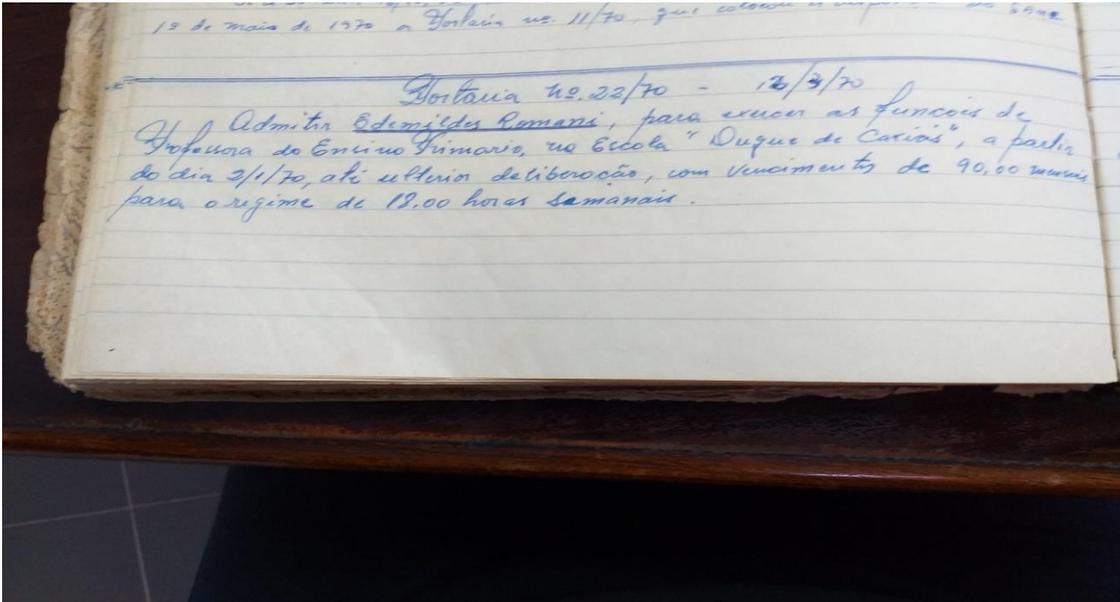
Em Jandaia do Sul, as instituições analisadas, entre as décadas de 1940 a 1980, apresentam denominações diversas para o mesmo tipo de escola: escola isolada, escola rural, escola rural municipal, escola municipal ou apenas escola. Assim sendo, apresentavam a mesma organização em suas práticas.

É provável que a organização das turmas dependesse da quantidade de alunos, o que poderia justificar a presença de uma 1ª série em um turno e da 2ª, 3ª e 4ª em outro, na mesma escola. Em geral, os professores atendiam a duas séries ao mesmo tempo, mas isso não era regra, visto que havia classes com alunos de todas as séries, ou seja, da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

No depoimento da professora Rosa Darienso, como vimos anteriormente, esta relata que lecionava em três turnos para 84 alunos. Dessa forma, concluímos que existiam horários diferentes, mas que não foram encontrados nos livros registros.

Como foi assinalado, não temos vestígios sobre o funcionamento das escolas rurais nos primeiros anos em que estiveram ativas no município, de 1940 a 1956. Nos anos seguintes, os documentos demonstram a forma de funcionamento das escolas rurais, mas não relatam sobre os turnos em específico, portanto, o contrato dos professores apresenta a carga horária do docente contratado.

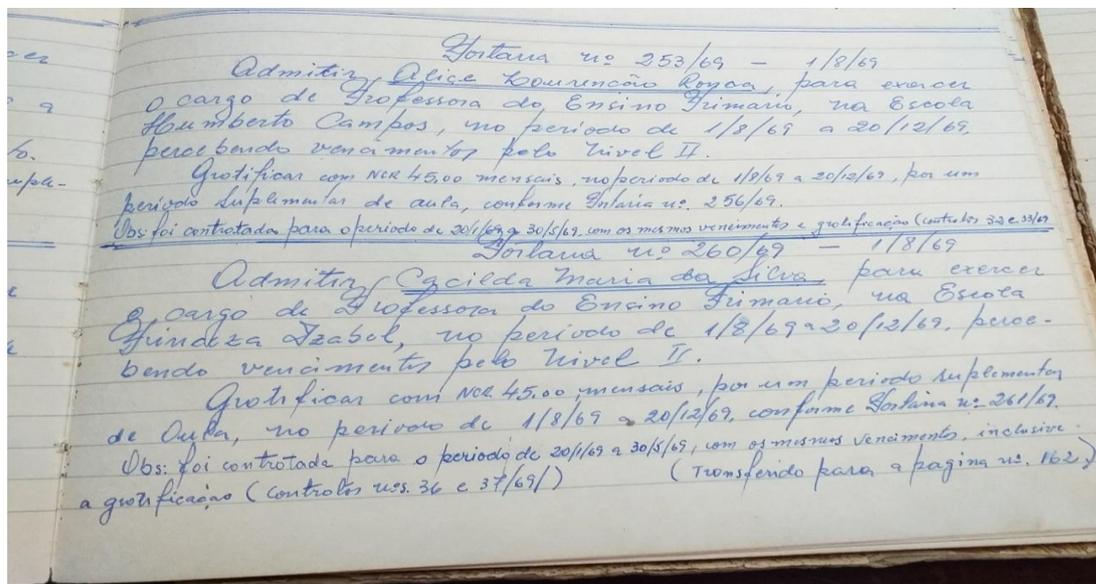
Figura 27 – Documento de contratação de professores – 1970



Fonte: JANDAIA DO SUL (1970).

A Figura 27 apresenta um contrato de trabalho, no qual se registra a carga horária de trabalho do/a professor/a, de 18 h semanais, e tais horários se diferenciavam de um contrato para outro. Alguns expõem 36 h, ou seja, o professor trabalhava nos três períodos (matutino, vespertino e noturno) e isso ocorria visando-se conciliar a distância da escola e as condições de transporte para os professores que residiam na zona urbana (JANDAIA DO SUL, 1970).

Figura 28 – Contrato de trabalho – 1969



Fonte: JANDAIA DO SUL (1969).

Na Figura 28 consta a contratação de docente para exercer o cargo de professora do ensino primário e apresenta, no segundo parágrafo, a gratificação salarial por um período suplementar. As informações corroboram o desdobramento de turnos. O livro ata apresenta contratação de professores para lecionarem no ensino primário, período diurno.

A presença de cursos primários no período noturno, na época, indica preocupação com a escolarização de jovens e adultos. A professora Maria Benites Gusman nos enviou um depoimento escrito, descrevendo sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral na zona rural e, posteriormente, acerca do supletivo noturno para aqueles que não foram alfabetizados em idade escolar. Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentavam as aulas do Mobral, cujo objetivo era proporcionar a alfabetização das pessoas acima da idade escolar convencional. Este programa pretendia levar o aluno a conhecer seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária e a se empenhar na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade. A frequência escolar, tanto de crianças quanto de adultos da zona rural, era um problema identificado em nível nacional, em razão do trabalho nas lavouras (ÁVILA, 2013).

No Estado do Paraná, de um total de 378.429 crianças entre dez e 14 anos que habitavam a zona rural na década de 1960, 163.375 se apresentavam sem instrução primária (IBGE, 1960). Em 1970, o censo demográfico apontou que havia 4.450.783 residentes na zona rural do Estado (LIMA, 2015). Apesar da existência de demanda, a partir de 1980, observamos a gradativa cessação das escolas rurais no município.

Embora esse processo de “esvaziamento” (LIMA, 2015) de unidades escolares rurais tenha ocorrido em Jandaia do Sul, durante o período em que estiveram em funcionamento, estas foram organizadas para atender à população local. Nessa perspectiva, a demanda do número de salas de aula e a disponibilidade dos professores foram fatores decisivos para a organização do ensino primário nessas escolas. Sobre a escolarização primária rural no município, ou seja, antes de 1962, o ensino em escolas isoladas do Paraná deveria seguir orientações dos “Programas Experimentais das escolas isoladas do Estado, dadas pelo decreto estadual nº 9.060, de 1953, que substituiu o “Programa para as escolas isoladas do Estado”, estabelecido em 1949 (CAINELLI, 1994, p. 87).

Segundo o programa, o curso primário estava organizado em três séries anuais, contemplando as seguintes disciplinas: 1ª série: português; linguagem escrita; caligrafia; aritmética; desenho; geografia; história da pátria; educação cívica, moral e social; ciências físicas e naturais; higiene; trabalhos manuais; canto; educação cívica; 2ª série: português; aritmética; geometria; educação cívica, moral e social; desenho; geografia; história da pátria; ciências físicas, naturais e agricultura; instrumentos agrícolas e o seu emprego; higiene; trabalhos manuais; canto; educação física; 3ª série: português; caligrafia; aritmética; geometria; desenho; geografia; história da pátria; educação cívica, moral e social; ciências físicas, naturais e agricultura; higiene; trabalhos manuais; canto; educação física (CAINELLI, 1994).

A partir de 1963, com o documento que estabeleceu a nova seriação e programas para as escolas isoladas do Estado do Paraná, instituído pelo decreto nº 10.290, de 13/12/1962, e aprovado pela portaria 110/63, foram especificadas as disciplinas de linguagem, matemática, estudos sociais e ciências naturais e higiene para as quatro séries iniciais (PARANÁ, 1963).

No Quadro 6 analisamos os seguintes documentos: históricos, boletins da época, livros-ata, relatórios finais, e identificamos, no ensino primário do município, as disciplinas ministradas. No período de 1962 a 1969, o programa da disciplina de linguagem para escolas isoladas era ministrado em língua portuguesa e, além de esclarecer os conteúdos que deveriam ser ministrados, levava em conta as atitudes e posturas que se esperavam dos alunos: como comprometimento com os conteúdos trabalhados, organização, zelo, capricho e disciplina. Não havia preocupação com uma interpretação crítica do conteúdo, trocas de conhecimento e diálogo entre os sujeitos do processo educativo. A disciplina de matemática visava fornecer aos alunos instrumentos básicos para a vida em sociedade e resolução de problemas na vida prática em consonância com a vida real (PARANÁ, 1963). A disciplina de estudos sociais, ao substituir o ensino de história e geografia, pretendia integrar o indivíduo na sociedade, mostrando novamente o enquadramento da educação moral e cívica como objetivo.

Quadro 6 – Comparativo entre os documentos/disciplinas ministradas nas escolas primárias rurais de Jandaia do Sul – 1962-1980

Ano/ Período	Documentos Diversos Histórico Escolar/Boletins	Livros Atas	Relatórios Finais
1962 1969	Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais e Higiene		
1970 1974	Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais		
1975 1978	Comunicação e Expressão Iniciação às Ciências e Estudos Sociais		Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências e Estudos Sociais
1980	Português e Literatura Matemática e Ciências Estudos Sociais		

Fonte: JANDAIA DO SUL (1980b).

Ciências naturais e higiene é a última das disciplinas que compõem a matriz curricular referida. Tinha como objetivos gerais: “Levar o aluno a observar fatos do meio em que vive”, portanto, o ideal era que o/a professor/a partisse da vivência do aluno, do local para o diverso; “Estimular o aluno à experimentação, a fim de levá-lo a compreender a relação de causa e efeito na mudança das coisas”, a busca pela interpretação por meio da experimentação sobre o efeito das coisas; “Verificar que as ciências naturais e a higiene têm contribuído para melhorar as nossas condições de vida”; e, por último, auxiliar os discentes a compreenderem a importância da disciplina para a vida humana (PARANÁ, 1963).

A questão das disciplinas escolares, no Estado do Paraná na década de 1980, é abordada por Rodrigues (2012, p. 87-88), que, em especial, discorre sobre os significados de um projeto de formação com base nas mudanças do “[...] componente conservador da Educação Moral e Cívica, incorporando nos programas de História uma perspectiva mais democrática, por meio de um discurso que pretendia trabalhar com conteúdo mais significativos à sociedade”, mas, como ele próprio analisa, “[...] a seleção de conteúdo nas duas disciplinas prima pela manutenção da tradição do ensino nacionalista e patriótico” (RODRIGUES, 2012, p. 87-88).

Diante disso, consideramos que muitas foram as dificuldades enfrentadas no processo de organização do ensino primário rural no município, visto que nem sempre as escolas estavam disponíveis a todos que tinham direito a elas. Sob outra perspectiva, as escolas rurais não contavam com profissionais qualificados para o

exercício da docência, gerando dificuldades para o ensino-aprendizagem dos discentes. Com frequência, as alterações advindas no campo dos conteúdos escolares, embora refletidas pelos docentes, nem sempre surtiam mudanças nas práticas pedagógicas.

4.1 O ESPAÇO ESCOLAR RURAL

A caracterização do espaço físico no percurso da investigação sobre instituições escolares é importante, pois, segundo Nosella e Buffa (2008), a história de uma instituição escolar pode abordar diversos componentes, como a sua criação, as transformações pelas quais passou, os aspectos arquitetônicos, os alunos, os professores e administradores, os saberes, as normas e os eventos. Entretanto, segundo Sanfelice (2009), também podem ser entendidos como estudos desse tipo aqueles com ênfase em somente um aspecto, como o ensino de uma disciplina ou a arquitetura de uma escola.

Na dinâmica analítica sobre os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária do Brasil, Faria Filho e Vidal (2000) retomam a questão das construções e da estrutura arquitetônica das escolas. As categorias de escolas nomeadas por esses autores nos parecem bastante interessantes, os grandes edifícios demonstravam o grande poder da República, o ensino primário era oferecido para as classes abastadas que detinham condições econômicas mais favoráveis e ficava longe das classes menos favorecidas. Dessa forma, para que estas classes tivessem acesso à escolarização, a forma mais simples e menos onerosa para o governo eram as “escolas funcionais”.

No Paraná, ocorreram nas primeiras décadas do século XX, por conta da institucionalização dos primeiros grupos escolares, ações dos reformadores no sentido de melhorar as condições dos espaços onde as escolas funcionavam, ressaltando a importância do “grupo escolar” na arquitetura urbana.

Lima (2015, p. 88) descreve que “a disseminação dos Grupos Escolares encontrava entraves diante dos altos custos e os administradores dos estados não conseguiam atender às demandas”, dessa forma, buscaram-se novas alternativas de construções escolares, ainda que insuficientemente, para atender à demanda de escolarização da população local. No Estado do Paraná, no mesmo período, temos a

existência de 71 grupos escolares e, em maior número, de 1.288 escolas isoladas (SCHELBAUER, 2014).

Faria Filho e Vidal (2000) relatam que o maior número de matrículas e os melhores edifícios se concentravam na zona urbana, diferenciando-se, assim, escolas urbanas e rurais. De acordo com os autores, as escolas rurais foram construídas com simplicidade, sem padrões definidos e deveriam atender às condições mínimas, como salas de aula, sanitários, uma varanda onde as crianças ficavam na maior parte brincavam no terreiro e residência do professor.

Em todos os Estados brasileiros, entre as décadas de 1950 e 1960, se difundiu o modelo de escola simples e mais barato (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). No Estado do Paraná, não foi diferente, os primeiros colonizadores, para que seus filhos tivessem escolaridade, tomavam a frente e construíam escolas em suas propriedades (BAREIRO, 2007). Foi nesse contexto que as escolas rurais se confirmaram no município de Jandaia do Sul, já que averiguamos que houve maior número de construções de escolas na década de 1960, chegando a 32 escolas rurais em funcionamento na década de 1970.

No ano de 1962, foi sancionada a lei nº 4.599, de 02 de julho de 1962, que instituiu o Fundo Estadual do Ensino, contribuindo, dessa forma, para a construção dessas escolas. Esta lei também criou a Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, cuja função era a administração desse fundo. Em seu artigo 2º, entre outros tipos de recursos, estabeleceu as “[...] contribuições de proprietários rurais, para instalação e funcionamento de escolas primárias em suas propriedades” (PARANÁ, 1962, p. 10).

Vale ressaltar, que nesse mesmo ano, os governos federal e estadual assinaram no Estado do Paraná um convênio referente ao Programa Educacional de Emergência. Dentre os objetivos para se diminuir os problemas educacionais do Estado, estavam a “[...] construção, equipamento e recuperação das escolas urbanas e rurais, visando ampliar prontamente a rede escolar primária e média do país” (PARANÁ, 1962, p. 7). Nesse período, os municípios do norte do Paraná estavam se desenvolvendo, carecendo de infraestruturas básicas, como melhoria no transporte, comunicação, educação, saúde e saneamento (LIMA, 2015). Segundo Lima (2015, p. 34), “o planejamento de colonização, organizado pela CTNP, denominado Colonização Dirigida” promoveu um intenso processo de (re)ocupação e povoamento, entretanto não resolveu as dificuldades.

Mesmo nesse contexto, a população jandaiense, professores e algumas pessoas ilustres do município, mesmo carente de recursos, não só materiais, mas humanos também (faltavam professores capacitados, a maioria era leigos), não mediram esforços para o desenvolvimento do setor educação. Os moradores, em parceria com a CMNP, ajudavam na construção de escolas para seus filhos. O quadro abaixo demonstra as escolas que foram construídas entre os anos de 1957 a 1980. Os documentos pesquisados não relatam o ano em que as escolas foram construídas precisamente.

Quadro 7 – Relação de escolas rurais e sua localização

Nº	Nome	Localização
1.	Escola Municipal São Pedro	Gleba Guaporé
2.	Escola Municipal Manuel Ribas	Estrada da Amizade
3.	Escola Municipal José de Alencar	Fazenda Farinazzo
4.	Escola Municipal João Pagliarini	KM 4
	Escola Municipal Joana D'arc	<i>Gleba Guaporé</i>
5.	Escola Municipal São Sebastião	Estrada da Amizade - Capela São
6.	Escola Municipal Paulo Pimentel	Fazenda Mãe Joana
7.	Escola Municipal Luiz Antonio dos Santos	Gleba Keller
8.	Escola Municipal Costa e Silva	Gleba Ariri
9.	Escola Municipal Nossa Senhora	BR 369
10.	Escola Municipal Nilo Cairo	Gleba Humaitá
11.	Escola Municipal Américo Barbieri	Bairro Sto. Antonio
12.	Escola Municipal Moisés Lupion	Estrada Humaitá
13.	Escola Municipal Antonio Machado	Gleba Pouso Alto
14.	Escola Municipal José Bonifácio	KM 3
15.	Escola Municipal Ney Braga	KM 6
16.	Escola Municipal Silva Jardim	KM 8
17.	Escola Municipal São João	Córrego do Bagre
18.	Escola Municipal Thereza Fábris Pereira	Gleba Cambará
19.	Escola Municipal Francisca de Souza	Gleba Simiré
20.	Escola Isolada Padre José de Anchieta	IBC I
21.	Escola Municipal Ivalino Turke	Gleba Canutã
22.	Escola Municipal Duque de Caxias	<i>Estrada São João</i>
23.	Escola Municipal Salvador Valera Sanches	<i>Gleba Maracanã</i>
24.	Escola Municipal Rui Barbosa	<i>Gleba Dourado</i>
25.	Escola Municipal João Welter Junior	<i>Gleba Dourado</i>
26.	Escola Municipal São Roque	Estrada São Roque
27.	Escola Municipal Princesa Isabel	Estrada do Pica Pau Amarelo
28.	Escola Municipal Humberto Campos	Estrada São João
29.	Escola Isolada Ana Maria	KM 20
30.	Escola Municipal Lino Marqueti	N/C

Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base no documento de JANDAIA DO SUL (1980a).

Elucidamos que as escolas Ana Maria e Lino Marqueti não possuem documentos “Relatório/Ficha”, do qual extraímos os dados das 30 escolas. Estes

foram realizados por meio dos relatórios finais, livros-ata e históricos escolares. Portanto, no livro ata de contratação de professores, mencionam-se as duas escolas⁹.

Os endereços das escolas foram transcritos no Quadro 9, tais como estavam nos documentos analisados. Dessa forma, embora descritos como estrada, quilômetros ou gleba, quando aparecem seguidos do mesmo nome, consideramos que as escolas estavam instaladas na mesma região.

Em vista disso, não há indicativos sobre um planejamento para o estabelecimento de cada uma das escolas, tendo sido estas construídas conforme a necessidade da população local, uma vez que verificamos escolas com proximidade de 1km e com distanciamento de 10km, quando construídas na mesma estrada ou patrimônio.

Para tanto, a subseção tem como objetivo mapear as escolas rurais de Jandaia do Sul, tendo como base as fontes históricas que contêm os endereços dessas escolas (JANDAIA DO SUL, 1980b).

4.2 MAPEAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

Com a re(ocupação) da área que pertence ao município de Jandaia do Sul, na década de 1940, houve a necessidade de escolarização da população, acionando-se o processo de construção e institucionalização de escolas urbanas e rurais.

As primeiras escolas rurais no município de Jandaia do Sul foram surgindo conforme a demanda do meio rural, de acordo com o relato do pioneiro Artézio Cavalari (1988, p. 61), “funcionava em uma residência e que mais tarde fizeram um grupinho escolar”. Destaca também que as crianças do sítio andavam 4 ou 5km, a pé, para irem à escola. Outro relato foi do pioneiro João Padoan (1988, p. 90) que chegou em Jandaia do Sul, em 1941, no qual descreve que “a primeira escola de Jandaia do Sul funcionou em um pequeno salão e que todos os seus filhos estudaram”. Assim sendo, pela análise dos relatos dos pioneiros de Jandaia do Sul,

⁹ As duas últimas escolas citadas no quadro não constam nos documentos escolares, porém são mencionadas no livro-ata de contratação de professores (JANDAIA DO SUL, 1957).

as escolas foram sendo construídas de acordo com o desenvolvimento e o aumento da população jandaiense.

Como foi citado anteriormente, as primeiras professoras do município de Jandaia do Sul foram Inês Pollit, Anita Prado e Rosa Ruiz Sanches Darienso, e vieram todas mais ou menos no mesmo período, em 1941. Essas professoras vieram do Estado de São Paulo, no qual fizeram Escola Normal e estavam aptas para ensinar as primeiras letras para as crianças da região. Em seu relato, Darienso (1988) afirma que as escolas foram ganhando forma de barracões e casas improvisadas para atender às necessidades locais.

Figura 29 – Escola Rural – Comunidade Santo Antônio do Humaitá, Jandaia do Sul-PR



Fonte: JANDAIA DO SUL (1957).

A Figura 29 retrata uma imagem recente de uma antiga escola na área rural de Santo Antonio de Humaitá, que, de acordo com a localização, se refere à Escola Rural Municipal Moisés Lupion. A foto é atual, estivemos no local e pudemos observar que a escola funcionava em uma casa de madeira rústica, sem pintura, coberta com telhas, janelas de madeira e contava com mictório, utilizado pelos professores e alunos para suas necessidades fisiológicas. Geralmente, eram

casinhas feitas em madeira, construídas diretamente em cima da fossa sanitária, atrás da escola, por causa dos seus fortes odores. Na gestão do prefeito João Pagliarini, em 1964, as escolas rurais foram reformadas e construídas em alvenaria.

Dados do livro de cunho memorialista sobre a história do município informam que as escolas rurais possuíam residência anexa destinada ao professor para que este não faltasse às aulas em dias chuvosos, uma vez que a chuva impossibilitava a locomoção por conta das péssimas condições das estradas. Lima (2015) justifica que a presença da casa do professor pode estar relacionada à intenção de fixar esses profissionais nas localidades onde atuavam como incentivo e complementação dos salários.

Andrade (2014) destaca que a residência da professora, de estrutura simples, mas superior à dos moradores locais, serviria como visão de uma possibilidade ao alcance de todos. Além disso, não por acaso, a casa da professora estaria ali estruturada na zona rural, servindo como exemplo a ser seguido pelas pessoas da comunidade.

Dessa forma, se todo prédio escolar de novo tipo – aquele que também neste momento vai ser planejado como em si mesmo um fator de fator de irradiação do espírito desse novo tempo que se anuncia – terá contígua à residência da professora, esta deve fazer com que seus hábitos domésticos e pessoais – conservação, arrumação e decoração de seu lar, maneira de se vestir, falar e agir em público – transmitam eles também um novo padrão de existência e comportamento civilizado para os que se encontram, por assim dizer, à sombra da escola (ANDRADE, 2014, p. 17).

O autor faz uma referência ao “novo tempo”, o período democrático pelo qual o país passou após a queda do Estado Novo em 1945. Esse período foi marcado pela incorporação de direitos essenciais como a escolha de representantes no Parlamento, liberdade, igualdade, ascensão social e solidariedade. Nesse cenário, após um regime ditador, de repressão e perseguições políticas, a educação seria responsável por difundir uma nova forma de viver em sociedade (ANDRADE, 2014). Quanto à escola rural, o autor sobrepõe que seria considerada “[...] espaço privilegiado ao esforço de conformação da população do campo brasileiro frente aos valores, hábitos e práticas característicos, tanto do trabalho em moldes industriais, quanto do estilo de vida urbano que lhe é consentâneo” (ANDRADE, 2014, p. 95). Além do mais, elucida Andrade (2014) que, no projeto das escolas rurais como

espaço de incorporação da civilidade preconizada pelo país, a formação do professor deveria oferecer as condições básicas para que os objetivos se concretizassem. A escola rural, local o qual servia de encontro de moradores para debaterem questões sobre seu meio, a professora era vista como transmissora de tais valores.

Ao observarmos os acervos iconográficos das escolas rurais de Jandaia do Sul, é possível identificarmos a arquitetura e a estrutura física que abrigavam professores e alunos¹⁰. As imagens nos remetem aos detalhes, permitindo-nos visualizar as condições físicas em que as escolas se encontravam. Souza (2001, p. 78) revela que é importante lembrarmos que:

Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na iminência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes, como instrumento de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identificam são indicativos de uma funcionalidade que se inscreve na ordem afetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo.

Souza (2001, p. 49) esclarece que as fotografias escolares se caracterizam como um gênero fotográfico e foram difundidas a partir do início do século XX, servindo como recordação. Dentre esses gêneros se destacam “[...] os retratos de família, as fotografias de paisagens urbanas, de arquiteturas e os cartões-postais. Entre os diversos tipos de conteúdo temático retratados, o mais popular é a foto de classe”.

¹⁰ As fotografias estão anexas aos documentos aqui denominados Relatório/Ficha e a outros documentos sem título. Dessa forma, o acervo iconográfico que contém o conjunto de instituições rurais de Jandaia do Sul foi organizado por nós.

Figura 30 – Prédio da antiga Escola Municipal Américo Barbieri – 2019

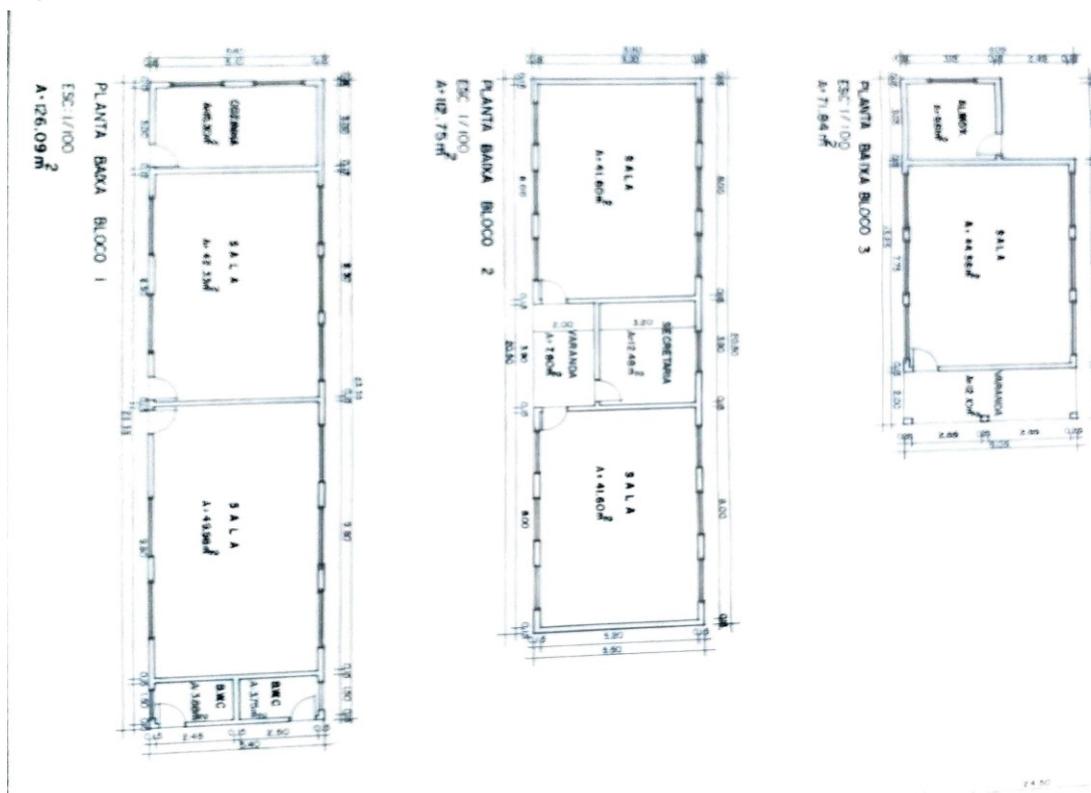


Fonte: JANDAIA DO SUL (2019).

A Figura 30 destaca o prédio da Escola Municipal Rural Américo Barbieri¹¹, localizada na fazenda Humaitá, construída na década de 1970, no exercício do prefeito Hermínio Vinholi que administrou o município de 1969 a 1973. A imagem apresenta uma construção em alvenaria, com várias salas de aula, amplas e arejadas, contendo almoxarifado, cozinha, secretaria e banheiros feminino e masculino. Os registros encontrados nos documentos escolares sobre o período de funcionamento da escola, indicam que esta foi uma das escolas nucleadas e a última a ser cessada. A seguir, na Figura 31, podemos observar a planta arquitetônica da referida escola municipal, no processo de nucleação e as várias salas de aulas.

¹¹ Atualmente, a foto foi tirada pela pesquisadora, no ano de 2019, constatando que o prédio da escola é utilizado pela comunidade para trabalhos comunitários.

Figura 31 – Planta da Escola Municipal Rural Américo Barbieri



Fonte: JANDAIA DO SUL (2019).

A Figura 31 refere-se à planta arquitetônica da Escola Municipal Américo Barbieri, reformada e ampliada para receber alunos da área rural das proximidades, na qual observamos a presença de várias salas de aula, que indicam o ensino graduado/seriado, em substituição ao ensino multisseriado presente nas escolas rurais, antes da nucleação. Sobre esses modelos de escolas Araújo, Souza e Valdemarin (2015, p. 35) observam:

A escola unitária – regida por um único professor ministrando o ensino primário para crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma sala de aula -, e a escola graduada caracterizada pela divisão dos alunos em classes supostamente homogêneas, isto é, com o mesmo nível de adiantamento; cada classe correspondendo a uma série, funcionando a escola em um prédio com várias salas de aula e vários professores, cada um responsável por uma turma de alunos considerada a relação classe/série.

Em geral, os dados como imagens, documentos escolares das escolas rurais de Jandaia do Sul demonstram que a maioria foi construída em madeira e reformada posteriormente em alvenaria, situada em terrenos cercados com madeira e arame, com salas de aula maiores, como indica a imagem anterior.

Perante os espaços escolares rurais do município de Jandaia do Sul, esmerados por meio das fontes documentais analisados, concluímos que esses espaços, assim como nos demais municípios do Paraná e Estados do Brasil, construíram-se como forma de se universalizar o ensino primário com baixo custo. Podemos deduzir que a construção dessas escolas teve como âmbito a necessidade de se atender à população nos locais em que esta se encontrava em maior número. De acordo com Schelbauer (2014), a escola rural primária foi estruturada como uma política estadual por dois fatores: o primeiro estava relacionado à formação de novas gerações que garantissem a riqueza do campo do Estado e o segundo, à civilização do homem do campo, não somente com a escolarização, mas também nos hábitos de higiene, e à fixação do homem do campo na área rural.

A partir de 1964, a gestão do João Pagliarini (1964 a 1968), período que marca o início da ditadura militar, com o presidente Castelo Branco, repercutiu no desenvolvimento de Jandaia do Sul. Entre os acontecimentos no período destacamos a construção e reformas de 24 escolas rurais, citadas no quadro abaixo:

Quadro 8 – Escolas construídas e reformadas – 1964-1968

Nº	Nome das escolas	Localização
1.	Escola Rural Nilo Cairo	Gleba Humaitá - KM 9
2.	Escola Rural João Welter Junior	Gleba Dourados - KM 3
3.	Escola Rural José Bonifácio	Gleba Marumbi - KM 3
4.	Escola Rural Prof. João Pagliarini	Gleba Cambará - KM 4
5.	Escola Rural São Roque	Gleba São Roque - KM 4
6.	Escola Rural Nossa Senhora Aparecida	Gleba Marumbizinho - KM 6
7.	Escola Rural José de Alencar	Gleba Fazenda Farinazzo - KM 6
8.	Escola Rural Rui Barbosa	Gleba Doorados - KM 6
9.	Escola Rural Ney Braga	Gleba Marumbi - KM 6
10.	Escola Rural Manoel Ribas	Gleba Cambará - KM 8
11.	Escola Rural Silva Jardim	Gleba Cambira - KM 8
12.	Escola Rural Humberto de Campos	Gleba Marumbi - KM 9
13.	Escola Rural N. S. Auxiliadora	Gleba Cambará - KM 9
14.	Escola Rural Princesa Isabel	Gleba Humaitá - KM 11
15.	Escola Rural Prof. Lino Marchetti	Gleba Marumbi - KM 11
16.	Escola Rural São Pedro	Gleba Guaporé - KM12
17.	Escola Rural Prof. Salvador Valera Sanches	Gleba Maracanã - KM 12
18.	Escola Rural São Sebastião	Gleba Guaporé - KM 12
19.	Escola Rural São João	Gleba Córrego do Bagre - KM 18
20.	Escola Rural Profª Tereza Fabris Pereira	Estrada Bom Sucesso - KM 18
21.	Escola Rural Moisés Lupion	Gleba Humaitá - KM 18
22.	Escola Rural Antonio Machado	Gleba P. Alto - KM 18
23.	Escola Rural Prof. Luiz Antonio dos Santos	Gleba Keller – KM 20
24.	Escola Rural Francisca de Souza	Gleba Simiré - Km 20

Fonte: Adaptado pela autora (2020), com os dados de JANDAIA DO SUL (1970).

O Quadro 8 apresenta a lista de escolas que foram construídas e reformadas, São Sebastião, Salvador Valera, que eram escolas que foram erguidas em madeira, passaram por reformas e, depois, foram edificadas em alvenaria. Vale ressaltar que, no transcorrer desses anos, ocorreu a expansão da lavoura cafeeira no norte do Paraná, impulsionando a construção de escolas rurais.

Mais tarde, na década de 1980, o Estado do Paraná reorganizou a educação, levantando a bandeira da democracia. Foram veiculados, nesse momento, os denominados *slogans* educacionais que transmitiam o discurso de gestão democrática, participação e mobilização da sociedade quanto às questões educacionais: “uma maneira mais branda, mas não menos diretiva” (RODRIGUES, 2012, p. 145). Igualmente, foi uma década de racionamento de investimentos, inclusive no que se refere aos salários dos professores e condições de trabalho, culminando em movimentos grevistas no setor educacional.

Prover as demandas educacionais não é tarefa simples quando se tem um número expressivo de escolas, entre urbanas e rurais, a se subvencionar. Subsidiar está diretamente relacionado à organização do ensino, que implica nas estruturas administrativas e pedagógicas (VEIGA, 1995). As ações pedagógicas estão relacionadas às áreas educativas, em que permeiam as questões de ensino-aprendizagem, currículos, programas, finalidades, as quais precisam de elementos para se desenvolverem, tornando-se efetivas. De outra forma, fazem parte das estruturas administrativas “[...] todos os elementos que têm uma forma material: [...] equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico” (VEIGA, 1995, p. 25).

Pelo exposto, consideramos que muitas foram as dificuldades enfrentadas no processo de organização do ensino primário rural no município, uma vez que nem sempre as escolas estavam em condições para atender à população local. Por outro lado, as escolas rurais contavam ainda com profissionais não qualificados, leigos e em número insuficiente, gerando desconforto e dificuldades. Nesse caminho, a história foi escrita por muitas pessoas, dentre elas, os professores. É sobre esses personagens que refletiremos em nossa próxima subseção.

4.3 O CORPO DOCENTE E SUA FORMAÇÃO

A criação das escolas rurais e a formação de professores foram preocupações no Estado do Paraná, tendo em vista o processo de ocupação e povoamento do interior e a necessidade de se educar e manter o homem do campo, particularmente em meados do século XX (MIGUEL, 2007).

Segundo a autora, os intelectuais da educação apresentavam ideias controversas quanto ao objetivo da escola rural: de um lado se defendia uma escola comum para a zona urbana e rural, de outro, favorecia-se um modelo de escola rural, que ensinasse atividades vinculadas ao meio em que estivessem inseridas (MIGUEL, 2007). Portanto, a autora alerta quanto aos conceitos que acompanham os tipos de escolas rurais no Paraná e ressalta:

[...] as escolas rurais, de mestre único, multisseriadas, fazem parte da educação brasileira, enquanto que as escolas rurais criadas para preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos dominasse garantia de melhor produção, foi sistematizada pelo Decreto-lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola (MIGUEL, 2007, p. 83).

Nesse contexto, buscamos nesta subseção pesquisar sobre esses professores que atuaram nas escolas rurais e assim como sua formação, para estabelecermos relação dessa formação com a instrução da escola primária rural de Jandaia do Sul.

No ano de 1946 com o processo de redemocratização do país e a promulgação de nova Constituição ficou estabelecida como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação (BRASIL, 1946). Nesse mesmo ano, no Paraná, Moisés Lupion foi eleito governador do Estado e, nomeou, em 1949, Erasmo Pilotto como secretário de Estado, Educação e Cultura. Pilotto era defensor das questões de alfabetização, formação de professores e problemas relacionados à educação.

De acordo com o decreto-lei nº 8.530, de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, ressalta-se a importância da formação de professores para atuar no ensino primário, no artigo 1º estabelece a formação docente às escolas primárias, desenvolver conhecimentos e técnicas para o ensino infantil e em seu artigo 20, preestabelece requisitos para o perfil profissional para a docência.

Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições:

- a) Qualidade de brasileiro;
- b) Sanidade física e mental;
- c) Ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que; contraindique o exercício da função docente;
- d) Bom comportamento social;
- e) Habilitação nos exames de admissão (BRASIL, 1946).

O artigo 20 da referida Lei Orgânica do Curso Normal (1946) destaca o perfil do profissional que se pretendia. Além do mais, o requisito “qualidade de brasileiro”, estabelecia uma nacionalidade para se frequentar o curso, em um momento em que grande parte da população era de imigrantes, o que corroborava os interesses nacionalistas, desfavorecendo os colonos e excluindo as demais etnias que compunham o cenário nacional naquele momento. A categoria relacionada à “sanidade física e mental” acendeu espaço para avaliações excludentes e a asseveração “ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente” (BRASIL, 1946) impossibilitava pessoas com necessidades educacionais especiais de atuarem no magistério. O “professor ideal” só seria admissível por meio da seleção de candidatos para a matrícula no curso, evidenciando o papel da educação na formação da população e do professor no trabalho pedagógico (BRASIL, 1946).

Em esfera nacional, para a LDB nº 4.024, de 1961, os professores do ensino primário seriam formados em Ensino Normal:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância (BRASIL, 1961, p. 51).

O município de Jandaia do Sul acompanhava a tendência da época, fazendo-se necessária a formação de professores para atuarem como docentes na nova cidade emancipada. Com o crescimento econômico da região, pelo plantio do café e aumento da população local, houve a necessidade da instalação de instituições escolares.

Dados da educação municipal informam que, em 1957, foi instalada em Jandaia do Sul a primeira instituição pública destinada à formação de professores,

a Escola Normal Regional General Osório (GUIMARÃES, 2006). Naquele momento, a formação de normalistas passava pelo processo de consolidação das ideias da pedagogia da Escola Nova no Paraná, por meio da atuação de Erasmo Pilotto, cujo ideário era a crença no “[...] poder da ação educativa do professor e da escola” (MIGUEL, 2011, p. 135). Desse modo, as formações dos professores estavam aliadas aos espaços escolares, uma vez que esses cursos normais regionais formavam professores para que estes se ocupassem de valorizar e tratar das questões locais.

Figura 32 – Registro da solenidade de instalação da Escola Normal Regional



Fonte: GUIMARÃES (2006, p. 231).

A Figura 32 registra a instalação da Escola Normal Secundária, no dia 19 de fevereiro de 1957, com a presença da chefe de Ensino Normal do Estado do Paraná, Sra. Diva H. Vidal; da diretora da respectiva escola, Sra. Francisca de Brito Lima; do diretor do ginásio estadual dessa localidade, Sr. João Welter; do Sr. delegado de Ensino, Carlos de Oliveira Franco; do Sr. Luís dos Santos, prefeito municipal de Jandaia do Sul; da Sra. Neide Batista de Lima, da Inspeção estadual; da Sra. Inês F. de Oliveira e demais professores – Nelson Garcia, Teresa Abrão –; e do representante da imprensa do Jornal do Paraná, Sr. Valter Toledo. Assim, foi solenemente instalada a Escola Normal Secundária, e os exames foram efetuados nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1957, tendo-se apresentado 18 candidatos. O corpo docente da escola foi constituído pela diretora Francisca de Brito Lima e Souza, secretária Maria Eudes G. Souza Leite e a equipe de professores: Neide Batista de

Lima, Inês F. de Oliveira, Evaristo M. de Araújo, Iraci Cazzaniga e Teresa Abrão (GUIMARÃES, 2006).

Figura 33 – Primeiras formandas da Escola Normal Regional de Jandaia do Sul



Fonte: GUIMARÃES (2006, p. 234).

A Figura 33 destaca a primeira turma da Escola Normal Regional “General Osório”, em 1961. Notamos na fotografia que a turma era formada pelo gênero feminino, todas de uniforme padrão de normalistas. Para identificarmos os nomes das alunas de 1961, recorreremos à entrega de diplomas registrados em livro ata, Maria Lídia Cassoli, Lucia Dorabiato Corsete, Dulce Andrade Siqueira, Dionísia Alves Miranda, Terezinha de Souza Jampaulo, Olívia Balieiro Matile (in memoriam), Maria Aparecida Wohlers, Leonor Isolina Furlan do Amaral, Dalva Carneiro, Lenita Cassoli, Zaine Amud e Tomiko Hirata. As professoras iniciaram suas carreiras nas escolas rurais do município, em seguida prestavam concurso estadual e passavam a lecionar no grupo escolar Rui Barbosa, situado na área urbana do município de Jandaia do Sul.

Não poderíamos nos esquecer dos professores que se destacaram pelas suas contribuições pedagógicas e pela formação dos professores citados anteriormente: Argemiro A. Karling, Ana Amaral G. Igrejas, Alda G. de Oliveira, Clarice Bedin, Estephania Pintiá, Helena da G. L. Deça, Ieda G. C. Fortunato, Iola Marcia

Augustaites, Maria Eloísa P. de Miranda, Margarida R. Decchi, Nadir Antonio Sperandio, Terezinha Barbosa Guimarães, Silvia Ap. R. Borin e Myrian Y. de Medeiros.

A Escola Normal de Jandaia do Sul teve seu início como Escola Normal Regional General Osório, o que lhe permitia o direito de lecionar para alunos de 1ª a 4ª série. Posteriormente, a Escola Normal Regional foi anexada à Escola Normal Secundária e, em 1958, pelo decreto nº 20.226/58, passou a denominar-se Escola Normal de Grau Colegial Álvares de Azevedo. A partir de 1967, por determinação da Secretaria de Educação e Cultura, a mesma transformou-se na Escola Normal Colegial Estadual Álvares de Azevedo. Na década de 1970, a lei nº 5.692/71 reformulou o ensino: “a Escola Normal Colegial Álvares de Azevedo anexou-se ao Colégio Estadual de Jandaia do Sul, com a denominação de curso de Magistério, e os professores que se destacaram na formação de professores, foram Maria José Pozza e João Welter Junior” (GUIMARÃES, 2006, p. 236).

A Constituição Federal de 1946 já previa a educação como direito de todos no lar e na escola, sendo o ensino organizado em:

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946).

Segundo a Constituição de 1946, a dualidade da Lei Orgânica do Ensino Normal podia ser observada pelas instituições que ofertavam os ciclos desse ensino.

O primeiro ciclo do Curso Normal formava os regentes de ensino primário nas instituições denominadas Escolas Normais Regionais.

Nesse contexto, com a criação da Escola Normal Regional de Jandaia do Sul, os professores leigos e os regentes tiveram a oportunidade de ingressar no referido curso, que atendia também à população interessada na profissão docente de Jandaia do Sul e região, voltada para o ensino primário rural, com um público composto em sua maioria por mulheres (GUIMARÃES, 2006).

A abertura de Escolas Normais em Jandaia do Sul permitiu entendermos a relevância da preparação pedagógica e da formação da população do município recém-emancipado. De professores leigos, improvisados, passaram ao papel de elementos indispensáveis ao funcionamento do ensino em um município carente de recursos humanos no setor educativo.

Até 1949, o Paraná havia criado 21 ENRs, oito ENSs e um IE. Os primeiros localizados nas regiões mais interioranas, os segundos em centros urbanos importantes e o IE na Capital, local que precisava se firmar como centro do estado. A criação de inúmeros CNRs simboliza o intento de solucionar o problema da presença do professor leigo que atuava, sobretudo, nas Escolas Isoladas Rurais (FARIA, 2017, p. 85).

Faria (2017) destaca as políticas na criação e expansão dos cursos de Escolas Normais Regionais do Paraná, momento em que Erasmo Pilotto foi secretário da Educação e Cultura (1949-1951) e Moisés Lupion governava o Estado do Paraná (1947-1950). Segundo a autora, um dos objetivos era levar formação para os professores primários do interior paranaense.

O inquérito elaborado por Lourenço Filho (2001), por solicitação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1953, assevera que, no Brasil em 1951, existiam, ainda que sem apresentar perfeitas condições de organização e funcionamento, 121 Cursos Normais Regionais e 434 “escolas normais comuns”. Com maior incidência no estado de Santa Catarina (38 CNRs), seguido do Ceará (12 CNRs), Pernambuco e Minas Gerais (ambos com 9 CNRs), Paraíba e Paraná (ambos com 8 CNRs), o Paraná ficava entre os estados brasileiros com quantia significativa de Cursos Normais Regionais. Se refutado este dado e basear-se na Mensagem de Governador de 1950, que confirma a existência de 19 CNRs em 1949 (PARANÁ, 1950a), o estado assume outra colocação e pode ser considerado, naquele ano, um dos que mais difundiu o CNR como um modelo de formação de professores primários (FARIA, 2017, p. 48).

Nessa perspectiva, o número de Escolas Normais Regionais construídas no Brasil e no Estado do Paraná corroborava com o desenvolvimento dos projetos de educação que abrangiam a formação de docentes para exercerem a função de professor primário. No cenário educacional de Jandaia do Sul, a formação docente fora uma necessidade imposta pelos governantes e pela população, uma vez que a fundação de instituições escolares significativa ao desenvolvimento do município, dessa forma, a Escola Normal seria responsável em formar professores normalistas. Entretanto, apesar da existência da referida instituição, era comum a presença do professor leigo, sobretudo em escolas isoladas, localizadas na zona rural do município.

Para Libâneo (1990) questão da formação docente é decisiva para a construção de uma nova perspectiva de escola, a partir da tarefa coletiva de transformação da sociedade, em que o trabalho do professor, com suas múltiplas mediações, assume grande relevância.

Dessa maneira, faz-se necessário compreendermos a organização das matrizes curriculares dos cursos normais de Jandaia do Sul e, como seus conteúdos nos possibilitaram refletir sobre as intenções de formação, as pretensões que ampararam o fazer docente nas décadas estudadas. Além do que, agregar tais achados com os documentos arquivados nos acervos das escolas pesquisadas pode ser uma via para constatarmos o que se planejava e como isso era encaminhado na prática.

A matriz curricular do Curso Normal Regional da Escola Normal Regional General Osório de Jandaia do Sul, de 1957, conforme os arquivos do atual prédio do Colégio Estadual de Jandaia do Sul, o curso era constituído por 14 disciplinas, distribuídas em quatro anos: português, matemática, ciências, geografia, história, desenho, educação física, trabalhos manuais e atividades de economia regional, economia doméstica, música e canto orfeônico, anatomia, puericultura, psicologia e pedagogia, didática e prática de ensino. Averiguar as formas de distribuição das disciplinas nas séries permite interpretar a ordem sequencial do curso, além de abarcar quais áreas eram mais ou menos relevantes quando se trata da formação de docentes para atuar nas escolas primárias rurais. A Escola Normal de Jandaia do Sul funcionava somente no período diurno

A Figura 34 apresenta normalistas da Escola Normal Álvares de Azevedo, que funcionava no Colégio Estadual de Jandaia do Sul, no período noturno. Essa foto foi

feita em momentos de atividades práticas. Por meio de documentos da Escola Normal, conseguimos a identidade de algumas professoras: Elaine Santos (está com o pandeiro), professora Neusa Borin (está abaixada do lado direito da foto), professora Rosa Malacrida (a quinta da esquerda para direita), professora Ana Amaral (do lado da professora Elaine Santos, com pandeiro), as professoras mencionadas atuaram em escolas primárias rurais de Jandaia do Sul e na formação de professores.

Figura 34 – Normalistas – Escola Normal Álvares de Azevedo – 1965



Fonte: JANDAIA DO SUL (1965).

Para Sacristán (2013), o currículo escolar é dotado de história, pesquisá-lo nos dá resquícios do que era considerado naquele momento, assim sendo, analisar a escola Primária Rural de Jandaia do Sul está de certa forma ligado ao pensamento implícito e explícito a respeito da formação de professores, os quais, muitas vezes, são os únicos representantes da educação primária rural. Sacchelli (2019) menciona que em muitas escolas rurais a professora era a responsável por ensinar, preparar o lanche (alimentar), cuidar da higiene (limpar as escolas) e até mesmo cuidar das funções de secretária.

[...] aquele eterno discurso edificador de uma imagem de professora paciente, abnegada, humilde, mansa e feliz, irradia-se de fato enquanto dispositivo de normalização, vindo a sustentar práticas correspondentes não só na vida dessa mulher enquanto professora, mas igualmente enquanto mulher-filha, mulher-esposa e mulher-mãe (FISCHER, 2005, p. 333).

Figura 35 – Normalistas – 1966



Fonte: JANDAIA DO SUL (1966).

A Figura 35 apresenta duas normalistas, do ano de 1966, as professoras Telma Costa e Elza Azone (*in memoriam*), estudantes da Escola Normal Álvares de Azevedo, elas foram professoras primárias da Escola Rui Barbosa, nos anos de 1970 a 1975. Trajavam saia pregueada de casimira marinho, camisa branca, manga comprida, de pano não transparente, que podia ser amorim, linho ou tricoline, abotoada com botões de madre-pérola e, na cintura, ajustada com um cinto, da cor da saia azul escuro, meias e sapato preto, que compunham o uniforme das normalistas de Jandaia do Sul.

O professor era modelo de exemplo, de civilidade e esperava-se que desenvolvesse a educação das crianças pelo seu próprio exemplo moral, pela paciência, da vocação e afetividade (CUNHA, 2009). O modo de vestir refletia em sua postura e integridade. Souza (2015) argumenta que os professores deveriam agir, pelo exemplo, da boa conduta e postura adequada diante da sua comunidade.

Para Fisher (2005) muito mais que transmitir os tradicionais saberes, a professora primária era quase um ser divino, que assumia o compromisso e missão de transcendência como propagadora de verdades relacionadas a moral e aos bons costumes.

A professora Maria Benites Gusman, filha de pioneiros de Jandaia do Sul, relata em sua carta, que iniciou sua carreira como professora de zona rural e em 1964 foi convidada pelo prefeito João Pagliarini, para exercer o cargo de secretária da Educação, permanecendo no cargo até 1983. Segundo a professora, conforme os regimes de trabalho de contratos, a prática consistia em uma indicação e/ou na própria candidatura profissional a uma vaga. Os primeiros contratos de trabalhos citados anteriormente, elucidam essa prática, pois indicavam que, em prol do analfabetismo, a Prefeitura de Jandaia do Sul, estaria disposta a contratar interessados em instituir classes de alfabetização.

Outro dado relevante que procuramos verificar foi a não permanência do docente na função de professor rural, o que pressupõe um descaminho para o trabalho pedagógico em sala de aula. Ao ingressarem para o curso superior, muitos professores, participavam de concursos estaduais, assumindo sua colocação em grupos escolares em áreas urbanas.

Em 1983, no governo do prefeito Perseu Matheus Pugliese, houve mudanças no estatuto e quadro do magistério municipal, os professores seriam contratados mediante teste seletivo, ou seja, concurso municipal. Nesse mesmo governo, as escolas rurais foram sendo nucleadas e cessadas, para tanto, a Secretaria de Transporte adquiriu novos meios de transporte para atender aos alunos das áreas rurais (GUIMARÃES, 2006). Hoje, são consideradas escolas municipais urbanas, sem características de seu passado.

Pelo exposto, e uma vez delineadas as características das escolas primárias rurais de Jandaia do Sul, demonstramos as estruturas e mecanismos que subsidiaram tanto a expansão quanto a progressiva cessação dessa modalidade de ensino. Nossa intenção não foi esgotar as questões referentes ao ensino primário rural, mas indicar que novas pesquisas poderão aprofundar-se no assunto que, pelas condições do espaço-tempo em que a presente investigação está inserida, não foi possível elucidar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais nos permitem retornar aos principais aspectos percebidos e vivenciados no processo da pesquisa, desde a escolha do tema, a escrita e a reescrita do projeto de pesquisa, correções, levantamento das fontes bibliográficas e fontes documentais. Neste trabalho, foram dois anos de dedicação à causa das escolas primárias rurais e, sem despretensão, à minha formação como pesquisadora.

Este trabalho nos proporcionou uma visão diferenciada, de maneira a sistematizarmos uma representação da história da escola primária rural de Jandaia no período em que esta modalidade escolar esteve em funcionamento no município. Para isso, buscamos construir o panorama dessa história, que visualizamos como um quebra-cabeça, uma vez que a história da educação tem uma construção dinâmica nas relações humanas, sociais, políticas, econômicas, e não como uma narração linear, revelando os acontecimentos. As peças que usamos nesse quebra-cabeça foram as fontes históricas e memorialística, a historiografia e o nosso olhar de pesquisadora, que procurou se atentar aos vestígios e descobrir caminhos para sua produção.

Ao examinarmos os documentos e encontrarmos os pontos que seriam mais bem aprofundados, ativemo-nos à problemática que impulsionou esta investigação: em que medida o ensino primário rural esteve presente no processo de escolarização primária no município de Jandaia do Sul durante o período de colonização e expansão deste município?

Durante o processo de pesquisa, foram analisadas fontes documentais arquivadas em instituições de ensino, na Autarquia Municipal de Educação e no Núcleo Regional de Educação. Tais fontes referem-se a matrículas dos alunos, registros escolares, matrizes curriculares, fotografias, manuais escolares, controles próprios das secretarias. O acervo expressivo, já catalogado e resguardado em pastas documentais, resultou em um instrumento indispensável à nossa pesquisa, o “Inventário das Fontes” expandiu nossa perspectiva com relação ao número de documentos textuais e iconográficos sobre o tema.

Neste espaço de tempo, foram surgindo questionamentos acerca da organização e funcionamento das escolas rurais, seus espaços e a possível escolarização primária da população rural jandaiense: como ocorreu a organização

do ensino nessas escolas? Quais fatores propiciaram institucionalização à expansão das escolas primárias rurais de Jandaia do Sul e, posteriormente, à nucleação dessas instituições?

A contribuição dessas instituições foi significativa, chegando a totalizar mais de dez mil atendimentos, contabilizados a partir dos registros que foram possíveis mensurarmos. A escrituração escolar era obrigatória, constituída pela legislação do período, adequou as formas de registros e nos permitiu consultar informações sobre o atendimento escolar e as análises. Muitos problemas rondaram as instituições que, de forma particular, a historiografia nos permitiu conhecer.

Entre tais problemas, em referência aos recursos humanos, podemos citar a ausência de habitação específica aos professores do ensino primário por uma parte dos profissionais e a rotatividade dos docentes tendo preferência em lecionarem na área urbana em detrimento das zonas rurais. Contudo, de forma gradativa e pelas condições, os professores procuraram qualificar-se, o que ocorreu por meio dos cursos normais e os projetos Logos I e II, em funcionamento na localidade. Mesmo no decorrer dos anos letivos, havia reuniões pedagógicas para instruções e organização aos professores, organizadas pela Secretaria Municipal.

Dentre os recursos materiais e físicos, a construção das escolas era de forma simples, rudimentar, sem saneamentos adequados, além da presença da casa do professor que marcaram a educação rural do município.

No que se refere à organização da escola para efetivação do ensino, este foi instituído em quatro séries multisseriadas, e um professor lecionava para todas as séries em um único espaço. Para atender à demanda, algumas escolas ofertavam curso noturno para os que não tiveram acesso em idade própria.

Muitas escolas foram construídas a partir da década de 1960, outras existentes foram reformadas, nesse período se iniciou o êxodo rural, de acordo com o censo demográfico entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto o auge do número de atendimentos realizados foi nos anos de 1970 a 1975, analisados no curso da escrita da história da educação. Em Jandaia do Sul, o intenso fluxo migratório foi nas décadas de 1940 a 1970, quando ocorreu a expansão do ensino no Estado do Paraná nas décadas de 1960 e 1970, e, para atender à população rural, foram construídas várias escolas nas áreas rurais de Jandaia do Sul. Nesse período havia mais escolas rurais que na área urbana.

Quanto à nucleação das escolas, foi um processo vivenciado no Estado do Paraná para se melhorar a qualidade do ensino ofertado mediante a concentração de professores e alunos em um mesmo prédio escolar, haja vista que havia mais de uma escola construída na mesma gleba ou estrada, dessa forma, havia menores gastos com a manutenção das instituições e o acompanhamento e controle pedagógico do Departamento de Educação e Cultura. Concluímos nossa pesquisa contemplando sobre o corpo docente e sua formação, a importância da implantação da Escola Normal para nortear os saberes e a prática pedagógica dos professores.

Apesar de todas as dificuldades dessas escolas, detectadas nas fontes documentais, a pesquisa nos permitiu considerar que o ensino primário rural de Jandaia do Sul teve papel relevante frente à escolarização da população do campo dessa região.

Reconhecemos que os dados elencados acerca do ensino primário rural do município são relevantes para a história da educação de Jandaia do Sul, mas não esgotamos as possibilidades de análise do material. Nesse sentido, temos certeza de que esta pesquisa não se finda neste momento, apenas abre outras possibilidades de busca, permitindo diferentes estudos e, dessa forma, novas análises. Portanto, vemos a conclusão deste trabalho como algo necessário em razão dos prazos que devem ser cumpridos, mas a pesquisa em si deve continuar permitindo outras descobertas e diversas considerações com conceitos distintos ou semelhantes a esses.

REFERÊNCIAS

- AKSENEN, Elisângela Zarpelon. **A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996)**. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, Curitiba, 2018.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Educação Rural no Paraná no início do século XX: A Voz dos Documentos Oficiais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., ago. 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 705-711.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação Rural Como Processo Civilizador. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **História e Memória da Educação no Brasil: Século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 278-295.
- ANDRADE, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (org.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014.
- APUCARANA. Prefeitura Municipal. **Vivo Apucarana**. Publicação Comemorativa ao Cinquentenário de Apucarana. 1994.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima. A Contribuição da Pesquisa em Perspectiva Comparada para a Escrita da História da Escola Primária no Brasil: Notas de um Balanço Crítico. *In*: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, 2015. p. 27-41.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada**. Araraquara, SP: Unesp, 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.
- BAREIRO, Edson. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná – 1930-2005**. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- BERTONHA, Vitorina Candida. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar: O Processo de Escolarização Primária em Sarandi-PR (1953-1981)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BETOLLO, Heloísa Liberalli. Inventário dos acervos das escolas técnicas estaduais do Estado de São Paulo. *In*: MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Contribuição à Pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 9-13.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez; Florianópolis: EDUFSC, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 116. Brasília, DF: 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF: 27 jan. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 12727. Brasília, DF, 19 dez. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fica Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 18 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares**: por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2005.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a Roça e o Ditado Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963**. 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1889-2003)**. Maringá: Gráfica Maranata, 2006.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina**: quando o presente reconta o passado. 2000. 287 f. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARDOSO, Maria Angélica. **A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas**: 1893 a 1932. 2013. 280 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A Escola Multisseriada**. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

CAVALARI, Artézio. Depoimento. *In*: NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores**. Jandaia do Sul: Fafijan, 1988. p. 56-62.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**: Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

CORNICELLI, Elena Pericin Gomes. **História da Educação Rural de Astorga: Práticas Educativas e Organização Institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980)**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

CUNHA, Maria Tereza Santos. Saberes impressos escritas da civilidade e impressos educacionais. (Década de 1930 a 1960). *In*: YAZBECK, Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (org.). **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa, Juiz de Fora: EDUFJF, 2009. p. 233-251.

DARIENSO, Rosa. Depoimento. *In*: NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores**. Jandaia do Sul: Fafijan, 1988. p. 140-141.

FARIA, Jordana Ferreira de. **A Cultura escolar como produto de um lugar: uma escola primária rural do interior paranaense (1950- 1970)**. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de modernidade**: a história e memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937-1972). 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2010_thais_faria.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

FARIA, Thais Bento. Escolas Rurais Londrinenses no Paraná: Primeiras reflexões. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013. Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: UFMT, 2013. p. 1-10.

FARIA, Thais Bento. Paraná, **Território e “Vocação Agrícola”?** Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968). 2017. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan/abr. 2000.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FISCHER, Beatriz Daudt. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: Século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 325-333.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **História e memória**: fontes documentais da escolarização primária no município de Cianorte-PR. 2012. 179 f. Projeto de Iniciação Científica (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva; SCHELBAUER, Analete Regina. História e memória da escolarização primária no município de Cianorte-PR: fontes documentais. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Ecoformação: a Educação na Teia da Complexidade, 5., 2011. Cianorte. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2011. p. 86-97.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. A implementação da Lei nº 5.692/71 no Paraná: apontamentos sobre o processo, a partir das mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa do Estado. *In*: JORNADA DO HISTEDBR: Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil, 4., 2005, Ponta Grossa. **Caderno de Resumos [...]**. Ponta Grossa: UEPG/HISTEDBR, 2005. p. 1-16.

GUIMARÃES, Terezinha. **Jandaia do Sul**: Passado e Presente. Jandaia do Sul: [s.n.], 2006.

HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro. **O processo de escolarização no município de Mandaguari-PR (1949-1988)**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: Paraná – 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68//cd_1960_v1_t14_pr.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: Paraná – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf. Acesso: em 15 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: 1940-2010. Dados Extraídos de Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=ECE305&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso em: 30 nov. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL.
Mapa Político do Paraná de 2010. Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em:
[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisaopolitica_2010_base_2010.p](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisaopolitica_2010_base_2010.pdf)
df. Acesso em: 26 jul. 2019.

IVASHITA, Simone Burioli; SCHELBAUER, Analete Regina. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): Representações sobre a Escola Rural. **Rev. Histedbr**, Campinas, ed. 72, v. 17, n. 2, p. 559-577, abr./jun. 2017.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1940.

JANDAIA DO SUL. **Livro dos Pioneiros**. Biblioteca Municipal, 1942.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1948.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1950.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1952.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1957.

JANDAIA DO SUL. **Livros de Ata de Exames**. Departamento de Educação e Cultura, 1959-1980.

JANDAIA DO SUL. **Memorial de Jandaia do Sul**. Câmara de Vereadores, 1965-1966.

JANDAIA DO SUL. **Documento de Cadastro Funcional**: Prefeitura Municipal, 1969- 1970.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Relatório/Ficha das Escolas Rurais**. Jandaia do Sul: Divisão de Documentação Escolar, 1967-1979.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Livros Ata de Exames das Escolas Rurais 1959-1979**. Jandaia do Sul: Divisão de Documentação Escolar, 1979.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Relatórios Finais 1967-1980**. Jandaia do Sul: Divisão de Documentação Escolar, 1980a.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Relatório/Ficha das Escolas Rurais 1967-1980**. Jandaia do Sul: Divisão de Documentação Escolar, 1980b.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Livro Ata de Incineração dos Livros Registros das Escolas Rurais**. Jandaia do Sul: Departamento de Educação e Cultura. 2000.

JANDAIA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Planta da Escola Municipal Rural Américo Barbiéri**. Jandaia do Sul: Departamento de Obras, 2019.

JULIANI, José. **Desbravamento do norte do Paraná**. 1 fotografia. [Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss]. 1930.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá: EDUEM, 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. **Fundamentos teóricos e práticos do trabalho docente**: estudo introdutório sobre pedagogia e didática. 1990. 495 f. Tese (Educação– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990).

LIMA, Rosângela. **História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LIMA, Rosângela; SCHELBAUER, Anaete Regina. As escolas Rurais e a Organização do Ensino Primário em Cianorte-PR (1950-1990). **Revista Histedbr**, Campinas, n. 16, p. 51-71, mar. 2015.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectivas. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; INACIO FILHO, Geraldo (org.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 92-103.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Educação Rural no Paraná no início do século XX: A Voz dos Documentos Oficiais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 705-711.

MIGUEL, M. E. B. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 111-140.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná 1946-1961. *In*: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação de professores. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 79-98.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. *In*: MIGUEL; Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. p. 121-137.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. **A pedagogia da escola nova no Paraná: início, consolidação e expansão do movimento.** 1992. 292 f Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo:** inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Significado e relevância do inventário de fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. *In:* MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo:** inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 19-32.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. *In:* DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná:** Estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 21- 50.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por quê e como pesquisar. **Caderno de Pesquisa**, Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná, v. 3, p. 15- 32, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, E. **Instituições Escolares:** por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. *In:* GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

NURMBERG, Maricélia Aparecida. **História da Educação do Município de Enéas Marques – 1960 a 1992:** das escolas rurais à nuclearização. 2017. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2017.

PADOAN, João. Depoimento. *In:* NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores.** Jandaia do Sul, Fafijan, 1988. p. 89-90.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956, pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná.** Curitiba: 1956.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Fundepar e Fundo Estadual do Ensino. **Lei nº. 4.599, de 2 de julho de 1962.** Curitiba: SEED, 1962.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **O ensino primário no Paraná:** nova seriação e programas dos grupos escolares. Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962; Portaria nº 110/63. Curitiba: SEED, 1963.

PILOTTO, Erasmo. **A educação no Paraná**: Síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC-INEP, 1954.

RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 77, p. 19-23, maio 1991.

RITT, Cibele Introvini. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo, PR – 1947 a 1971**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

RODRIGUES, Elaine. **A (re)invenção da educação no Paraná**: apropriações do discurso democrático (1980-1990). Maringá: EDUEM, 2012.

RODRIGUES, José Vicenti. Depoimento. *In*: NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores**. Jandaia do Sul: Fafijan, 1988. p. 110-115.

RODRIGUES, Ronir de Fátima Gonçalves. **A expansão das escolas rurais no Distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa – PR (1930-1960)**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SACCHELLI, Gabriela da Silva. **Educação Rural no Município de Apucarana-PR (1940-1980)**: Espaços, Instituições Escolares e Professores. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SACRISTÀN, José Gimeno. O que significa o currículo? **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANFELICE, José Luis. História e historiografia de instituições escolares. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268360799_Historia_e_historiografia_de_instituicoes_escolares. Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, J. M. T. P. O processo de municipalização no estado do Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, p. 257-279, 2003.

SATO, Larissa Ayumi; COSTA, Mônica Patrícia. A fotografia como fonte de recuperação histórica do Norte do Paraná. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007. p. 1-12.

SAVIANI, Dermeval. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 30, p. 21-35, set./out./dez. 2005.

SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Carlos; MACHADO, Maria Cristina Gomes (org.). **Educação em Debate**: Perspectiva, Abordagens e Historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação UFU**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2013.

SILVA, Antonio de Souza. Depoimento. *In*: NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores**. Jandaia do Sul, Fafijan, 1988. p. 51- 55.

SOUZA, Edimar José de. **As Escolas Isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

SOUZA, Luciene Soares de. Práticas de leitura nos grupos escolares: a biblioteca escolar. *In*: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16. 2007, Campinas. **Caderno de Atividades. Resumos [...]**. Campinas: COLE, 2007. p. 191-199.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *In*: Dossiê – História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.

TERRAS roxas magnificas e livres do flagelo da saúva. **Revista A Pioneira**, Londrina, ano 4, n. 2, abr. 1948.

TIBUCHESKI, Jaqueline Kugler. **Educação rural no município de Araucária/PR**: de escolas isoladas a escolas consolidadas. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: História e fantasmagorias. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In*: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 51-85.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos, Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 11-35.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos escolares. **Mercado de Letras**, Campinas, n. esp., p. 7-19, 2006.

VINHOLI, Marisa. **Memórias de Jandaia do Sul: pioneiros**. Jandaia do Sul: DEC, 1945.

WELTER JUNIOR, João. Depoimento. *In*: NEVES, Luiz Carlos Assumpção *et al.* **A história de Jandaia contada por seus pioneiros e antigos moradores**. Jandaia do Sul, Fafijan, 1988. p. 91-98.

WERLE, Flávia Obino. Invenções e tradições na história da educação. *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva; GONDRA, José Gonçalves. **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória: Edufes, 2012. p. 81-96.